

Este exemplar corresponde
à redação final da Tese
defendida pelo interessado e
aprovada pela Banca Examinadora
27/11/89.

COEP

Judici Vallada
Manoel Tosta Berlinck

UMA IMAGEM EM NEGATIVO

considerações em torno da assessoria ao movimento popular

55/3100-719

Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas

aluna: Ana Cristina de Almeida Fernandes
orientador: Manoel Tosta Berlinck

outubro de 1989

F391i

12909/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A
Leila
Adriano
Aluizio

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho deve-se em grande parte ao apoio recebido por alguns companheiros, aos quais quero prestar meu agradecimento. Muito importante foi o incentivo que recebi de Brasilmar Nunes, Lucila Bezerra e Christiane Nunes, cujas observações motivaram a busca de argumentos mais consistentes. Eximo-os, porém, dos equívocos aqui presentes, pelo que assumo total responsabilidade. Igualmente importante foi o constante estímulo dedicado pelos amigos Márcia e Anésio, cuja confiança espero saber retribuir.

Registro ainda o apoio institucional e financeiro da SUDENE, através de sua Diretoria de Recursos Humanos e do Departamento de Planejamento Sub-regional e Urbano, sem o que não teria sido viável a elaboração desta dissertação.

Finalmente, quero expressar meu carinho a Aluizio pela dedicação e companheirismo, presentes ao longo de todo o trabalho.

UMA IMAGEM EM NEGATIVO

considerações em torno da assessoria ao movimento popular

introdução

capítulo 1

o mundo do-não-poder, objeto da intervenção do assessor

- 1.1. cidade x favela: contraposição ou correspondência?
- 1.2. processos de construção de imagens de si: prática de violência ou adaptação a culturas dominantes
- 1.3. o Estado-provedor e o espaço da negociação

capítulo 2

o campo da atuação e o objetivo do assessor

- 2.1. o totalitário e o campo do político
- 2.2. o espaço público e o sujeito
- 2.3. "governante" ou "espelho": os limites à arbitrariedade

capítulo 3

a construção da identidade do assessor

- 3.1. a imagem do assessor constituída pelo Estado
- 3.2. a imagem do assessor constituída pelo movimento popular
- 3.3. a imagem que o assessor tem de si

capítulo 4

o quadro de uma assessoria ou uma prática pelo avesso

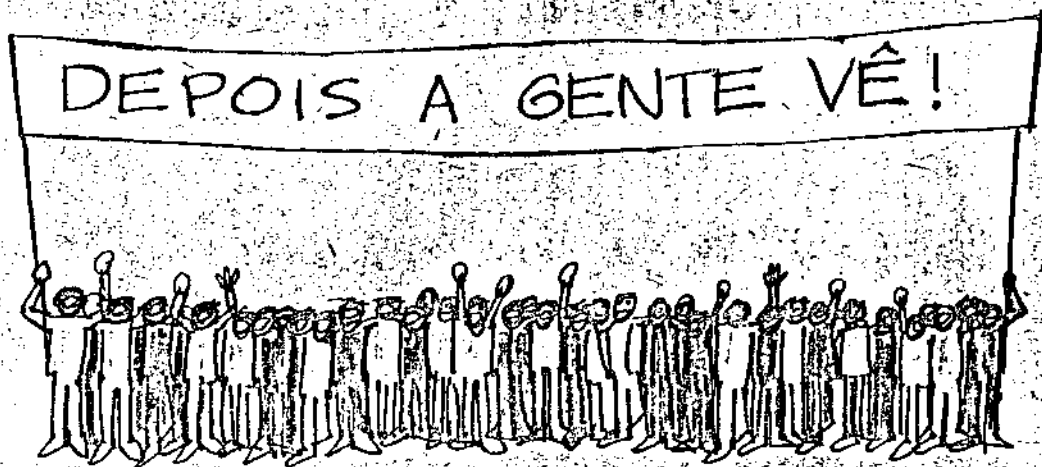
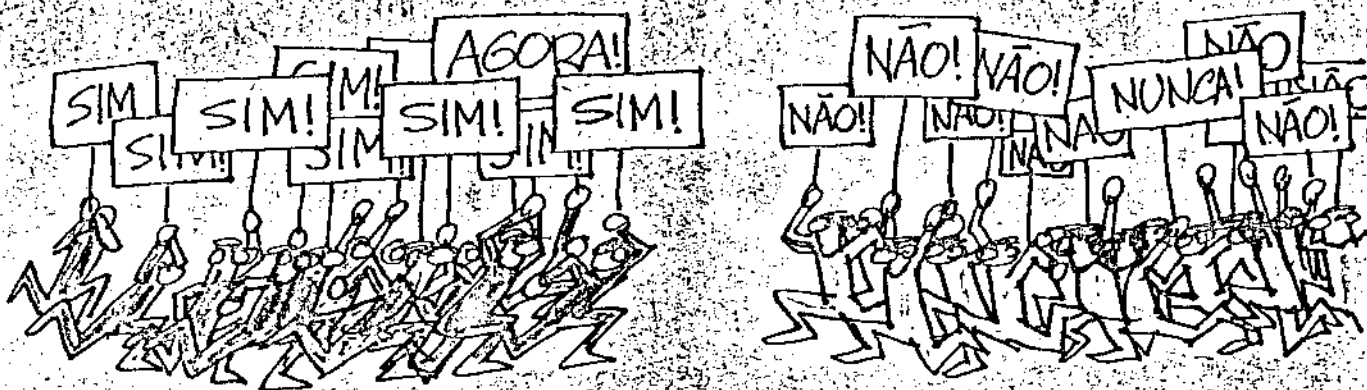
- 4.1. da (não) constituição do espaço das diferenças
- 4.2. a preparação do terreno de atuação e a mobilização
- 4.3. representação, participação ou vontade de poder?

conclusões

bibliografia

Luis Fernando Verissimo

Consenso



INTRODUÇÃO

Muito já se falou sobre movimentos sociais urbanos. Muito já se creditou a uma força transformadora que se dizia neles estar contida. Igualmente, muito foi destacado de sua capacidade de aglutinar indivíduos despossuídos em torno de práticas coletivas, que levam à constituição de identidades sociais. São movimentos em boa parte objeto de estudos, cuja ênfase tem recaído sobre uma certa condição a eles atribuída, denominada de autonomia.

A famosa autonomia dos movimentos populares tornou-se uma dimensão do nível de eficácia destes movimentos, como um estágio só alcançado com a conquista da conscientização de seus atores. Sendo que a base desta conscientização estaria sobre o reconhecimento das lutas antagônicas que retratam a sociedade de classes e constituem as conhecidas contradições urbanas. No eixo destas lutas, as forças populares identificam o imponente Estado capitalista, seu alvo incondicional, pelo que verificam nele de uma postura reiteiramente contrária aos seus interesses.

Um modelo como esse tem implicações de grande significado para a experiência dos movimentos e organizações populares. Primeiramente, porque tenta encobrir ou desconhecer o lugar de sua formulação. É evidente que o argumento da autonomia e do antagonismo ao Estado capitalista é formulado fora das organizações, se nestas consideram-se apenas os sujeitos daqueles interesses populares. No entanto, é um argumento que para os assessores deveria ser absorvido pelas comunidades, ao longo do processo de sua conscientização, em direção à chamada libertação das classes populares. A forma como é construído tal argumento revela a existência de alguma entidade exterior às organizações, que se identifica com esta "libertação", se coloca como aliada das classes populares e, por isso mesmo, deve permanecer na retaguarda, preservando a referida autonomia. Percebe, constitui e reserva um espaço específico para sua atuação, que considera indispensável à eficácia do processo libertador, de tal modo que este processo é o objetivo que se quer ver contido em todas as mobilizações populares, mesmo aquelas de caráter

reivindicatório mais imediato.

Assim é construída a análise que realça a emergência e o significado do assessor para o movimento popular. É esboçado como um personagem associado à imagem do intelectual de vanguarda, que vai promover o objetivo de construir com o movimento, o "sujeito da história", e com ele, o caminho para a transformação da ordem social. A partir deste conceito, se revela como um personagem contraditório. Pela forma como se dá sua inserção nos movimentos e pelas preocupações conceituais com que se dirige até eles. Considerando a característica destas preocupações e o perfil de militante muitas vezes exigido ao assessor, não é de surpreender que ele se envolva em contradições no desenrolar de sua atividade. Mais ainda, ao se verificar as condições do meio em que atua: grupos sociais submersos em referências autoritárias e péssima qualidade de vida.

Mas a que assessor estou me referindo? Quais as suas funções, que papel exerce na prática? Qual o objeto de sua atuação e de seu interesse? Que questões determinam a identificação que estabelece com um dado movimento ou comunidade? Qual a natureza do seu saber e como ele é utilizado pelo assessor em sua relação com esta comunidade?

São muito diversificadas as categorias de assessores, assim como as formas de sua atuação. Não me ocuparei com descrição de uma relação detalhada, pois um determinado movimento e sua assessoria me dão o dado empírico de que necessito para efetuar as análises sobre a natureza desse personagem, o assessor, meu objeto de pesquisa.

Vêm de Gramsci algumas das mais importantes referências conceituais utilizadas pelas assessorias aos movimentos populares. Este autor tem sido mencionado em diversos textos publicados por órgãos de assessoria, assim como por autores que tomam a figura do agente externo como objeto de estudo. Em ambos os casos, a abordagem é sempre remetida a uma idéia de "modelo

alternativo de sociedade", em que estaria solucionada a relação capital-trabalho. Ao mesmo tempo, ao destacar o papel das classes populares no cenário desta sociedade alternativa, tende a se identificar com estas classes, na intenção de assumir a sua posição de classe. Com isto, participando das lutas populares e desenvolvendo sua concepção de história, o assessor estaria se libertando do peso da ideologia dominante. Neste sentido, Gramsci é mencionado: "Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais; uma massa humana não se torna independente por si, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais (...). Mas esse processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos..." (Gramsci, 1982)

Como se pode perceber, o que distingue o personagem é seu saber. Saber este, que estaria voltado a capacitar um determinado grupo social para que elaborem juntos o seu processo de organização e conscientização. Mas que representa o palco de relações de força, também. Sua prática é conduzida de forma a articular as carências materiais do grupo, à omissão do Estado, e aos interesses das classes dominantes. Para tanto, o saber profissional especializado do assessor é voltado a suprir uma demanda reprimida, constituindo-se em apoio técnico e aliado político, a um só tempo. Ocorre que, aos poucos, vem se configurando uma especialização que distingue aí, dois tipos de profissionais: aqueles voltados à assessoria técnica, em torno de uma demanda específica, e aqueles dedicados ao chamado processo de organização ou politização de um determinado grupo social. Estes últimos tendem a se ocupar com a organização popular de forma mais sistemática, mantendo com ela laços de identidade mais estreitos. Neste caso, é mais comum a exigência ou de uma "opção radical", a nível ideológico ou religioso, ou de uma profissionalização a partir de projetos institucionalizados.

A atuação das assessorias apresenta uma tendência a se distanciar da figura do "intelectual revolucionário de vanguarda", que se insere nas bases da sociedade para promover

a transformação da ordem. A própria dinâmica do cenário político nacional, no seu processo de redemocratização, interfere na delimitação da função. Afinal, o aparelho de Estado já não se comporta com aquele perfil hermético do período autoritário, dispondo também de agentes atuando junto às organizações populares. Além do que, por ser o Estado um dos interlocutores básicos dos movimentos populares, ele mesmo, passa a utilizar novos procedimentos perante as chamadas lutas populares.

Já os assessorados, por sua vez, de atores passivos na recepção do saber da assessoria, com a qual mantinha muitas vezes nível de identificação plena, sem distinções, passa a se utilizar dela à semelhança de uma relação de trabalho profissional. Sem dúvida que o tom de antagonismos de classe ainda permeia o tipo de apoio que hoje é prestado aos movimentos, pelos inúmeros grupos de assessoria. A construção do "poder alternativo" dos trabalhadores parece ser um consenso entre eles.

Um crescimento acentuado destes grupos vem se verificando recentemente. Trata-se de um fenômeno que pode ser associado ao acúmulo do capital de informações adquirido pelas comunidades ao longo de vários processos de mobilização por atendimento de necessidades básicas de reprodução, o que pressiona o crescimento da demanda por assessoria. Decorre também daí a evolução do comportamento do assessorado na formulação desta demanda e na escolha de seus assessores. Boa parte destes é formada por profissionais cujas áreas de atuação correspondem aos itens mais frequentes nas pautas de reivindicações. São médicos sanitaristas, advogados, engenheiros, ou arquitetos, além de religiosos e leigos com alguma sensibilidade para os efeitos das contradições urbanas sobre as populações de menor renda. O processo de expansão da demanda por assessores teve na igreja católica um forte estímulo, além da ação de partidos e segmentos organizados do pensamento político de esquerda.

A forma como se dá o apoio técnico ou a assessoria é assim bastante variada, correspondendo à diversidade da demanda, ou

seja, das diferentes manifestações e movimentos populares existentes. O que quer dizer que reflete as diferentes abordagens que os órgãos de assessoria atribuem às problemáticas específicas a tais movimentos. Além disso, dada a natureza dinâmica destes, não é permitido à assessoria ser um objeto de contorno preciso. Mas numa visão geral, ela trabalha relacionada à mobilização em torno de reivindicações por equipamentos ou serviços coletivos, referindo-se pois a movimentos de massa.

Algumas contradições básicas são apontadas pelos próprios grupos de assessores como inevitáveis. Basicamente, são contradições que remetem à condição diferenciada de classe, ou de saber. E são responsáveis por tensões que, apesar de atingirem mais nitidamente os assessores de organização, não deixam de repercutir sobre o total das categorias. Afinal, eles dizem respeito a questões como autonomia do movimento ou dirigismo, distinção ou identificação do assessor, "respostas imediatas ou perspectivas de longo prazo", enfim, "seguir o passo do povo ou seguir o próprio passo". (CEAS, 1983) Os modelos utilizados para o equacionamento de tais questões correspondem obviamente aos das categorias de pensamento e representação adotadas em cada caso. De modo que, apesar de guardarem afinidade em relação a uma idealização da sociedade, diferentes desdobramentos podem ocorrer a partir daí.

Com o intuito de descer a análises mais aprofundadas sobre a repercussão de tais questões na constituição do assessor, assim como os efeitos da atuação deste sobre as organizações populares, passo a me referir a um estudo de caso. Assumo a "visão retrospectiva do historiador" que não participa da ação, guardando distância para melhor compreendê-la. Tenho segundas intenções ao afirmar o interesse pelo papel: vou analisar o objeto de minha própria experiência como assessora a um movimento reivindicatório, chamado Assembléia do Povo. E a análise recai sobre as contradições e desvios que hoje são possíveis de serem reconhecidos, agora que exerço esse novo papel. A experiência passa então a se constituir numa fonte de informações empíricas

que verificarão a pertinência de alguns conceitos, e de sua aplicação à experiência da assessoria. É neste contexto que está definida a opção pelo estudo de caso de um dado movimento popular e pela análise do discurso de seus atores.

Parto de pressupostos que indicam como um viés de grande riqueza analítica, as contradições e desvios do movimento ou de sua assessoria, ou seja, os limites impostos a ambos. Não no sentido de invadir-lhes a razão de ser, ou deixar de lhes creditar a evolução que certamente promovem, para minimizar o isolamento em que se encontram os grupos sociais que representam. A abordagem das contradições me servirá para compreender os limites que apresenta. Ou seja, que impedimentos são colocados a sua atuação, e ao alcance de seus objetivos, e que gostaria de ver equacionados.

Neste sentido, algumas questões são colocadas. Se o assessor surge como uma função considerável no movimento popular, qualquer que seja a condição de sua atuação, esta detém um poder de influência também considerável nos rumos do movimento. Sendo assim, se apresenta necessária uma preparação que o capacite a exercer com nitidez essa influência. Tanto no conteúdo, quanto no método de atuação. Afinal, deverá trabalhar com conceitos, cuja interpretação vai passar a referenciar sua prática e suas relações com os diferentes agentes envolvidos na problemática. Se esta preparação não ocorre, por que assim acontece? Seria o saber "de classe", além da sensibilidade para o projeto de "sociedade alternativa", fator suficiente para o exercício da função? Tem fundamento a idéia de que esta é uma experiência que forma seus agentes tão somente na prática, ou reflete o voluntarismo e a improvisação que permeiam a atividade da assessoria popular?

Por outro lado, quando tem sido motivo de inquietação para os assessores, as experiências e práticas dos seus assessorados, os elementos do cotidiano destes, enquanto lógica de adaptação a situações e valores impostos? Quais destas experiências são apresentadas em discussões públicas nas suas organizações, pelo que contém de relevante para determinada comunidade? Apresenta-se

interessante aos assessores as formas como as pessoas transformam valores introduzidos de fora (inclusive os valores dos próprios assessores), pelo modo como deles se servem, deixando assim escapar o juízo que fazem de incursões exteriores ao seu referencial? Ou ainda, em que medida preocupações como estas poderiam trazer alguma contribuição para o entendimento e exercício da função? Afinal, penso que seja importante para o agente externo identificar as características não apenas estatísticas ou mensuráveis destas comunidades. Como conhecer a sua natureza, sem identificar as especificidades e importância destas características na sua vivência cotidiana? O simples fato das pessoas ali serem pobres não significa que se percebam completamente antagônicas ou identificadas a um dado personagem. De modo que algumas surpresas podem surgir no decorrer do processo de "libertação", para as quais o assessor não foi preparado. Por isso mesmo, não elabora uma análise pertinente na identificação de suas causas, e assume a "responsabilidade" de criar isoladamente soluções de continuidade para o movimento.

Parece-me importante observar que uma das características dessas comunidades é a presença de uma arte-de-fazer, que não se traduz em discursos e sim em atos. Seja em razão do autoritarismo ali encontrado, seja pela relação de força que o saber do assessor representa, mesmo sendo considerado um aliado. De modo que a arte-de-fazer poderia ser interpretada como uma resposta perante esta relação, que apesar da intenção do agente externo, não deixa de manifestar imposições e exigências de comportamento.

Situo assim meu objeto de pesquisa, ressaltando alguns conceitos que serão fundamentais na sua análise, todos já esboçados de alguma forma até aqui: o totalitarismo, o campo do político, a constituição do Sujeito e do espaço público e o poder. Penso que sua introdução na discussão sobre a função da assessoria aos movimentos populares é inevitável, pelo que pode servir para identificar a natureza dos limites que entravam a função, e para compreender outros impasses, relativos aos movimentos, abordados com frequência pelos assessores a

respeito de sua própria prática. Portanto a representação que o assessor faz do real pode vir a ser enriquecida de elementos mais simbólicos e menos imaginários, facilitando a constituição de uma memória organizada e não de uma "mito-história".

Quero concluir esta introdução fornecendo ao leitor alguns esclarecimentos sobre a Assembléia do Povo. Trata-se de um movimento reivindicatório ocorrido na cidade de Campinas, São Paulo. Caracteriza-o, inicialmente a reunião de seus membros em grandes assembleias em frente à Prefeitura, para pressionar o poder público pelo atendimento das demandas por melhores condições de reprodução social. É, portanto, uma organização que congrega diversas associações de moradores que, desta forma, encontram maior representatividade e poder de barganha no encaminhamento de suas reivindicações.

Inicialmente formada por associações de amigos de bairros, passa a representar associações de favelados, uma vez atendidas as reivindicações daquelas. Nesta nova fase, alcança desempenhar papel importante na introdução da questão da favelização no cenário mais amplo de discussão na sociedade. Provoca, com isso um processo inesperado na cidade, que começa com a luta pela posse da terra e, surpresa, pela via parlamentar: o executivo se coloca incompetente para atribuir a posse reivindicada das terras ocupadas pelas favelas, sendo transferida a peleja para a Câmara Municipal. O diálogo com os vereadores de Campinas passa a representar um novo estágio do movimento, tendo as lideranças assumido nova postura em relação a sua condição estigmatizada de favelados. Falar em público, enfrentar o monopólio da linguagem, discutir matérias jurídicas relativas à posse da terra, preparar matérias para os meios de comunicação, são ações que se tornam relevantes para a experiência do movimento, sobre o qual vai se deter o estudo de caso.

O enfrentamento com a Câmara porém teve saldos também negativos: sucessivas derrotas nas votações pela regularização da terra das favelas. Avalia-se os saldos e surge a determinação de

se utilizar o instrumento que resultou dos projetos de lei encaminhados à Câmara, isto é, o recurso do "plano de urbanização específica" para forçar a permanência nas áreas. Ao mesmo tempo, resolve-se participar, com candidatos, do próximo processo eleitoral. Tinha-se em vista a renovação da Câmara e com ela a possibilidade de reconstituir a luta pela terra. A introdução em cena do novo governo municipal, com postura menos antagônica à favelização, caracterizando uma abordagem da questão pautada pelo discurso do entendimento e não do confronto, trouxe novas questões à condução do movimento. Impasse para o qual este não se havia preparado.

No cerne deste processo, esteve sempre presente o corpo de assessores do movimento. A figura do assessor da Assembléia do Povo é a de um profissional liberal, cujo trabalho voluntário é apropriado na condução das estratégias de negociações com o poder público. Com isso ocupa um papel destacado no movimento. Se no início o apoio da Igreja, através de suas atividades pastorais, foi responsável pela formação das associações de moradores, esses assessores vêm introduzir outras referências para a condução das mobilizações populares em Campinas. De tal forma legitimam sua função, que o movimento passa a tê-los como um "órgão" a si integrado: a assessoria da Assembléia do Povo. Como veremos adiante, a ação deste "órgão" torna-se tão importante, que entre outros episódios veio oferecer os elementos para o deslocamento das mobilizações para o Legislativo Municipal, fato bastante singular nas experiências de mobilização popular, neste país, que têm identificado em geral o Executivo, como seu interlocutor por excelência.

Formada por profissionais de diversas áreas, a assessoria estava dividida nas áreas de educação, comunicação, organização, violência, moradia e assessoria jurídica, esta última ocupando uma posição estratégica no início da luta pela terra. Estes saberes eram considerados instrumentos disponíveis ao movimento para a identificação de canais de negociação com o poder público,

pelo atendimento às reivindicações populares.

Minha experiência se insere neste corpo de assessores, do qual participei como "engenheira", por um período de dois anos. Durante este período, a luta pela terra adotava a elaboração dos planos de urbanização específica - a minha área de atuação - como tática de enfrentamento do governo local recém-eleito, de modo a assegurar a não remoção e o beneficiamento das áreas ocupadas por favelas. Neste enfrentamento, a Assembléia do Povo contava com um aliado entre os novos vereadores, eleito com o apoio do movimento. Neste sentido, iniciava-se um novo período na vida da organização, com o revigoramento das expectativas de êxito da luta dos favelados.

Um conjunto de fatores deram feição a este período, especialmente a relação com o poder público, num momento de redefinição política no país. O significado deste período, onde se encontra o estudo de caso, complementa a análise da função da assessoria ao movimento popular, referenciando-a num dado contexto, além de proporcionar o desfecho do presente trabalho.

CAPITULO I O MUNDO-DO-NÃO-PODER, OBJETO DA INTERVENÇÃO DO ASSESSOR

Objeto da intervenção de inúmeras e diferentes assessorias, as favelas têm revelado através desta intervenção a diversificação e dimensão de carências que são sua característica.

Tais assessorias têm se detido preponderantemente na problemática resultante do padrão de acumulação vigente no país, no que concerne ao acesso a bens e serviços urbanos, necessários à reprodução do trabalhador, numa sociedade de massas.

É reconhecida a relevância desta problemática, tanto no tocante ao valor atribuído à vida humana, quanto à dimensão da repercussão das condições de reprodução social na constituição de identidades. Em assim sendo, as questões metodológicas aqui levantadas remetem à análise do contexto em que se deu a formação econômica brasileira, onde se situa a emergência das próprias favelas, enquanto expressão urbanística e social. Trata-se de efetuar um painel de referências para a abordagem do tema, que se centrará na possibilidade das assessorias de objetivar, na sua atuação, a constituição do espaço público.

Estas referências abordarão, primeiramente, o aspecto visível, materializado do processo econômico no meio em apreço, devendo concluir com a descrição de um outro aspecto, não tão visível, ao qual chamarei de sintomas sociais. O quadro completo caracteriza o lugar que passará a ser conhecido como o mundo-do-não-poder.

1.1. cidade x favela: contraposição ou correspondência?

Favelas fazem parte do contexto da cidade, da mesma forma que outros espaços e funções urbanas, se o raciocínio parte da complexidade da formação econômica específica do modelo de desenvolvimento brasileiro. Tal modelo exige das cidades uma

função particular, no sentido de promover aceleradamente as transformações necessárias - concentração de bens e força-de-trabalho - à consolidação da natureza urbano-industrial da sociedade contemporânea.

Toda a estrutura da divisão inter-regional do trabalho é redimensionada, reorientando fluxos migratórios, estrutura fundiária, hábitos e padrões de consumo e de comportamento. Trata-se agora de uma sociedade de massas, cuja urbanização acelerada, derivada da forma de articulação entre indústria e agricultura, redefine a rede urbana, atribue novo peso às cidades, além de proporcionar um processo contínuo de diferenciação do trabalho social.

Na região de Campinas, onde se desenrola o presente estudo de caso, o processo se manifesta com vigor. Ao lado do desempenho dinâmico alcançado pelo setor industrial e do conseqüente crescimento do peso relativo da População Economicamente Ativa do secundário e terciário, verifica-se a partir dos anos sessenta a intensificação da modernização das formas de produção agrícola. Com isso acentua-se tendência de deslocamento do trabalhador rural em direção às áreas de cultura menos maquinizada e aos núcleos urbanos.

Efeito desse processo são as taxas negativas de crescimento da população rural, a generalização do bóia-fria e a urbanização do camponês.¹ Não menos expressivo é o também acentuado crescimento das cidades da região, com potencial de absorção de força-de-trabalho. É destacado o desempenho da região de Campinas, no contexto do desenvolvimento industrial do interior paulista, correspondendo ao período expansivo detonado com a estratégia do "milagre econômico".

1 Entre 1970 e 1975, ocorre uma diminuição de 17% no pessoal ocupado no campo, no município de Campinas, e uma redução de 21% dos empregados em trabalho temporário, no mesmo período. Em contra-partida, o crescimento urbano, entre 70 e 80, da região administrativa de Campinas chega aos 5,8%, superando até a Região Metropolitana de São Paulo.

A região de Campinas revela neste período não só altas taxas de crescimento populacional, mas principalmente uma acentuada capacidade atrativa nos núcleos urbanos industrializados. Tal fenômeno, no contexto da expansão da economia nacional e regional, é creditado à situação de ponto nodal do importante complexo rodoviário paulista, ao efeito de "desbordamento" do crescimento da Região Metropolitana e, especialmente, ao processo de desenvolvimento anterior, em resposta às mudanças no padrão de acumulação pós-1930. (Semeghini, 1985)

Com efeito, o crescimento da população ocupada na indústria chega a taxas semelhantes às do crescimento da PEA (7.8%), nos anos setenta. Naturalmente, a cidade absorve na sua urbanização os efeitos desse crescimento. À medida que cresce o município, crescem com ele os problemas inerentes à urbanização acelerada. E tanto mais é consolidado o padrão de acumulação e ampliada a base de geração de riquezas, revela-se maior a gravidade da problemática urbana. A oferta de novos empregos não veio acompanhada de uma forma de inserção da força-de-trabalho adequada à manutenção dos níveis de reprodução do início do crescimento. A expansão da economia foi apoiada na generalização da exploração do trabalho (o aumento da produtividade decorrente da modernização dos processos produtivos, não tem correspondido ao aumento da remuneração do trabalho), e conseqüentemente, promoveu a concentração da renda. Ressalta-se ainda a maior participação relativa dos segmentos mais qualificados da força-de-trabalho no total de emprego gerado, o que deprime a absorção de número significativo da força-de-trabalho de origem rural.

É a partir de meados da década de 70, que os efeitos do modelo demonstram sua pouca capacidade de seguir com a expansão e manter o padrão de crescimento. Conciliando interesses de capitais nacionais; públicos e privados, e do capital estrangeiro, novo impulso é verificado no sentido da modernização e diversificação. As exigências locacionais,² definidas a

² Os fatores locacionais em vigor privilegiaram a concentração

partir da incorporação de novas bases tecnológicas e financeiras ao processo produtivo, induzem a maior concentração espacial e a maior complexidade na divisão social do trabalho. A partir daí transformações são perceptíveis na organização da malha urbana, nos padrões urbanísticos do município e no padrão de vida da população.

Implicações de ordem política e do modelo econômico adotado, igualmente repercutiram sobre o crescimento da cidade, que não foi preparada para receber os impactos de tamanho afluxo de população. Ocorrem, assim, grandes perdas nos índices de qualidade de vida, anteriormente considerados os melhores do estado.³ Ao mesmo tempo em que crescem e se sofisticam as faixas média e alta de renda, pressionando para cima a produção para o mercado urbano de maior poder aquisitivo, os índices de pauperização das camadas baixas se agravam. O novo padrão de crescimento desenvolveu exigências sobre a estrutura de distribuição de renda que induziram a uma forte diferenciação de salários: o modelo não foi capaz de fazer a expansão acompanhar um desenvolvimento social satisfatório. Acentuam-se a partir de então, tanto a complexidade do tecido social, quanto as desigualdades no processo de distribuição da renda. Verifica-se significativa queda na renda familiar, ampliação da jornada de trabalho, extendendo-se o número de horas extras e do pessoal

espacial: oferta de infra-estrutura, mão-de-obra, rede viária, funções urbanas avançadas e complementaridade entre os setores modernos da economia.

3 O processo de diversificação e modernização por que vem passar a economia da região de Campinas, a partir do final da década de 30, dá início a período de grande expansão, caracterizando o primeiro surto de investimentos de grande porte na região. A década 40/50 é marcada pelo aumento significativo do emprego industrial: 72,6% de crescimento, a uma taxa média anual de 5,6%, o que corresponde a duas vezes mais que a taxa de crescimento da população urbana. Campinas dispunha nesse período, de uma capacidade significativa de absorção de mão-de-obra. A década seguinte mantém o crescimento e o padrão de acumulação, respondendo à política de "substituição de importações": o crescimento do número de estabelecimentos industriais, entre 50 e 60, atinge os 36,7%, enquanto o pessoal ocupado chega a 65,8%. O crescimento, neste segundo surto de industrialização, pôde coexistir com aumentos da taxa real de salários. Os dados são de Semeghini, 1988.

ocupado na família.

A questão é agravada nos anos 80, com o crescimento absoluto do contingente não integrado do mercado formal de trabalho⁴. A concentração da renda é perceptível ao se verificar o alto padrão de vida dos setores médios e altos, comparáveis aos dos países mais industrializados, atendendo à estrutura de consumo exigida pelo período mais recente da industrialização pesada.

Tal tendência pressiona tanto a forma de inserção da força-de-trabalho, quanto a capacidade de oferta de serviços urbanos pelo poder público, o que não minimiza a omissão deste frente à questão urbana. As políticas públicas que tratam da questão, implementadas a partir do II PND, quando é primeiramente abordada a problemática, a nível federal, tanto têm recebido tratamento marginal no que se refere à priorização do conjunto de ações públicas, quanto atingem setorialmente o urbano, dissociadas de uma política de emprego. Mais que isso, não têm sido capazes de enfrentar os efeitos negativos da especulação imobiliária sobre as formas de apropriação do solo urbano. Ao contrário, os instrumentos legais de que tem o Estado se utilizado na questão - normas de edificação, legislação de uso e ocupação do solo e o eventual plano diretor das cidades - têm favorecido a ação da especulação. Os segmentos de capital fundiário, imobiliário, financeiro e da construção civil têm, ao se articularem, pressionado a renda da terra urbana, maximizando os impactos decorrentes do crescimento econômico sobre o espaço da cidade: verticalização e adensamento de infra-estruturas nas zonas mais valorizadas, assentamento da força-de-trabalho menos qualificada nas áreas mais periféricas, favorecendo a manutenção de vazios urbanos, condições precárias de transporte, favelização. Como nos demais grandes centros do país, o processo de urbanização recente no município de Campinas repercute a articulação de interesses privados junto ao poder público, na formulação e alteração de ações e de planos

4 A oferta de novos empregos no município de Campinas, passa a ser negativa a partir de 1981, donde resulta uma taxa de desemprego da ordem de 10% da força-de-trabalho. Os dados são de Cano, 1988.

urbanísticos. Dessa articulação, vem resultando o agravamento do deficit habitacional local, em contrapartida à valorização crescente do solo, com o conseqüente difícil acesso deste pela população, além da ampliação sucessiva do perímetro urbano. A alta remuneração do capital fundiário e a excepcional remuneração do capital incorporador detêm papel destacado na urbanização de Campinas, pela sua capacidade de pressão sobre o poder público na definição e operacionalização de ações e leis urbanísticas, assim como nos "desbloqueios" destas.

A ação do Estado tem representado, dessa forma, papel estratégico na evolução do espaço urbano da cidade. Assemelhando-se ao desempenho do poder público nos demais centros de médio e grande portes do país, a gestão urbana de Campinas desenvolveu-se, em duas vertentes, entre as décadas de 60 e 80. Por um lado, atendendo parte da demanda social, e por outro, através da implementação de equipamentos e serviços voltados para a demanda de maior renda, estes últimos sempre na dianteira do total de investimentos realizados. No primeiro caso, está a ação da COHAB, que busca "baratear" o preço do componente terra dos investimentos em habitação popular, levando a implantação dos conjuntos habitacionais para locais distantes da área urbana de maior densidade. Está também a implementação de serviços públicos de saúde, educação, etc. Apesar de se ter elevado os índices de oferta destes serviços, o atendimento da demanda real é paulatinamente reduzido, posto que as inversões públicas não são capazes de assegurar uma oferta condizente com o incremento populacional. A própria forma de crescimento da cidade, ao provocar uma distribuição desordenada da crescente população pobre em loteamentos periféricos,⁵ exerce fortes repercussões

⁵ Pesquisa efetuada por Santos, 1985, demonstra o processo de institucionalização da periferização da população proletária de Campinas, ao longo do tempo. As moradias devem observar o "padrão municipal" de "habitação do tipo mínimo" ou "habitação proletária de tipo econômico", sendo que nesta última, a área não deve exceder 60m², construídos em um único pavimento. A regulamentação desses parâmetros está contida nas sucessivas leis municipais: Lei 308, de 19.05.1923, Lei 187, de 06.07.1936, Lei 18 de 29.06.1949 e finalmente a Lei 2825, de 06.07.1960. Semeghini, 1988, por sua vez, levanta com

sobre o atendimento às demandas mais populares.

Quanto à demanda de maior renda, a ação pública tanto se deu na modernização e ampliação da rede de infra-estruturas para suportar os efeitos da verticalização, como operou grandes transformações na paisagem urbana. Decorrentes destes investimentos, tem impulso a parcelização do solo com a realização de lucros consideráveis, através da implantação de novos e sofisticados bairros residenciais e da construção intensa de novos edifícios de apartamentos. Se por um lado, o modelo de desenvolvimento econômico foi responsável pelo aumento do contingente pobre da população urbana, a atuação do poder público contribuiu para o agravamento do deficit habitacional e de serviços populares e para o domínio da expansão física da cidade pela especulação dos capitais imobiliários. A grande explosão da favelização na cidade resulta, por consequência, da confluência desses dois fatores.

O desempenho da COHAB Campinas traduz bem a dimensão dessa atuação: em 19 anos de existência, apenas 37% da demanda registrada tiveram acesso à casa própria, ou seja, 18.860 dos 50.295 inscritos. Uma aproximação do deficit habitacional local deve acrescentar às 31.435 inscrições pendentes da COHAB, o montante relativo à faixa excluída do atendimento das cooperativas habitacionais - 3 a 5 salários mínimos. Sendo este de difícil quantificação, admite-se a projeção calculada por Santos, que qualifica de "otimista", o total de aproximadamente 55.000 moradias por serem construídas em Campinas, ou seja, 35% do total de edificações da cidade.⁶

Representativos do caso específico da questão habitacional no município, esses dados demonstram o processo de empobrecimento

abundância de informações, a situação da oferta de serviços públicos de educação, saúde e transportes no município, resultante do padrão recente de acumulação.

6. Os dados sobre habitação são das Secretarias da Promoção Social e de Planejamento e Coordenação da Prefeitura Municipal de Campinas. O cálculo do deficit habitacional foi retirado de Santos, 1985.

da população trabalhadora. Em 1970, os favelados representavam 0,9% do total de habitantes de Campinas. Em 1980, esse número atinge 8% elevando-se de 3.090, registrados na década anterior, para 47.656 pessoas. Segundo a Secretaria de Promoção Social da Prefeitura Municipal de Campinas, em dois anos, 1971 a 1973, mais que duplicou o contingente de favelados, que na década foi ampliado em 16 vezes, enquanto a população total do município cresceu em 2 vezes.

Esses dados são ainda mais expressivos quando se verifica que 30% dos moradores de favelas tiveram melhor condição de habitação anterior na cidade e que 80% dos chefes de família no momento da pesquisa estão empregados.⁷ Destes, 89% têm uma renda de até 3 salários mínimos, sendo que 75% percebem até 2 salários mínimos.

A análise dessas informações não pode deixar de acenar para o nível de contradições resultantes do padrão de acumulação adotado no país. De um lado, a dinâmica de uma economia, incentivada pelo Estado, capaz de atrair 370 mil migrantes em dez anos (contingente maior que a população do município em 1970) e de consolidar um alto padrão de consumo para as classes alta e médias; de outro, o empobrecimento das classes populares, cuja condição de reprodução é bem representada pela "desurbanização" dos espaços clandestinos em que vivem. A deterioração do antigo padrão de vida, de que se orgulhava a cidade, parece ser algo bastante distante e cada vez mais difícil de ser restaurado, à medida que se desacelera a economia e cresce a dívida pública local. Um preço social muito alto para a viabilização do padrão de acumulação.

⁷ A tipologia de emprego apresentada pela pesquisa efetuada pela FMC/SPS, em 1981, permite identificar que do total da população economicamente ativa residente em favelas, 68% estão no mercado formal de trabalho, 12% estão no informal, enquanto 20% são inativos. Ressalta-se a então reduzida participação da economia informal na reprodução daquela população, o que destaca a baixa remuneração da força de trabalho, elemento impulsionador do crescimento da economia brasileira.

1.2. processos de construção de imagens de si: prática de violência ou adaptação a culturas dominantes

O alto preço para a viabilização deste projeto detém uma marca das mais evidentes e de grande repercussão para a sociedade. A desagregação do tecido social, estimulada pelos níveis de reprodução da população verificados acima, constitui um campo propício à não representação da noção de lei, ou seja, da preponderância do arbitrário nas relações humanas. Resultam daí fenômenos diversos que caracterizam a referida desagregação e, numa ordem invertida, terminam por significar a forma pela qual os indivíduos se identificam entre si e com o mundo. É o que tentarei demonstrar com o presente estudo de caso.

Presentes nas favelas estão os sintomas sociais inerentes às condições econômicas associadas à experiência cotidiana da arbitrariedade: o desamparo que caracteriza o menor abandonado, a degradação por que passa a figura paterna que não consegue suprir o sustento dos filhos, a violência institucionalizada e presente no cotidiano, a promiscuidade de famílias obrigadas a conviver num mesmo cômodo, a exploração do trabalho do menor e o rebaixamento do salário dos adultos, a ausência de políticas que objetivem as causas destes sintomas e não apenas o atendimento paliativo de suas conseqüências.

Pouco referidos na análise das condições de reprodução das classes trabalhadoras, estes sintomas são apenas constatados pelas autoridades e pela própria população, no sentido de justificar atuações policiais repressivas, embasadas em fortes argumentos estatísticos. Estes, ao contrário, por serem o principal instrumento da economia, assumem peso decisivo na condução de políticas governamentais: correspondem às normas de comportamento da sociedade de massas, ao lidar com grandes números, desprezando atos ou eventos considerados desvios ou flutuações. Com isso, fundamentam-se argumentações, obliterando elementos importantes para a construção de instrumentos teóricos necessários à análise desta sociedade de massas, de suas exigências e do significado de relações cotidianas. No entanto,

reside nas conseqüências dos sintomas sociais, um conjunto de fenômenos de grande importância para o entendimento dos movimentos e organizações populares, ou de sua ausência. Fenômenos que são especialmente importantes para a condução do trabalho dos assessores destes movimentos e organizações.

Sendo a vivência, nestas favelas, fortemente referenciada na arbitrariedade, cuja manifestação mais freqüente é a violência, a visão de mundo possível de se constituir ali adquire contornos específicos. Ocorre que a percepção da realidade está muito mais condicionada por sentimentos, experiências concretas e referências transcendentais, que por conceitos sistematizados. Daí resulta uma representação do real, cujas manifestações são constantemente adversas à condição do favelado, o que implica em diferentes possibilidades de comportamentos, como pude observar no estudo de caso. O primeiro deles se caracteriza pela ausência definitiva de instituições - família, escola, organizações civis, comportamento socialmente institucionalizado - que representem a possibilidade de aquisição da noção de Lei. Remete a um sentimento de desamparo e conseqüentemente a uma constante ameaça de morte, ou seja, a um estado de completo terror. Neste sentido, não é preciso "muita ciência para afirmar que uma pessoa aterrorizada que desconhece a Lei, enquanto princípio, é capaz de praticar qualquer desatino e, ao mesmo tempo, sofrê-lo." (Berlinck, 1988) A experiência concreta decorrente destes sentimentos não poderia deixar de ser a prática da violência.

Se numa esfera política, a violência se manifesta como a conseqüência fatal de se eliminar todas as ameaças contidas na ação humana, uma vez que esta desencadeia processos imprevisíveis, num campo destituído de representações totalizadas e organizadas da realidade, a violência adquire outras significações. É apenas, a experiência possível de indivíduos, cuja imagem fragmentada de si incorpora a violência como uma de suas partes. Ela emerge como o canal de comunicação com tudo com que se relacionam, constituindo-se não num meio, mas numa experiência cotidiana da qual não se podem furtar. É no campo da

violência, o poder cede lugar à força, a organização da esfera política cede lugar ao "cidadão invertido, aquele que tem absolutamente presente a ordem pública como repressão." (Paoli, 1982) Daí a alusão sistemática às favelas como locais de grande violência, justificando recorrências constantes de operações policiais repressivas e invasões aos espaços privados, fortalecendo a associação da imagem dos moradores ao bandido e ao crime. Por dificuldades óbvias, quase não se verificam experiências de assessoria neste campo, pelo que não nos deteremos nele mais. Tentativas, apenas, foram registradas no campo da psicanálise, junto a menores delinquentes, no Estado de São Paulo. (Berlinck, 1982)

No entanto, este comportamento constitui apenas uma das possibilidades de responder a uma mesma percepção da realidade. Há pouco eu me referia ao significado de instituições políticas para a aquisição da noção de lei, e com isso, do que se conhece por constituição do sujeito. Esta experiência é fundamental para a reação à arbitrariedade, de modo a viabilizar a manutenção de relações políticas, o que requer o reconhecimento da condição humana da pluralidade: só os homens no plural conseguem verificar o significado das coisas, por poderem falar e serem inteligíveis entre si e consigo mesmos. (Arendt, 1981) A busca de experiências de pluralidade pode se constituir numa segunda possibilidade de percepção do real. Nesta, centrarei a análise, por ser o objeto preponderante da atuação da assessoria estudada. O campo característico desta alternativa de relação social são as associações de moradores, com uma rotina e uma prática já instituídas, com a colaboração de agentes externos.

O reconhecimento da condição humana da pluralidade, contudo, não se dá aí, senão na evidência ainda da própria ausência de poder que caracteriza seus personagens: a "pluralidade" decorre mais seja da necessidade de conquistar alguma força, que venha a assegurar uma imagem diferente daquela do criminoso perante o conjunto da sociedade, seja da necessidade de legitimar a representatividade de lideranças comunitárias e a atuação de agentes externos, seja da necessidade de também conquistar itens

de consumo necessários à reprodução social. Entre estes, distingue-se a moradia, tanto o abrigo contra as ações do tempo, como o símbolo da aquisição da força objetivada.

A moradia é um bem de significado complexo que assume importância particular para os favelados, de tal forma que consiste no principal objetivo das mobilizações coletivas. Primeiramente, reflete o custo da trajetória percorrida desde o campo, local de origem predominante dos moradores de favela, até o último endereço na cidade. Trata-se de um percurso todo marcado por experiências que traduzem uma ordem social sistematicamente desfavorável, a confirmar a condição de inferioridade e impotência em que se percebem no conjunto da sociedade:

"... a maioria, às vezes falam que são paranaenses, mas vai procurar bem, é que já foi expulso de outro lugar talvez, foi pra outros estados e veio parar aqui, na cidade de Campinas." (A., membro de associação de moradores)

A experiência de desterritorialidade na cidade como que remete a uma anterior: a perda das referências comuns às gerações anteriores, desaparecidas junto com a possibilidade de permanecer vivendo do trabalho rural. A perda da propriedade da terra rural instaura grande insegurança, e o medo passa a ter grande significação nos auto-reconhecimentos, submetendo o ex-camponês, daí em diante, a sentimentos de frustração e impotência. Trata-se de experiência vivida de forma particular pelos que mantêm algum engajamento em organizações populares, embora seja comum ao conjunto dos favelados:

"... todas pessoas (...) que veio do campo, é um cidadão que talvez nem precisa viraté aqui. Então eu acho que ele não conhecia os seus direitos, era um cidadão sem conhecimentos." (L., membro de associação de moradores)

"... a terra é sagrada e por falta da terra, hoje, milhares e milhares sofrem e têm ainda muito espaço pela frente para sofrer, porque nós não soubemos defender a terra. No tempo dos meus avós, que meu avô era um posseiro e ele sentiu medo, a ameaça dos fazendeiros, ele

entregou seus direitos de mão beijada. (...) Nós fomos pessoas que nos sentíamos ameaçadas e sentíamos medo e o medo não resolve essa questão, acaba por complicar." (M., líder comunitária)

"A terra é a coisa mais importante na vida do homem, porque a terra pode viver mil anos sem um homem em cima dela prá trabalhar, mas o homem não pode viver um dia sem a terra, e temos que lutar pela terra, precisamos da terra em todo ponto de sobreviver, pra moradia e pra alimentação nós precisamos da terra." (G., líder comunitário)

A falta transforma a terra rural num bem místico, que se transfere para a moradia na cidade. A casa simboliza assim o resgate de um passado, ainda que não vivido, no campo: o equilíbrio que a natureza representa. Da expectativa de um futuro mais digno, a casa também se torna um meio para se ter o "direito que todos têm" na cidade, o que significa atribuir um segundo significado à moradia:

"(a casa) Significa a natureza, porque quando você constrói uma casa e significa você ter aquela casa em cima do seu terreno, você já sabe que tem o direito que todos têm e a saúde que você vai mais obter dentro daquelacasa. (...) E a casa que a gente fala é uma vida completa." (R., moradora de favela)

"...a casa é uma segurança na vida da gente, porque a vida é muito triste para a gente resistir ela hoje." (G., membro de associação de moradores)

Um terceiro aspecto simbólico da moradia remete à possibilidade do sujeito de reconhecer-se com um lugar próprio no mundo, já que este lugar é condição indispensável para o acesso ao campo do saber e do poder. Daí porque ultrapassar os limites da impotência tem a ver com a posse da terra ou com a propriedade de uma moradia socialmente reconhecida, que abrigue os indivíduos e os introduza de volta na sociedade dos homens, uma vez acabada a trajetória até a cidade. Tem a ver com a propriedade privada, não pelo caráter de apropriação a ela atribuído pela sociedade capitalista, mas pela complementaridade que a esfera privada de-

tém junto à esfera pública. Neste sentido, a propriedade privada assegura aos homens um espaço onde lhes é garantida a privacidade e o processamento das funções familiares e, dentro delas, a possibilidade de se constituírem integralmente como sujeitos, aptos às relações políticas.⁸ Não é por outra razão que os cidadãos gregos, ao elevarem a esfera política ao mais alto conceito, preservavam fortemente a vida privada: "...sem ser dono de sua casa, o homem não poderia participar dos negócios do mundo, porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse." (Arendt, 1981)

A percepção destes aspectos simbólicos da moradia para o favelado termina por confirmar a condição de impotência deste favelado e os mecanismos de que se utiliza para preservar sua existência diante do medo constante que lhe causa a ausência de poder. Transpor os limites do medo se torna uma aspiração para tais indivíduos, mesmo que irrealizável em muitos casos. Antes porém, é preciso reconhecer estes limites para que os indivíduos possam vir a desenvolver fórmulas de como minimizá-lo ou reduzir o grau de submissão em que se percebem em relação ao mundo. A via do engajamento a alguma organização de defesa de interesses coletivos é uma alternativa para tal reconhecimento, tanto quanto pode vir a ser um espaço possível de pluralidade na favela. A organização popular passa a se traduzir no campo de resistência ao medo, ou seja, na tática do enfrentamento comum da ordem social desfavorável:

"...e nós tivemos que assumir, tivemos que aprender, a necessidade fez nós aprender." (G., líder comunitário)

"...a gente não tinha uma experiência da gente falar que não (...) O que é que a gente tinha dentro da gente? A gente tinha: 'Puxa, ele é um cidadão! E quem sou eu? Eu vou me calar porque eu não me conheço'. A gente não tinha voz ativa de dizer qual era a pessoa que o cidadão estava falando". (N., membro de

⁸ A natureza das relações privadas específicas das funções familiares que repercutem sobre a possibilidade do indivíduo adquirir uma condição política, é assunto abordado com mais detalhes no próximo capítulo.

associação de moradores)

"Olha, eu vejo assim, a luta da Assembléia do Povo: com muito que ela não construiu, ela construiu tudo até agora, porque naquele tempo o próprio favelado não era respeitado." (M., membro de associação de moradores)

Como não podia deixar de ser, reconhecer a própria fraqueza é processo doloroso, para o qual se tende a fazer uso de alguns mecanismos de defesa, mas que já impulsiona para algum espaço de pluralidade, quando é possível tornar público este processo nas discussões da associação de moradores:

"É muito importante aquilo que você sente de expor, e ser conhecido o que tem dentro da gente..." (M., líder comunitária)

Mistificar a força adquirida com a "luta" da organização se constitui num desses mecanismos de defesa, que adquire dimensão especial para os mais engajados, os líderes da comunidade. Para estes a simples existência da organização representa uma espécie de materialização da crença na força que se adquire através da "luta". Não importa tanto qual a reivindicação pela qual estejam trabalhando em dado momento. O essencial é o símbolo atribuído à organização na imagem que passam a ter de si próprios e da imagem com que precisam se ver reconhecidos na sociedade. Para as lideranças, portanto, a dissolução da organização é golpe duro demais, contra o qual desenvolvem grandes esforços. Afinal entra em jogo sua crença nos homens e na vida mesma, apesar da promessa sempre reafirmada do "reino de Deus". Daí a necessidade de sempre assegurar:

"...o trabalho da Assembléia do Povo nunca vai morrer". (M., líder comunitária)

A postura em favor do mais fraco é resultante assim, de um mecanismo de defesa particular aos líderes, além de corresponder a certas exigências de comportamento formuladas pelos assessores: optar pela associação, ou seja, o meio com o qual se identificam e que não lhes imporá resistências ou pressões contrárias às suas

necessidades e objetivos. Mais ainda, sua representatividade, assegurada pela associação que dirigem, indica a intensidade com que podem seguir acreditando na via da "mobilização" e da "conscientização" como alternativas ao campo da violência, no objetivo de acesso à cidade.⁹ Daí porque é tão importante realçar as vitórias alcançadas e a força adquirida através da opção pela organização:

"... a necessidade do povo é o povo decidir pela cabeça deles, é o povo saber que ele é um povo de um braço gigante que tem a capacidade de construir e de usar a capacidade daquilo que construiu." (M., líder comunitária)

"...o que estava faltando no povo era um tipo de união pra conhecer e acreditar um no outro, mas a primeira luta da Assembléia do Povo é fazer o povo entender o direito que nós temos. Então por isso que hoje em dia temos toda a força de nós conseguir e estamos lutando ainda em conhecer o direito da terra." (A., presidente de associação de moradores)

"Esse cidadão mais pequenininho é o mais forte, porque ele tem o braço gigante e tem uma talência para vencer e aqueles, eles têm uma talência menor, o espírito de chorar, de gritar e nós não temos. Nós temos espírito de lutar, de vencer, de construir e ir morar naquilo que construímos, morar dentro de uma favela." (N., membro da diretoria de associação de moradores)

⁹ Neste aspecto é reveladora a afirmação de M., presidente de associação:

"eu me sinto muito mais feliz em estar perto de um inocente, sofrido, massacrado, do que estar perto de um cidadão que quer mostrar aquilo que não é. Eu sinto mais feliz estar dentro da favela do que estar dentro do poder, conversando com quem já está acostumado a trair."

É como se estivesse ao seu alcance uma participação pelo poder, materializado no executivo municipal; no entanto é a própria M. quem recua e reconhece que "ser feliz" é a alternativa possível, o que conduz à necessidade de se distinguir do poder instituído, não apenas por lhe ser muitas vezes adverso, mas por lhe intimidar.

A "luta" da comunidade se revela, portanto, uma prática, como as demais práticas cotidianas, definida pela ausência e busca de um lugar próprio. (Certeau, 1985) Trata-se de uma defesa diante do mais forte ou do poder hostilizado, no sentido de o contornar, para fazer uso dele. Constitui-se num instrumento de indivíduos fracos que precisam desenvolver habilidades em aproveitar momentos, conjunturas, circunstâncias: quanto mais fraco se é, mais se revela necessário ser inteligente. A ausência de lugar próprio cria dependência em relação ao tempo e impede a criação de resistência às metamorfoses da ação deste, daí porque é preciso, saber fazer o melhor uso do momento. Deste modo é possível transformar o imposto pelo modo como ele vai ser usado, numa lógica de adaptação a situações e valores estranhos. (Girard Nunes, 1988) É o que se passa na relação que une assessores a assessorados, e estes aos agentes governamentais no presente estudo de caso.

Ocorre que, no momento em que a comunidade atribui a organização, no caso, à Assembléia do Povo, função de propiciar os mecanismos de defesa diante das situações adversas por que passa, em contrapartida, é esperado por líderes e assessores que esta comunidade se submeta a uma dada forma de controle. Comportamentos e reações particulares são exigidos na condução da luta pelo "bem comum", segundo uma intenção declarada de viabilizar a mobilização do grupo e a continuidade da ação coletiva. As práticas da organização desempenham tal controle, entretanto, que chegam até às relações primárias, à vida privada das pessoas. (Cardoso, 1985)

Divergências não podem deixar de surgir a partir daí, entre moradores e assessores, numa reação à rigidez dos papéis exigidos para a mobilização. Num efeito associativo, a reação se transfere para o significado que os moradores atribuem à associação, criando condições para o afastamento entre os membros da direção da associação, a quem é responsabilizada a impropriedade do comportamento exigido, e a "base". A direção tende então a se aproximar dos agentes de assessoria, com quem compartilha o sentimento de ameaça aos mecanismos de defesa assegurados pela

organização, sentimento este provocado pela reação dos que não se submetem às formas de controle. Afinal, a continuidade da ação coletiva não pode ser atingida, sem significar um risco às lógicas de sobrevivência do grupo de assessores, das lideranças comunitárias e, na visão destes, da própria organização. Em momentos como este são reafirmados propósitos e estratégias anteriormente estabelecidos, numa tentativa de neutralizar a ameaça. É o que se percebe no comentário do morador, a respeito do trabalho de execução coletiva do projeto de urbanização de sua favela:

"Porque muita crítica também, muitas pessoas ficavam de lado: 'olha lá, os engenheiros trabalhando'. É uma coisa que dá crítica, não é? Quando a gente passa até hoje, passando, medindo com uma trena na mão, com uma linha, o povo grita 'olha lá, o engenheiro!' pra desanimar a pessoa, eu acredito assim, 'lá vai os engenheiros!' Mas o povo, eu acho que foi compreendendo que esse nome pra eles vai ser vitória mais tarde." (G., membro do grupo de trabalho de mutirão de sua comunidade)

As divergências internas da associação são administradas de modo a assegurar a validade do pressuposto básico: a prática da violência ser preterida pela opção por um processo de adaptação ao universo cultural dominante ou imposto pela dinâmica da cidade grande. O morador engajado na associação afirma assim uma "vontade histórica de existir", daí o porquê do engajamento: dispor de uma organização que lhe forneça respaldo para realizar o ato público de falar, o senso para distinguir e escolher entre diferentes perspectivas e uma historicidade própria. O uso do discurso em público assume relevância nas relações de força, à medida que permite o reconhecimento e a expressão da vontade e a redefinição da posição de fraqueza:

"...mas o cidadão, não era pra existir divisão de uma pessoa pela outra, somos todos iguais, como o Maluf, o prefeito ou o vereador, somos iguais, o cidadão brasileiro que leva um título só dentro da organização brasileira." (L., membro de associação de moradores)

"...eles ainda colocou na cabeça do

trabalhador: "você não fala política, porque nós estamos ganhando prá falar política!" (...) Mas qualquer cidadão tem o direito de falar política e defender a sua política." (M. líder comunitária)

"Eu acho que a gente tinha assim que ter aquela mais força com o povo porque o povo dispõe daquilo que sente. Que ele fala bonito ou que ele fala feio, ou que ele fala (...) como um nalfabético, mas a obrigação é de ouvir a necessidade dele, do que eles estão dizendo." (A., membro de associação de moradores)

As afirmações acima revelam a incorporação de práticas de adaptação a valores e situações impostos, à medida em que o morador vislumbra perspectivas de alteração. É uma postura que, contudo, não acontece sem o reconhecimento da posição de fraqueza e dos instrumentos necessários ao alcance da alteração desejada. Assim, por ser difícil reconhecer a própria condição de fraqueza, o que ocorre é a idéia de que a alteração da relação de forças poderia se dar através da concentração de esforços, através da soma, da "união" e outros mitos:

"...o povo tem que conhecer o que é uma luta, o que é a união, porque é a união que faz a força." (A., membro de associação de moradores)

A mitificação da união e da força do grupo social, resulta do reconhecimento de sua enorme fraqueza e da aflição que implica tal reconhecimento. Daí a dependência na concentração de esforços e no número de membros da organização que processam as reivindicações e demais necessidades. É essa mitificação tanto se verifica necessária para as relações com os interlocutores da organização, como também para aquelas com os membros entre si. Consiste num elemento da auto-identificação dos indivíduos que participam do espaço coletivo da associação de moradores, da "comunidade".

Se situações adversas surgem sistematicamente no confronto com os campos de poder que os moradores são obrigados a enfrentar, reafirmando a limitação a que estão submetidos, a reação no caso em apreço é realçar o valor de sua organização.

Concentrar nela a fonte de fortalecimentos dos indivíduos e do grupo. Com isso, seguir acreditando numa alternativa à violência e à loucura.

"...a gente vai ter mais força prá lutar porque a gente já venceu uma luta e daí a gente vai ter aí pra confirmar." (M., líder comunitária)

Este é o campo propício para a atuação do assessor. Já é possível aqui "conhecer e acreditar um no outro", condições essenciais ao estabelecimento das relações políticas objetivadas pelas assessorias. O espaço da distinção necessário ao reconhecimento de si e dos outros, necessário à troca e à pluralidade, exige um lugar comum onde se processe o discurso, ou seja, a fala sobre experiências também comuns ou relevantes para o grupo. Apesar de se encontrarem ainda bem distantes da esfera pública, os discursos acima denotam sensibilidade para a importância da pluralidade na revisão da condição de impotência. O reconhecimento desta distância está presente na constatação feita sobre o próprio objetivo da organização:

"...o trabalho comunitário ajuda assim, para que o povo tenha força prá enfrentar esse poder que fala bonito e é bem vestido." (M., líder comunitária)

"...a única lição que você pode encontrar é entre os amigos, porque ninguém sozinho resolve os seus problemas (...) e a gente encontra gente com as pernas curtas e cansadas, até a gente chegar nessa distância é muito tempo." (M., membro de associação de moradores)

A organização se mostra mais como o instrumento de mediação entre o mito e a realidade, que o lugar das diferenças necessário à constituição de indivíduos e de relações políticas. O mito que significa possuir força e reconhecimento público perante a organização social mais, ampla e a realidade caracterizada pela impotência e submissão a valores impostos e pela ausência de lugar próprio. Daí a distância entre o espaço da associação e a esfera pública de fato.

O discurso muitas vezes reflete uma visão religiosa de mundo. Ao invés de reconhecimento pleno de uma capacidade ou força próprias, instala-se no lugar uma "crença" num mundo ideal, esperança longínqua de futuro melhor. E nessa fé não há espaço para favelado, apenas para "cidadão", como se os substantivos fossem antônimos. A organização espelha essa visão e desenvolve a fé, que pode vir a dificultar o reconhecimento da própria condição, ao lançar mão de explicações simplistas ou conformistas da realidade. Trata-se de utilização muito recorrente que se confunde com as análises racionais adquiridas na prática das reivindicações coletivas junto ao poder público, e com sentimentos e experiências cotidianas. A síntese é traduzida na "luta", cuja base, contudo, é o desejo de adquirir força para dizer "não", para possibilitar a expressão de uma identidade própria.

O desejo que se apreende é de que essa identidade própria seja diferente da do favelado, o "trabalhador de mais baixa classe". Apesar de se ver como trabalhador, a categoria em que se percebe é tão insignificante quanto a capacidade de sua palavra ser considerada em público. A negação da condição real, em algumas situações, demonstra o quanto é contraditória a abordagem dada pela própria direção do movimento a uma questão de tamanha dimensão para o alcance de seus objetivos. Da mesma maneira que alerta contra a injustiça que sofre, o morador de favela, em função do estigma de criminoso adquirido, desenvolve igualmente o sentimento de repúdio a sua condição, objetivando a mudança dessa condição, e não da imagem a que é associado no conjunto da sociedade. ¹⁰ Como se, por mais que tentasse

¹⁰ Nesta passagem do discurso, M. revela a condição essencial do seu sentimento de impotência, porém demonstrando já ter adquirido uma lógica e um vocabulário que evidenciam sua prática enquanto líder comunitário, no contato com agentes externos. A fala organizada é um elemento de distinção evidente entre os líderes e a "base" da comunidade e, principalmente, o instrumento básico de confronto com o poder público, seu principal interlocutor. O objetivo, aqui, é deixar de ser favelado, ao invés de conquistar um reconhecimento social, apesar de ser favelado. Não será essa a única via? É o que

demonstrar a si mesmo que é um cidadão como outro qualquer, ou que é possível a realização desse sonho, ainda assim todas as evidências demonstram o contrário. É o que se pode perceber do "recado" que o líder comunitário dá a seus companheiros, moradores da favela como ele:

"... que eles não acreditem que são uns favelados, que são trabalhadores de mais baixa classe, que também não é. Ele é um trabalhador comum e a luta só pode ser garantida se acreditar nela, se ele não acreditar não tem luta construída. (...) que o povo tenha consciência dentro de si e saber que todo o povo junto tenha a capacidade de fazer todas essas lutas que a gente faz e que pode continuar e devem conversar com os

companheiros, mostrar que a luta existe..."
(M., líder de sua comunidade)

O movimento atende, neste aspecto, à necessidade de viabilizar canais de comunicação com o mundo da legalidade que é o meio social mais amplo. É ter acesso a suas instituições, espaços e indivíduos "superiores", no sentido de reverter a má imagem de si mesmos e de seus locais de moradia. O objetivo de obter melhoria nas condições de vida parece, neste sentido, determinado pela necessidade de adquirir forças para enfrentar o poder e a sociedade, já que estes não admitem no seu convívio parceiros tão desiguais. Mais que enfrentar, significa a possibilidade de ser ouvido pelo poder instituído, o que, a seu ver, adquire grandes dimensões e o sentimento de ter alcançado seu real objetivo, reequilibrando as relações de força:

"... porque o (prefeito), quando viu o povo assim tão organizado, eu acho que ele sentiu medo e eu acho que ele fez aquilo que o povo pediu." (S., membro de associação de moradores)

afirma A.:

"E a gente enfrenta a luta da favela não pra ser favelado mas para mudar a estrutura, que o favelado não tem direito à terra e não tem direito à moradia." (A., líder comunitária)

A Assembléia do Povo representa outro significado, porém, para um terceiro grupo que se caracterizaria por uma certa inércia diante da impotência em que se reconhece: nem responde às adversidades com a prática da violência e do crime, nem com a mobilização em torno de um trabalho coletivo. Segue no enfrentamento das situações desfavoráveis de forma particularizada, sem conseguir problematizá-las ou transformá-las em elementos de uma experiência comum, de modo a tentar revertê-las conjuntamente.

A relação com os agentes externos e interlocutores também se processa segundo esta inércia. Dificilmente os membros do grupo se mobilizam para se dirigirem às instituições, ou mesmo são ativos na solicitação de assessorias. Ao contrário, parte destas a iniciativa do contato e da continuidade de algum trabalho, ora sendo privilegiada a aliança com o poder público, ora com a organização popular.

A ligação à organização é preservada, mesmo sem dela participar de fato, uma vez que através deste contato podem os membros de tal grupo receber informações consideradas importantes para as estratégias de sobrevivência escolhidas (ou possíveis). Para tanto é preciso seguir um mínimo de exigências feitas pela organização. Elegem então um grupo de representantes e se lançam ao intento de constituir sua associação de moradores. Tentativa muitas vezes frustrada de alcançar sobrepor-se à condição de extrema fraqueza em que se percebem e aproximar-se do padrão de comportamento do outro grupo, considerado mais forte, para com este guardar sentimentos de solidariedade. Do sucesso deste outro grupo depende a possibilidade de acreditar que podem constituir um coletivo com força própria, ou mesmo seguir acreditando no impulso de vida que os faz evitar a opção pela violência.

Aqui, a urbanização - ou o que se entende dela - passa a ser especialmente uma resposta à necessidade dos moradores de se

verem livres do estigma de "marginal".¹¹ A diferença é que, neste caso, parece ser suficiente morar numa casa de alvenaria para se transformar a imagem hostilizada. Nenhum esforço se verifica significativo na tentativa de minimizar os outros fantasmas que cercam o grupo. Entre eles, e mais que no outro grupo, o medo se destaca como condição característica. Medo diante do mais forte, medo de retaliação, medo de falar e expor idéias, medo que aumenta à proporção da fragmentação da imagem que possuem de si próprios, o que contribui para a imobilização dos indivíduos e do grupo:

"Não tem essa participação, tem medo. É o caso que está acontecendo nas favelas. Não está participando da Assembléia do Povo com medo da prefeitura. E esse dizer que eu digo para vocês, eu converso também com favelados de outras favelas e a gente está por dentro desses assuntos e é o caso que está acontecendo que muita gente sai fora de medo." (A., representante de sua comunidade)

Aqui também o reconhecimento da condição de fraqueza é processo difícil, embora seja mais evidente. Não é por outra

11 O confronto com os moradores do bairro onde se situa a favela parece ser um fato constante e ao mesmo tempo revoltante para os favelados. A distinção entre uns e outros parece-lhes residir nas condições de habitação, apenas, o que os remete ao desejo de "urbanizar" a favela. É o que N. nos deixa perceber, no relato de uma situação de confronto com um desses moradores:

"...eu escutei aquilo porque ele viu que eu morava na favela, eu ia passando pela frente da casa dele e ele já foi dizendo que os favelados iam bagunçar na porta da casa dele. (...) mas não é só os crioulo das favela, talvez um de vocês que moram em casa possam fazer as coisas mais erradas que os próprios favelados."

Mais adiante N. completa seu pensamento explicitando o que entende por cidadão:

"No meu pensar é uma pessoa que quer ser igual aos outros, independente. (...) pelos direito que os donos da casa tem, que tem os terreno lá..." (N., moradora de favela)

razão que G. necessita afirmar que não está só na sua situação, que "muita gente" passa pela mesma experiência. Estabelece assim um código de sobrevivência que preserva seus mitos e alguns mecanismos de defesa para poder conviver com o medo. Não consegue porém reunir elementos necessários à problematização e superação da dificuldade enquanto grupo, apesar da constatação de que muitos são os que enfrentam situações semelhantes. Neste caso, muitas vezes é mais conveniente desconhecer a esfera da participação e outros instrumentos da vida coletiva, apesar de já ter tido demonstrações de que através deles houve acesso a algumas melhorias em outras favelas.

Uma das poucas experiências que alcançam um nível de discussão pública no grupo local, é a vivência do sentimento de injustiça diante do conceito negativo por que são tomados os favelados, especialmente pelos habitantes do bairro onde se situa a favela. Ainda assim, se vêem impedidos de responder às provocações por que passam com certa frequência. O silêncio é a alternativa possível diante do medo instalado e da sensação de ilegalidade em que se percebem, apesar de cercarem-se de elementos para afirmarem o contrário. É como se reconhecessem uma ponta de razão nas provocações. A falta de lugar próprio, aqui, adquire dimensões bem maiores, de modo que não se viabiliza táticas de defesa diante do mais forte. Com isso, as ações levadas adiante o são basicamente pelos "representantes",¹² que

12 Não se pode reconhecer nestes a condição de líderes da comunidade, pois esta não se constitui de fato, bem como objetivos ou estratégias. Tais "representantes" não estabelecem relações de coordenação e se vêem impotentes para representar os interesses do grupo nas esferas do poder instituído:

"...porque eu não sou uma pessoa assim pra levar, pra representar a favela. A gente representa mas não presidente, sem ajuda de pessoas mais formadas. Eu não me acho preparado nisso aí."
(G., representante de sua favela)

Ao ser perguntado sobre como deveria ser um presidente, G. responde, com palavras que mais parecem não serem suas:

"Seria assim, um conjunto, que nem a

cedem com certa facilidade a argumentos contraditórios, mudando desordenadamente de rumo e tornando improdutivas muitas de suas investidas em busca de melhorias.

Silêncio é o comportamento possível diante do poder, representado pelos habitantes "legítimos" do bairro, pela autoridade pública e pelo próprio agente de assessoria, considerado um aliado. A condução das reivindicações da organização e do movimento aos quais se referenciavam ao entrar em conflito com o poder público, libera opiniões e comportamentos antagônicos entre as instituições em confronto. O medo de sofrer retaliações, tanto por parte do movimento, quanto por parte do poder público, leva os indivíduos a se posicionarem sem consistência, cedendo a argumentos sumários, desde que formulados por sujeitos de força. A atividade própria ao grupo não é capaz de resistir a tais pressões, mudando sistematicamente de orientação. Até que não veja mais significado em aproximar-se de uma ou de outra instituição, ou de ambas.

Nesta, como em outras situações, mecanismos de defesa são acionados para camuflar a condição de fraqueza. Atribue-se freqüentemente a um fator isolado a causa das dificuldades não superadas:

"A gente não pode falar quem é, quem não é, então é a administração do país." (N., moradora de favela)

"A gente trabalha até às seis, vai a pé e de lá, a gente vem a pé pra casa. Não é que a gente está desprezando o movimento..." (G., representante dos moradores)

"...porque eu reclamei (...) que nós não tinha dinheiro pra passagem, que dirá fazer um plano (de urbanização), tirar da onde pra poder participar?" (M., membro do grupo de liderança)

A alegação de falta de dinheiro é mecanismo sempre recorrente na preservação de um mínimo de dignidade. A falta, por ser flagrante, não deixa margem para discussão; afinal, é forte argumento para a dificuldade de mobilização. Fica evidente, porém,

assistente social estava falando: entrar com um registro e a ata e o projeto prá levar em frente..."

para o próprio favelado e para quem escuta sua fala, que a questão financeira não é determinante. Ela é, isto sim, necessária para assegurar o limite do que pode ser dito sobre os efeitos da arbitrariedade, na formação das personalidades dos membros do grupo.

A existência de algum fôlego para a mobilização das pessoas em torno de uma atuação conjunta atende, assim, a diferentes objetivos: a necessidade de manter alguma relação com uma organização popular que encaminhe reivindicações e demandas essenciais; a exigência de institucionalização do contato com o poder público para tirar partido da política social em vigor; a necessidade de, em algum momento, arregimentar esforços para enfrentar a urbanização como resposta à imagem pejorativa adquirida na favela; o desejo de superar a condição de impotência; e a aspiração de responder à "boa-vontade" e "confiança" depositada pelos assessores naqueles indivíduos.

A postura dos assessores, de muita dedicação e sabedoria aos olhos do grupo, mais cedo ou mais tarde, desperta neste um sentimento de dívida. Qualquer iniciativa do grupo parece estar respondendo a esta dedicação, o que faz os moradores se verem na obrigação de se lançarem em atividades e tarefas, quase sempre coordenadas pelos assessores. São iniciativas, no entanto, que não logram êxito, não têm constância, nem significam um momento na constituição da ação coletiva ou do espaço das relações políticas. Elas respondem à "consideração" que os moradores percebem despertar nos aliados assessores, através dos quais têm acesso a informações importantes, à linguagem do discurso em público e à perspectiva de identificarem em si mesmos elementos de auto-confiança. Tal reação pode ser percebida no sentido que G. atribui às reuniões do grupo:

"É através de orientação pra melhora pra morar, não assim uma cobrança de vocês (assessores) que estão participando, estão trabalhando pra nós melhorar a situação, porque nisso aí nós levamos pra frente como consideração do trabalho (dos assessores)." (G., representante de favela)

A relação com os agentes externos se mostra uma referência significativa, envolvendo sentimentos de apreço e dependência, mas também atendendo às necessidades imediatas do grupo. A troca se estabelece, num sentido que, contraditoriamente, termina por ser definido pelo grupo e não pelos assessores, apesar de se reconhecer a força destes.

No momento em que não se torna mais necessária a atuação da assessoria, o grupo deixa isso facilmente evidente. Mesmo quando ainda havia muito campo de trabalho para aquela. O que importa é marcar as diferenças de interesse, apesar da aliança reconhecida:

"... não é nada de maldade com vocês (os assessores)." (N., membro do grupo de representantes)

O fato de reconhecerem nos assessores uma maior capacidade de trabalho, além de condições superiores de saber e força, ao que se tornam dependentes em algum momento, deixa a descoberto sua impotência, diante daqueles e de si mesmos. Pode ser este o elemento definitivo para a ruptura, amenizando o incômodo de uma dívida que não pode mais ser saldada: a "comunidade", a eleição das reivindicações coletivas e a ação organizadora, exigências dos assessores, não se mostraram viáveis. Não há mais sentido, então, para a atuação destes. A experiência da falta é vivida de tal forma, que parece ser neutralizada pela imagem fragmentada que os indivíduos têm de si, submetidos à arbitrariedade de sistemáticas situações adversas. E neste processo, nem a relação com os assessores se mostra capaz de reconstruir essa experiência da falta, pelas exigências que estabelece e pelo modo como evidencia o que se quer esconder.

No processo de retirada da assessoria, a atuação de seus agentes é valorizada pelos representantes, que lhes respondem o que eles querem ouvir, satisfazendo-os no plano do discurso. Na prática, ao contrário, o comportamento contradiz o que é falado, de tal forma que fique evidente aos assessores que sua presença já não é mais desejada. E a condição de inércia não seja mais

incomodada. O grupo passa a acompanhar de longe as conquistas do movimento popular, na expectativa de se beneficiar de posturas mais sensíveis do poder público junto ao universo de carências da população mais pobre.

É este o grupo social a partir do qual analisarei a atuação das assessorias ao movimento popular. De um lado pela riqueza dos elementos encontrados em situações extremas que evidenciam os conflitos e limites desta atuação, e de outro, por ter acontecido num ambiente como este minha experiência de assessoria, que neste trabalho passa a se constituir num estudo de caso.

1.3. o estado-provedor e o espaço da negociação

É evidente que nas três situações descritas acima, a presença do Estado se caracteriza não pela sua capacidade de constituir relações políticas, mas por uma série de instrumentos de controle da esfera privada do trabalhador urbano. O nível de itens da reprodução deste incapazes de serem supridos pelo próprio salário, exige uma maior participação do Estado na oferta de alguns bens e serviços básicos que terminam por estabelecer referências significativas às identidades deste trabalhador.

Em primeiro lugar, essa participação do Estado é bastante intensificada, não só através da atuação repressora dos instrumentos policiais. A situação de ilegalidade que caracteriza estes espaços é motivo suficiente, na visão do Estado, para justificar um outro tipo de atuação, que se caracteriza pela intervenção no campo privado das famílias. Estas, consideradas "nocivas ou patogênicas", precisam ter seus membros "recuperados" para poderem ser colocados a "serviço da nação". (Costa, 1979) Para tanto, são promovidas políticas sanitaristas e de saúde pública, assim como políticas de tratamento do menor delinqüente, via FEBEM, cujos resultados têm demonstrado corresponder a objetivos menos explícitos de controle social.

A partir daí, a relação de dependência perante o Estado, no sentido de complementar o salário e assegurar a reprodução, tem levado a uma outra referência: sua esfera privada não só é controlada, mas principalmente ampliada. Se é na relação que mantém com o Estado que o indivíduo adquire a noção de cidadania, esta se processa em torno de necessidades (legítimas) do processo vital, de modo a remediar conseqüências da natureza perversa do processo de acumulação. Com isso, questões pertinentes à vida privada, como os itens necessários à subsistência, ou a sua falta, chegam à esfera pública, transformando a reprodução social do trabalhador na sociedade de massas em um tema central para as relações políticas. A vida individual, ou a preservação da vida, passa a ocupar o lugar da "vida" do corpo político.¹³

É óbvio que a constituição de relações políticas e do interesse pelo caráter mundano destas relações vem se tornando um exercício bastante difícil. Ao invés da ação política, é a fabricação e seu conceito de processo que condicionam agora as atividades humanas,¹⁴ segundo seus ideais de produtividade e racionalidade. Estes conduzem os homens no sentido de valorizar-lhes as capacidades de raciocínio, dedução, conclusão e de prever conseqüências, ou seja, evitar a imprevisibilidade da ação.

Como efeito da consolidação desses valores, o homem moderno tende a reduzir suas experiências a experiências consigo mesmo, num processo de alienação em relação ao mundo, num jogo de

13 Arendt, 1981, desenvolve o conceito de esfera pública associando esta a sua complementar esfera privada, demonstrando a importância da existência de ambas para a constituição de relações políticas e pluralidade entre os homens. A via do não-autoritarismo. Esta análise está presente no conjunto desta dissertação, encontrando-se mais detalhada no segundo capítulo.

14 Para Arendt, é da natureza do processo permanecer invisível, ou seja, a existência dos indivíduos e das coisas só pode ser inferida da presença de certos fenômenos. Ao contrário, a natureza do ser é revelar-se, sendo esta uma condição para as relações políticas.

percepção de sensações estritamente privadas. A sociedade, por sua vez, passa a ocupar o lugar da família, passa a ser o sujeito do novo processo vital, sendo que a acumulação se constitui na essência desse novo processo vital. Processo este desencadeado pela expropriação e caracterizado pela contínua e crescente geração de riqueza. A sociedade passa a ser, a partir daí, "propriedade tangível, mas pertencente a uma coletividade de donos, o território do estado nacional..." (Arendt, 1981) A participação numa família perde a significação para a participação numa classe social, assim como a propriedade da família tem seu valor cedido ao território nacional.

Com as dificuldades daí decorrentes para a constituição de referências à existência de relações políticas, ocorre ao lado do declínio do conjunto das esferas pública e privada, a criação da massa solitária e alienada do mundo. O membro da sociedade de massas, pois, não pode ter rosto, ao ser privado de tais referências na formação de sua personalidade. Tem sentido, assim, a qualificação da sociedade moderna - "de massas".

O Estado tem historicamente participado de articulações de interesses, de forma a promover essa noção individualista da reprodução do trabalhador, dela se beneficiando e conduzindo com desenvoltura a relação que mantém com este, apesar das ambigüidades daí decorrentes. Dessa forma, o Estado contribui mais com o processo inerente no homem moderno do movimento para dentro de si mesmo, que proporciona condições para aproximá-lo do mundo que o rodeia e da noção de cidadania. Ao contrário, estimula a noção inversa de autoritarismo. O Estado no Brasil não foge à regra. Especialmente quando se refere a um meio desprovido de condições materiais mínimas necessárias à reprodução humana, onde o processo de alienação do mundo assume proporções mais nítidas. Ao viver para trabalhar e comer, a população de espaços como o da favela se aproxima, assim, da primeira classe de trabalhadores livres da história, descrita por Arendt: não só estava "diretamente sob o agulhão das necessidades da vida, mas, ao mesmo tempo, alheia a qualquer cuidado ou preocupação que não decorresse imediatamente do próprio processo vital."

Sem se constituir no sujeito, no dono privado de uma parte do mundo comum, e sem deter os meios de assegurar as necessidades de sua própria existência biológica, o habitante destas áreas está bastante permeável à intervenção de agentes externos, especialmente do aparelho de Estado. Daí a afirmação anterior da desenvoltura com que este conduz suas relações com moradores de favelas, particularmente com aqueles que não se percebem capazes de constituir e explicitar força e vontade.

Dispõe o Estado do controle da condução das referidas relações, beneficiando-se da condição de impotência de seus interlocutores. Ao se perceberem dependentes de uma política de "boa-vizinhança" para com o poder público, para conseguirem alguns itens essenciais à reprodução, e sem contar com qualquer poder de negociação, os favelados são submetidos a fácil manipulação de interesses. Em períodos eleitorais, o voto pode significar algum instrumento de barganha, sempre utilizado em troca de favores ou bens. Tal prática vem apenas reforçar a noção distorcida do Estado e da coisa pública, bastante difundida na população pela abundância de posturas populistas adotadas historicamente pelo Estado, no Brasil, em diferentes conjunturas. São as conhecidas trocas de favores, em alianças veladas, onde o aparelho de Estado é tomado como instrumento de concessão de benefícios, seja a um grupo, seja a um indivíduo em particular, com algum grau de liderança que pode ser cooptado. Neste sentido, a possibilidade de se constituir um espaço político na relação entre a comunidade e o Estado, se vê sacrificada e substituída pela ampliação do campo da privacidade, na barganha pela subsistência.

Uma terceira referência é associada ao Estado, na favela: a figura do Estado-provedor, ou seja, do patrão com forte poder de controle da esfera privada do trabalhador, aos moldes de algumas relações de trabalho rurais.¹⁵ Nestas relações, itens de

15 É fato comprovado a origem rural da população favelada, como foi visto no item anterior. Apesar de uma trajetória tortuosa em direção a diferentes pontos e núcleos urbanos, que pode durar anos, as referências culturais permanecem vivas apesar das

reprodução da força-de-trabalho são assegurados por concessões extra-monetárias (casa, abastecimento d'água, terra para lavoura de subsistência etc.), previstas pelo contrato de trabalho. Ao invés de representarem uma conquista para a categoria, estas concessões significam um controle a mais e de grande eficácia, do patrão sobre seus empregados.

Como demonstra Lopes, 1978, ao investigar o operário de usina de açúcar, concessões como a do roçado são o trabalho gratuito que o empregado presta ao patrão, livrando este de elevar o padrão de remuneração necessário à reprodução de sua força-de-trabalho. O salário não se constitui numa medida de valor de trabalho ou do esforço despendido. É apenas uma medida resultante da unidade de tempo, o que vai pressionar o prolongamento da jornada, ao se tentar compensar o baixo valor da hora-trabalho pelo número de horas trabalhadas. O prolongamento sistemático da jornada é uma demonstração da inserção perversa do trabalhador no processo produtivo, o que se acentua à medida que os ganhos de produtividade permitidos pelo desenvolvimento tecnológico não são repassados aos salários.¹⁶

transformações experimentadas, em maior ou menor grau. Esta origem se constitui, em muitos casos, num dado de identidade comum a determinado grupo de vizinhos, que tende a analisar fatos da experiência presente, remetendo-os a relações de trabalho anteriores, lançando mão de imagens cheias de elementos da vida passada. É dessa forma que M. descreve a apropriação pela prefeitura de uma obra que resultou do trabalho da comunidade. Por considerar a apropriação ilegítima, M. compara-a a uma mula, o animal que não pode procriar:

"... a Prefeitura mostra que ela é que quer ser a dona do trabalho. É a mesma coisa assim, que a gente morou no interior e a gente tinha experiência muito grande sobre a vivência dos animais, os animais e a vivência dos animais. E tem dias que por aqui, agora que eu moro aqui na favela, que a gente vê igual aos dias que a gente vivia lá no interior. Tem uma criação que eu acho que você já ouviu falar que é a mula. A mula não produz filho. Então a gente vê (...) a Prefeitura que dá essa imitação daqueles animais que a gente via. Quando por exemplo uma vaca, ela tivesse um parto, a mula que não teve o parto, ela queria ser mãe. Então está aí a Prefeitura, mostrando essa experiência que a gente tem." (M., liderança popular)

¹⁶ Recordo aqui a teoria marxista de formação de mais-valia no processo produtivo. Ao equacionar o preço do trabalho

O trabalho alternativo para complementação da subsistência torna-se prática essencial. Efeitos sobre condições de trabalho e reprodução do trabalhador são óbvios: além de pressionar para baixo o valor do trabalho do profissional, acelera o desgaste físico deste e exige a introdução precoce dos filhos na atividade de manutenção da família, causando assim a invasão da esfera do trabalho na esfera doméstica. Invasão que só vem a ser reforçada com a concessão dos demais itens do salário não-monetário, dispostos em função do padrão de conduta exigido pelo patrão. Só que, aos olhos do trabalhador, o conjunto de concessões não-monetárias figura como um sistema de compensações, cujo funcionamento regula o conflito diante dos baixos salários, e da reduzida capacidade de mobilização, justificando para si próprio os excessos na exploração do trabalho. Este sistema de compensações é denominado por Lopes de "fetichização do salário-hora".

Esta forma de se relacionar com o salário leva o trabalhador a minimizar o valor de sua capacidade de produção, conseqüentemente de sua capacidade de reivindicação por melhores salários e condições de trabalho, e a raciocinar a vida apenas do ponto de vista da esfera privada. Repercussões sobre a representação que o trabalhador tem de seu trabalho e de si próprio são evidentes, assim como a situação desfavorável encontrada no mercado de trabalho. Pressionam a formação de sua identidade no sentido de fortalecer a imagem destituída de força que tem de si e do lugar que ocupa na sociedade, agravada pelo fantasma do desemprego interiorizado.

processo produtivo. Ao equacionar o preço do trabalho proporcionalmente à jornada, Marx demonstra que quanto mais esta é ampliada, menor é o valor diário da força-de-trabalho, uma vez que o tempo gasto para executar uma mesma tarefa na produção de um produto permanece inalterado. Ocorre, assim, o aumento do volume de trabalho executado por um trabalhador, o que implica na maior oferta de força-de-trabalho no mercado e na redução de salário pelo trabalho ampliado. A diferença de valor daí decorrente, auferida pelo capitalista, tende a crescer com a modernização do processo produtivo. Daí porque a redução da jornada de trabalho se constitui numa reivindicação histórica das classes trabalhadoras. (Marx, 1982)

Apesar de ter sido circunstanciada pela investigação sobre relações bem peculiares de trabalho em usina de açúcar, esta análise é perceptível nas relações de trabalho urbano, em que pese o salário-hora. Sendo este uma constante na tipologia de emprego verificada nos trabalhadores residentes em favelas, verificamos que o mecanismo de fetichização do salário é utilizado também entre estes. Neste caso, contudo, o Estado assume um papel destacado, como o agente que proporciona os itens necessários ao sistema de compensações. Um agravante ainda se verifica, uma vez que não estão os referidos itens assegurados pelos contratos de trabalho da população ativa destas áreas.

Ao dispor de meios para oferecer os bens e serviços básicos para a reprodução da força-de-trabalho urbana, cujo salário não é capaz de garantir, o Estado é tomado, por assessores e lideranças populares, como o interlocutor fundamental dessa força-de-trabalho. O que assessores e lideranças não procuram verificar é que, com isso, ao mesmo tempo estão deslocando o lugar de eventuais confrontos pela conquista desses bens e serviços básicos, cujo endereço seria originalmente o patrão que força para baixo os custos com mão-de-obra. O confronto de moradores com o Estado, e mesmo eventualmente com o capital imobiliário, tende a acentuar a baixa capacidade de mobilização de categorias "subalternas" de trabalhadores com fraco poder de negociação sindical. A própria concepção da social-democracia, ao atribuir ao Estado o dever de assegurar ao cidadão itens como saúde, educação e habitação, pressiona neste sentido. E numa sociedade caracterizada por forte concentração de riqueza, como a brasileira, o interesse em fortalecer a imagem do Estado como o provedor dos necessitados, é elevado a altas proporções, dissociando a problemática da oferta de bens e serviços coletivos do campo da luta por melhores salários.

Neste aspecto particular, os movimentos reivindicatórios por serviços urbanos apenas corroboram a exploração da força-de-trabalho, ao atribuir ao Estado a parte de sua reprodução que os salários não são capazes de suprir,

desconhecendo conexões essenciais com movimentos sindicais, mesmo considerando algumas funções de oferta e abastecimento de bens à população, como sendo funções estatais. Postura decorrente daí é responsabilizar o Estado pelo nível de carências em que se encontra a população, concentrando nele o foco das reivindicações: já que o salário não dá prá viver, o Estado que se vire para suprir a subsistência do povo. Não resta dúvida que se trata de atitude conveniente aos interesses dos agentes determinantes da acumulação, o que explica a indiferença com que estes tratam os movimentos reivindicatórios, à exceção do capital imobiliário, em alguns casos.

No entanto, a demanda por estes bens supera em muito a capacidade de oferta do Estado. E não é atendida por razões as mais diversas, que, como se sabe, vão desde a má administração da coisa pública até a definição de prioridades de investimento em infra-estruturas econômicas e outras exigências da reprodução ampliada do capital. A defasagem entre oferta e demanda, contudo, não se constitui num fator de recolocação do confronto por melhores condições de vida. Apenas acentua uma imagem negativa do Estado perante a população. Mais que isso, agudiza situações de exploração do tempo livre do trabalhador, através da institucionalização do sobretrabalho. Experiências as mais diversas vêm ocorrendo em todo o país, nas mais diferentes áreas, através da execução de programas oficiais de construção de casas populares por mutirão, de apoio à construção e manutenção de escolas, creches e postos de saúde, de iniciativa da própria população. A desvalorização da força-de-trabalho excede os limites da baixa remuneração de tal forma, que chega até a permitir a flexibilização do papel já institucionalizado do Estado na complementação da reprodução da classe trabalhadora.

Neste sentido, não deixo de colocar alguns questionamentos para boa parte da literatura sobre movimentos populares, posto que detêm larga influência sobre o desempenho dos assessores. Afinal, é preciso verificar, como afirma a bibliografia, em que medida é de fato um salto tão qualitativamente superior dirigir ao Estado alguns itens de reprodução do trabalhador (Jacobi,

1980), itens que antes estavam assegurados por concessões extra-monetárias comuns em relações de trabalho rurais.

Ao ser transferida ao Estado a responsabilidade de suprir parte da reprodução social da força-de-trabalho, não se tem assegurado, porém, que aquele vai cumprir com a atribuição. O que ocorre com frequência é uma situação bem diferente: o capitalista se retira completamente do campo de confronto, o trabalhador se perde no emaranhado da burocracia do aparelho de Estado, numa situação de sujeição, enquanto o Estado capitaliza de ambas as relações que estabelece com o patrão e com o empregado. Não pretendo aqui aprofundar esta questão, apenas a levanto no sentido de trazer alguns elementos não suficientemente considerados no estudo específico dos movimentos populares, particularmente na reflexão sobre a atividade de assessoria a estes movimentos. Pois é com acento que a literatura tem se referido ao caráter político-transformador atribuído aos movimentos populares. A partir de super-valorização de práticas consideradas inovadoras, porém, tende a reduzir a base analítica da investigação sobre o tema, e com isso imprimir influências até certo ponto questionáveis no próprio encaminhamento desses movimentos, especialmente na sua relação com o Estado. É o que se verifica na ênfase dada à natureza desta relação, qualificada de profundamente antagônica, no que é estimulada pela vivência do regime autoritário dos anos 60/70. O Estado é caracterizado nos meios acadêmicos (o que repercute nos meios "populares"), como uma figura obscurantista e monolítica, o inimigo autoritário por natureza, cuja atuação sistematicamente desfavorável à população deve concentrar todo o poder de fogo dos movimentos. (Jacobi, ... 1987)

Tal análise desconhece as contradições internas inerentes ao aparelho de Estado, as transformações por que este vem passando, a progressiva democratização das relações sociais e da gestão da coisa pública. Remete as lideranças populares a um confronto tal que dificulta uma melhor capitalização da atuação estatal, bem como distorce para tais lideranças a noção de poder instituído. É muito frequente na direção dos movimentos uma postura

maniqueísta que atribue ao poder uma materialização do mal, de tal forma que não se almeja conquistá-lo, enquanto instrumento para realização de interesses coletivos. Trata-se, esta noção de poder, de uma das referências mais significativas para as organizações populares, adquiridas na condução da relação com o Estado. E o que se verifica regularmente são manifestações como a de G.:

"... porque a gente sabe que o poder, ele rouba a liberdade, o caráter da pessoa se apresentar..." (G. membro de associação comunitária)

A experiência de constante enfrentamento na relação com o que representa o poder é fator decisivo na constituição da noção de poder, entre os membros de organizações populares. Afinal, aos olhos destes, uma vez incorporado o raciocínio e o discurso ideológico dos assessores, é evidente uma associação entre poderosos, capaz de tornar o aparelho de Estado um instrumento de interesses antagônicos aos seus. É consequência óbvia, nesta análise, qualificar o poder de "mau-poder", generalizando a conceituação para qualquer outra esfera ou instância estatal ou de administração pública. Verifica-se, assim, constantes manifestações de repúdio ao poder, especialmente entre os referidos membros e lideranças de organizações populares, uma vez que são os que se defrontam efetivamente com o poder público. Estes transferem para um conceito geral, as experiências adversas vividas junto ao aparelho de Estado, atribuindo ao conceito de poder uma "natureza" corrompida e sempre ameaçadora, o inverso da "natureza" da organização popular. O poder concentraria o mal, ao contrário da organização, que representaria a justiça:

"Eu vejo a Assembléia do Povo como a justiça mesmo, porque a justiça só nasce daquele que tem a pele ferida. (...) Eu não vejo a Assembléia do Povo como um poder, mas eu vejo a Assembléia do Povo como uma justiça que está buscando a libertação." (R., membro de associação comunitária)

Na realidade o poder é mau não só porque não realiza as

reivindicações populares como se deseja, ou porque é autoritário, mas porque intimidada. As pessoas reconhecem em si, como ressaltei, uma condição de impotência que torna custoso enfrentá-lo, daí porque nestes casos, se prefere guardar distância e se distinguir dele. Aprender a lidar com essa intimidação é condição necessária ao relacionamento com o poder público que venha a proporcionar dividendos à comunidade. Como resultante desse aprendizado, muitas vezes se torna desnecessária a função dos assessores. Não pela evolução política alcançada pelos assessorados na sua relação com o Estado, mas por verificarem estes que uma outra via de acesso a bens e serviços coletivos pode se apresentar a partir desta relação com o poder instituído, em moldes diferentes daquela visão monolítica de poder, que foi recebida dos assessores.¹⁷

A análise do Estado brasileiro, feita por estes agentes, ao verificar a atuação desfavorável daquele para com as classes populares, no tocante ao processo de acumulação, identifica o caráter conjuntural do papel jogado pelo Estado, num dado período histórico, com o conceito mais geral de poder. Trata-se, evidentemente de uma análise que é repassada aos movimentos, no decorrer da prática destes agentes, fortalecida por uma noção universal de poder que diz: "Nada em nossa história tem durado tão pouco como a confiança no poder, (...) e nada é mais difundido que a convicção de que o poder corrompe." (Arendt, 1981)

A consequência mais significativa desta noção, acentuada pela sucessão de experiências negativas perante o aparelho de Estado, é uma espécie de isolamento em que os movimentos se colocam, caracterizado por uma renúncia ao poder. Produto da condição de impotência do grupo social e de uma análise particular da constituição do Estado brasileiro, trata-se de noção que detém forte repercussão na condução dos movimentos, posto que o Estado foi eleito seu principal interlocutor. Afinal, como constituir

¹⁷ Esta percepção, diferente da dos assessores, da relação com o aparelho de Estado, assim como uma visão também diferente da associação de moradores aos olhos dos próprios moradores encontra-se mais detalhada no Capítulo 3.

relações políticas e uma esfera pública baseando-se num conceito de poder que leva a renunciá-lo? Mais que isso, o que esperar de movimentos populares que dispensam a geração de poder, apesar de possibilitar a reunião das pessoas numa coletividade? Não estaria na contradição entre a noção de "mau-poder" e o desejo de superação da condição de impotência um entrave a encaminhamentos melhor sucedidos para com os objetivos estabelecidos pelos movimentos?

Sem dúvida, o Estado tem sabido se beneficiar deste modo confuso no trato do poder, pelas organizações populares, tanto mais, quanto maior for seu caráter autoritário. É o que se passa com a capitalização de práticas populistas, como ressaltai, e com o privilegiamento da contradição a nível económico da relação com as organizações populares. A interlocução tem se dado basicamente na reivindicação por itens de reprodução material das classes trabalhadoras, e muito pouco a nível da marginalização política destas classes. Acesso a informações, a instâncias estratégicas e mesmo à constituição de novos canais de comunicação para a democratização do aparelho de Estado e da gestão pública, são itens recentes na pauta de reivindicações populares, para os quais as organizações deverão estar atentas, à medida que governos mais sensíveis aos problemas populares forem sendo eleitos. Afinal, são elementos de grande importância na constituição e consolidação de espaços de poder no interior das organizações, além de pressionarem a modernização do aparelho de Estado.¹⁸ Neste sentido, novas questões são colocadas aos movimentos populares à medida em que se reduz a expectativa de atuação sistematicamente detrimental do poder público para com as classes populares, afirmando-se a possibilidade de institucionalização de práticas e formas mais democráticas de participação. Reduz-se também o entendimento da natureza das organizações populares (movimentos ou mesmo partidos políticos), enquanto estratégias de protesto contra maus governos, ou de resistência coletiva ao medo comum de enfrentar o

18 Para uma maior discussão do conceito de poder, ver capítulo 4.

"mau-poder", o que estreita a dimensão destas organizações e introduz elementos outros de consolidação de visões contratitórias ou equivocadas.¹⁹

Entretanto, tem prevalecido na relação com o Estado e na forma como se travou essa relação, uma representação negativa de poder, com grandes repercussões para a consolidação do "sujeito coletivo" objetivado pelas organizações populares e, especialmente, pelos seus agentes de assessoria. Trata-se porém de uma representação que encontra explicações na postura do poder público, cujo desempenho tem freqüentemente se voltado em direção oposta às condições de constituição de relações políticas entre as camadas populares. É o que verifico na afirmação de G.:

"E a gente está dentro de um poder muito grande e muito sabido e esse poder, o que ele quer fazer é isso mesmo, é a mesma coisa de ele vir raptar a consciência do pessoal..." (G., membro de associação de moradores)

A relação com o Estado tem se constituído, portanto, para as organizações, num espaço de negociação de itens de reprodução social dos trabalhadores subalternos. A capacidade de articulação de pautas de reivindicação, no decorrer do processo de negociação, tem desenvolvido uma expectativa de geração de poder, mais especificamente entre os grupos de liderança e de assessoria destas organizações. Contudo, noções como a de integração com movimentos sindicais, o grau de intervenção do Estado-provedor na esfera privada dos trabalhadores, e mesmo a noção de poder adquirida na relação com este Estado-provedor, têm sido pouco trabalhadas ou têm adquirido funções contraditórias aos objetivos estabelecidos pelas próprias organizações. Estas noções podem vir a se constituir em referências importantes no desdobramento do processo de democratização vigente no país, especialmente com a

19 A constituição de um partido político proletário é, aos olhos de M., um instrumento de contestação, tanto quanto o movimento:

"...o trabalhador oprimido, ele lança um partido, é o único modo que ele tem de protestar um governo que não tem a capacidade de responder ao povo."
(M., líder comunitária)

ascensão ao poder instituído, pelo voto, de membros destas assessorias e organizações. Para tanto, novas questões deverão ser colocadas aos movimentos, considerando-se a viabilidade da vivência nestes de um campo político, ao invés do espaço mais restrito da negociação pela sobrevivência. É no sentido de verificar essa viabilidade, discutirei a seguir, o espaço de atuação dos assessores, a partir do conceito básico de espaço público.

CAPITULO 2 O ESPAÇO DE ATUAÇÃO E O OBJETIVO DO ASSESSOR

No capítulo anterior, eu fazia referências a determinados conceitos aos quais atribuía certa significação para movimentos e organizações populares. Eles formariam a base teórica dos instrumentos de trabalho dos assessores destes movimentos e organizações, cuja reflexão sistemática propiciaria feições mais nítidas aos objetivos estabelecidos no interior de cada instituição.

Falava de referências a conceitos como arbitrário, espaço público, esfera privada, pluralidade, corpo político, que considero irrecusáveis no contexto de quem analisa ou intervém, como agente externo, nas chamadas lutas populares. Especialmente se for lembrada a preponderância desses agentes, cuja formação se deu na área das ciências sociais, de modo que se percebem assessores e intelectuais a um só tempo. A natureza desta formação repercute singularmente sobre a condução de organizações e movimentos populares, tendo em vista a base ideológica que mediatiza as relações entre assessores e assessorados, assim como as exigências comportamentais daí decorrentes. Mais que isso, a repercussão do uso feito do instrumento teórico chega até a própria identidade dos membros das organizações populares, senão lhe dando forma, pelo menos consolidando alguns de seus aspectos decisivos. Assim qualifico estes aspectos, porque dizem respeito ao reconhecimento de vontade e saber, ou seja, à constituição do sujeito enquanto cidadão.

Circunstanciando a análise de passagens colhidas na atuação da assessoria da Assembléia do Povo, verificarei agora como a interpretação de conceitos essenciais a seu exercício, pode significar uma prática capaz de produzir desvios ou contradições aos próprios objetivos eleitos. Através da compreensão do lugar ocupado por tais conceitos, apreendidos pela fala dos próprios agentes externos e dos membros das organizações, poderei aquilatar a dimensão da influência exercida pelas assessorias sobre os movimentos. Para tanto, efetuirei um contraponto entre

os conceitos e a interpretação a eles atribuída, com frequência, nos meios de reflexão específicos dos assessores, tanto na prática propriamente dita, quanto na difusão de idéias através de veículos de informação popular.

2.1. o totalitário e o campo do político

De modo geral, a formação dos agentes externos tem sido pautada por leituras particulares do pensamento marxista. Só que tais leituras são incorporadas a partir de iniciativas mais ou menos individuais destes agentes, cujo ponto analítico comum reside no ideal de sociedade justa. A "ficção comunística", como é chamada, seria implantada tão somente com o desaparecimento das distinções entre proprietários e não-proprietários. Refiro-me aqui, à categoria de agentes externos chamada de "independente", uma vez que está contida nesta categoria meu objeto de estudo de caso. Além do que reconheço nas assessorias ligadas a instituições, como os partidos socialistas e a Igreja Católica, uma especificidade que as posiciona num universo à parte.¹

A introdução do agente externo nas lutas deste movimento se deu, na grande maioria dos casos, através do contato com o corpo de assessores, formado por profissionais de diferentes categorias. Para tanto, o novo assessor é intermediado por alguns destes profissionais, uma vez que demonstra sensibilidade à questão social:

... meu engajamento se dá de forma não diferenciada, como que tradicionalmente, a relação que tradicionalmente existia entre um profissional ou, como é que se diria, um técnico social, com as instituições, seja da Igreja ou do Estado. E o meu caso, quer dizer, não havia distinção substancial. Eu ia à favela, assim como outras pessoas, vinculadas a

¹ Não descarto a influência destas instituições na formação da identidade dos assessores independentes, especialmente da Igreja Católica. Ela tem sido de tamanha importância, que exigiria um trabalho específico.

instituições iam. Então ocorria automaticamente a ligação." (A., assessor da Assembléia do Povo)

"... eu morava em São Paulo, mas todo fim de semana eu ia prá Campinas, e eu tinha muito medo de virar (...) um técnico de gabinete. Trabalhava no governo, a nível de estado, a nível de cooperação. (...) aí, eu queria fazer uma experiência local, de trabalho na periferia." (C., assessora do movimento)

"Tudo começa quando estava ligado ao Instituto Filosófico São Clemente, em Campinas, que faz parte de Congregação dos Padres Redentoristas. É quando eu cheguei em Campinas eu tentei desenvolver um trabalho, que eu vinha pensando em trabalhar com favela. Não tinha noção direito, que eu trabalhava antes com drogado (...) me aventurei sozinho na favela (...) acho que essa fase de Puebla, que a Igreja pregava na época, e acho que entra também o contexto familiar: eu venho de uma família de classe média-baixa, prá média-média." (T., assessor do movimento)

Nos três casos, evidencia-se a sensibilização do profissional para com a realidade de carências do meio social, em que se constitui seu objeto de atuação. Por certo, esta sensibilização pode estar em parte associada à origem do profissional, como no caso de T., mas decorre preponderantemente de um capital de conhecimentos anterior a sua condição de assessor. Este é acumulado durante o período de formação profissional, seja ao longo de cursos nas ciências sociais, seja pela iniciativa individual de complementação de cursos outros, mais técnicos, com o aporte das informações necessárias à compreensão da sociedade em que se vai intervir. O engajamento na organização popular resulta, portanto, da natureza desse capital teórico que impõe, por sua vez, certas exigências de postura ao desempenho profissional, motivado por elementos de um discurso supostamente ideológico. Explico-me, recorrendo ao estudo de caso.

O corpo de profissionais de assessoria da Assembléia do Povo é característico deste fenômeno. O percentual daqueles formados nos diversos campos das ciências sociais é bem acentuado,

elevando-se bastante se considerarmos os que optam por tal área quando decidem complementar a formação acadêmica.² É o que ocorre particularmente com os integrantes do grupo da assessoria de moradia do movimento, composto por profissionais de arquitetura.

O capital de conhecimentos que os profissionais trazem para o movimento representa o conjunto dos requisitos necessários ao exercício da nova função. De tal forma, que vêm a ocorrer duas situações: de um lado, o referencial teórico e ideológico do novo assessor o qualifica perante o movimento, desde que com este guarde identificações; de outro lado, se toma como já finda a formação necessária ao profissional, não se verificando qualquer iniciativa para uma qualificação específica, além do saber antecedente que é disponibilizado à organização. A evidência de elementos e situações próprias à dinâmica e natureza do movimento popular não é suficiente para despertar na direção da organização preocupações quanto à necessidade de complementação da formação de seus assessores. Esta se dá individualmente com a prática, cabendo a cada profissional o desenvolvimento de seu próprio sistema de métodos e técnicas de trabalho, o que muitas vezes não vem sequer a figurar na pauta das reuniões do corpo de assessores. Nestas reuniões, a reflexão sobre a prática tende então a ceder espaço para questões de ordem administrativa, que dizem respeito às estratégias de encaminhamento do movimento:

"... o que aconteceu foi que novamente, eu acho que faltou tanto da minha parte, como da parte da equipe com a qual trabalhei, uma preparação, um trabalho de formação mesmo, antes de iniciar o trabalho. Então havia um voluntarismo e uma improvisação muito grande."

(B., assessor do movimento).

² No momento da pesquisa, o corpo de assessores da Assembléia do Povo era formado por 12 profissionais. Destes, 5 eram cientistas sociais, 4 eram arquitetos, um advogado, um universitário de Letras e um de Filosofia, ex-seminarista. Além destes, a "assessoria de moradia" mantinha um quadro de "estagiários", estudantes de arquitetura, cuja participação denotava, em dimensão mais acentuada, o caráter intermitente do trabalho voluntário característico da assessoria deste movimento. Este aspecto será abordado mais detalhadamente no próximo capítulo.

Em assim sendo, o desdobramento do capital teórico antecedente não é analisado em conjunto, dificultando a construção de uma abordagem comum ao grupo, que lhe atribua uma identidade de conhecimento e postura. Ao mesmo tempo, não se dispõe de um fórum, onde seja discutido o potencial de influência de que dispõem os assessores perante o movimento. De modo que este potencial passa a não ter o uso consciente e afinado com os objetivos a que se propõem movimento e assessores.

A falta deste espaço complementar de formação específica e reflexão sistemática se desdobra, como não poderia deixar de ser, sobre a natureza do discurso (ou discursos) com que os profissionais se dirigem aos membros, das associações de moradores. Reflete-se também sobre a visão de mundo que lhes deixam escapar através de tal discurso, e sobre as exigências dele decorrentes, dirigidas ao movimento. Dedico especial atenção à natureza desse discurso, dada a influência que não pode deixar de lhe ser imputada sobre a condução das organizações populares.

De um modo geral, e no caso da Assembléia do Povo em particular, a origem desse discurso está no pensamento dos grandes autores fundadores do materialismo histórico, o que lhes atribui uma idéia de "verdade" na essência, de uma "invulnerabilidade" e uma base "científica". É notório o lugar conquistado pelo pensamento marxista na história da humanidade assim como a solidez de sua crítica à representação burguesa de uma sociedade baseada na alienação, que une proprietários a não-proprietários. Sem a pretensão de construir um argumento contestatório ou efetuar análise detalhada do seu escopo teórico, tento aqui levantar algumas questões, tendo em vista o presente objeto de pesquisa. Neste sentido, desperta-me a atenção a abordagem do campo do político e a forma como ela é apropriada por militantes e assessores. Para sua análise, introduzo uma reflexão sobre o experimento totalitário (Lefort, 1983), que servirá de referencial a este trabalho.

É conhecida a habilidade com que o marxismo denuncia o

liberalismo e a ficção por este forjada do princípio da acessibilidade social universal e do ordenamento espontâneo da sociedade, desvendando-lhe o argumento e atribuindo-lhe uma condição de mera ideologia.³ No entanto, sua resposta à ideologia não é outra senão igualmente ideológica: desenvolve-a em torno da mesma problemática em que foi tecida a teoria liberal, isto é, a preponderância da organização da produção sobre a organização da sociedade como um todo. Em outras palavras, responde à negação liberal do antagonismo das classes na sociedade capitalista, com a idéia ilusória do fim desse antagonismo, através da abolição apenas da propriedade privada.

Mas o que teria a ver com o objeto em estudo, uma reflexão como esta? Ora, apesar de reconhecerem a propriedade privada no centro dos obstáculos a serem transpostos em direção à sociedade ideal, os assessores agem de tal forma que o cotidiano funciona no sentido de relegar ou adiar a questão:

"E é só no bojo desse caminhar que se vai atualizando isso (uma transformação da ordem). Não de uma maneira assim intencional. E eu ficava louca, quando os companheiros perguntavam prá mim: 'qual o seu projeto político, prá onde é que vocês estão querendo levar o povo?' E eu ficava apavorada porque não estava querendo levar prá lugar nenhum. Mas eu achava que trabalhando junto com ele, a gente ia chegar em algum lugar, e que esse lugar era palmilhado dia a dia." (C., assessora do movimento).

3. A questão da ideologia perpassa diferentes análises da chamada revolução burguesa. Tomo aqui dois autores, de distintas formações. Habermas, 1984, ao analisar a evolução do conceito e da função da esfera pública par i passu com o desenvolvimento do capitalismo, oferece uma visão da sociedade civil burguesa e do Estado de direito burguês. E para criticá-los, resgata a denúncia marxista sobre o recurso ideológico em que aqueles se constituem aos olhos do fundador: "... o Estado de direito burguês, inclusive a esfera pública como o princípio central de sua organização, é mera ideologia." Já Althusser, 1985, qualifica de "sistema de ilusões" o cerne da ideologia burguesa, cujo objetivo é "mascarar a exploração e submeter a ela os explorados, sendo assim um mecanismo indispensável à submissão."

Apesar de não se defrontar diretamente com a articulação corrente entre sociedade ideal e modo de produção, a assessoria da Assembléia do Povo não deixa de guardar afinidades com ela. Sem maiores reflexões, admite interpretações que definem o objetivo do assessor, a partir de um "projeto socialista que visa acabar com a exploração dos trabalhadores por parte dos proprietários". (Maduro, 1984)

É preciso escapar a tal pensamento, alerta Lefort, se há determinação em defender a liberdade, a igualdade e a justiça, a esfera do político e as condições a ela intrínsecas. E ainda, se se deseja preservar as diferenças do corpo social, e dentro delas, do princípio da distinção entre Estado e Sociedade, ou seja, a distinção entre o campo do poder, o campo da lei e o campo do conhecimento. A preservação destas diferenças assegura o exercício da condição humana da pluralidade, sem o que não existe nem se mantém a esfera do político ou uma concepção política de sociedade.

O ideal de unidade e coletivização que fundamenta o pensamento socialista não escapa de efeitos contraditórios. Ao se ver inscrito numa dada realidade, lhe é imputado o formato fictício de organização social, em que Estado e sociedade são representados como uma só coisa. No momento em que são abolidos os signos de autonomia da sociedade civil, no momento em que não são reconhecidas as condições humanas de pluralidade e heterogeneidade, assim como práticas de representação, participação e sociabilidade que não sejam determináveis, enfim, no momento em que a realidade é circunscrita aos limites da economia, não é possível uma concepção de sociedade política. Não se torna perceptível, portanto, os sinais de novos sistemas de representação e o significado de reivindicações, cujo cerne é desvendado pela noção de direitos do homem. Explico melhor. Para que haja conceituação política, como bem adverte Lefort, é necessária a existência de divisões e articulações sociais específicas, certo tipo de representações concernentes à legitimidade da ordem social que estejam fora do controle do Estado. Isso porque a esfera do político é delimitada por uma

legitimação do poder que se funda sobre o povo, tornando-se este poder, o centro da análise política.

Tendência diversa se verifica no projeto de concretização do pensamento da esquerda. Constrói uma imagem de unidade e homogeneização do conjunto social, associada à imagem do Estado onipotente, constituindo-se com isso um só corpo social. Neste corpo, ao mesmo tempo, uma parte é o todo, ou seja, o sujeito é dissolvido em um "nós" e o poder reduzido a um órgão. É introduzida então a idéia de "poder social", que remete ao ideal da abolição do poder, uma vez que este ideal está indissolúvelmente associado à sociedade onde a justiça e a igualdade estariam equacionadas.

Ora, se o poder está no centro da análise política, e se a esquerda trabalha com o ideal da abolição do poder, o campo do político não é considerado na sua conceituação. Sobrepe-se assim, o campo do ideológico, e se introduz a idéia de que discurso verdadeiro é o discurso do "poder social", capaz de elaborar o conhecimento definitivo em todos os campos. É mais, se apreende o real a partir da representação, que possa ser remetida a uma "mito-história", como se o futuro já fosse conhecido. Está preparado, dessa forma, o terreno propício à experiência totalitária. Está cercado o espaço público de tal forma, que este passa a ser o espaço privado do poder, nada lhe escapando. Enquanto isso, a ação humana, toda ela, em qualquer formação social, ocorrendo no espaço público, liga o sujeito a outros sujeitos, concebe plenamente o singular. Pressupõe um elemento constitutivo da política, que é o direito do homem de sair de si mesmo e relacionar-se com os outros pela palavra, direito reconhecido em exterioridade ao poder instituído.

Fica evidente a contradição do discurso da esquerda, e dentro dele, o discurso da assessoria, ao pretender abolir tão somente as relações de propriedade, para realizar o projeto de justiça e liberdade a que se propõe. E ao pretender destruir a alienação que une dominantes a dominados, de modo que estes deixem de existir, assim como sua antagonia. É por esta

razão, por não incorporar o político na sua análise, que a esquerda rejeita o conceito de totalitarismo. Rejeita com a mesma veemência com que repudia qualquer manobra que julgue promover o imperialismo e neutralizar a crítica ao capitalismo. Tomado como conceito, cujos objetivos são balizados por referências reacionárias, o fenómeno totalitário não se constitui em objeto de sua reflexão. Com isso, o conceito de democracia torna-se opaco, destituído que fica de sua forma contrária para se contrapor com nitidez.

Apesar de refutado, no caso da Assembléia do Povo o fenómeno se manifesta da seguinte forma:

"Nesse processo (reivindicatório) a maior parte dos bairros não conseguiu uma organização política. E então, o que aconteceu? Acabou o interesse porque não havia organização. Então, nesse momento, os agentes que estavam nesse processo assessorando, o grande debate deles era esse: 'como nós vamos politizar a reivindicação, como o reivindicatório politiza?'
(T., assessora do movimento)

O que se verifica no projeto da esquerda, como alerta Lefort, é uma certa dificuldade em distinguir as diferenças entre duas formas de atuação política: uma que se refere à capacidade de agir politicamente para a formação de um Estado revolucionário ou reformador, e outra que se refere à capacidade de se conceber a sociedade enquanto empreendimento político.⁴ Dificuldade que remete a uma outra que igualmente não

4. Ressalvo o fato de existirem análises entre os assessores da Assembléia do Povo que apontam noutra direção, porém ainda sem a nitidez esperada:

"Olha, nós temos dentro da Assembléia do Povo, tentado levar uma prática que se diferencia de dois polos de posicionamento da relação entre intelectual e trabalhador, embora o intelectual também seja um trabalhador, mas vamos colocar intelectual e favelado. Então, a gente tenta recusar, na prática, aquela concepção de que nós somos portadores de consciência. (...) basicamente uma visão que perdura aí por, talvez, dezenas de anos, pelos partidos clandestinos, a visão

distingue entre poder político (submetido a regras democráticas) e poder administrativo (com competências limitadas de direito, apesar do controle cada vez mais regular e detalhado que exerce sobre a vida social). A natureza do poder político pressupõe a fundação do poder limitado de direito, o que significa a existência de diferentes espaços ou campos (econômico, cultural, jurídico, científico, etc.), regidos por normas próprias, produzindo diferentes relações e capitais específicos. Assim, pressupõe a existência do Estado moderno (não aquele produto do capitalismo), da distinção entre este e a sociedade civil, e da legitimidade do poder. Esta legitimidade constitui o chamado caráter simbólico do poder, ou seja, a contradição de ser emanante do povo, e ao mesmo tempo não pertencer a ninguém. Idéia que articula soberania popular com a imagem de um lugar impossível de ser apropriado e que funda a democracia: o lugar do poder, nem pode ser realmente vazio (apenas simbolicamente), nem a imagem do povo pode ser materializada num partido ou num Estado que não se distinguem da sociedade. No primeiro caso, o poder é exercido em benefício de interesses privados, individuais ou corporativos, privatizando indivíduos, grupos, atividades, descaracterizando o significado da sociedade civil. No outro extremo, o princípio da diferença entre os homens é negado, e mais que isso, é negado "o princípio mesmo de uma distinção entre o que depende da ordem do poder, da ordem da lei e da ordem do conhecimento. Opera-se então na política uma espécie de imbricação do econômico, do jurídico, do cultural. Fenômeno que é justamente característico do totalitarismo." (Lefort, 1983)

É interessante observar que a problemática ideológica aproxima as duas correntes antagônicas de pensamento - liberal e socialista - exatamente na extensão que ambas fazem do Estado. Predomina a percepção de órgão de força e vontade, a serviço de determinada esfera social: ou das camadas dominantes ou das classes populares. A representação do poder é igualmente compartilhada por ambas teorias: é tida como função ou instrumento disponível às forças sociais, que deles se apropriaram.

leninista." (A., assessor do movimento)

Interessando-me especialmente pelo pensamento socialista, visto que está difundido mais largamente entre os grupos de assessoria, me chama a atenção a experiência totalitária contida no seu projeto de sociedade, à qual não escapa a perspectiva dos referidos grupos. Ora, ao prever o fim de hierarquias sociais, o pensamento socialista não prevê também a conseqüente homogeneização do conjunto social e com ela o distanciamento entre sociedade e Estado. Este passa a se colocar como o grande órgão, que detém o poder de todo conhecimento, de toda transformação e que se faz representante da "legítima" vontade popular. A esquerda não percebe que decorre desse projeto a ampliação exagerada da burocracia e a formação de camada privilegiada e destacada de burocratas, ambos porém necessários a sua natureza onipresente.

O fenômeno totalitário está instalado, ao nível do projeto social, contraditando os objetivos de justiça e igualdade de direitos daqueles que o idealizaram. Qualquer desvio constatado na direção destes objetivos é imputado a recorrências não controladas do artefato capitalista. Não lhes ocorre que o projeto social é inviabilizado pela ausência de referências políticas e de uma noção da natureza simbólica do poder. Constitui uma falta que sufoca a própria essência democrática da sociedade e do Estado moderno: a distinção entre estes dois atores, a distinção entre os setores, agrupamentos e indivíduos no conjunto social, e a preservação da articulação entre o poder, a lei e o conhecimento, em campos específicos e igualmente distintos.

Não é difícil de perceber que a carência de espaços de reflexão sobre a base teórica que pauta a ação da assessoria, dificulta a atualização da essência do projeto social que compartilha com o pensamento socialista. Mesmo dispondo de toda uma realidade empírica de práticas reivindicatórias, formatos de organização e sistemas de decisão que, ao menos, apontam em outra direção. Por sua vez, a vasta literatura específica também reforça a dificuldade. Boa parte dos textos difunde uma ênfase sobre a constituição do "coletivo social", na conquista do "poder social", e na abertura de espaços de representação classistas,

institucionalizados na esfera do político. Ou seja, a noção de processo histórico de classe prevalecendo, reduz o escopo da análise assim como dificulta o reconhecimento de outros fatores importantes, como a representação da ordem democrática e de seu sujeito.

No caso específico da Assembléia do Povo, a falta de atualização, impediu a configuração mais nítida das inquietações dos assessores, de modo a levar à abordagem mais segura e consistente da esfera do político. Ao invés disso, ocorre, na prática, uma constante e mal digerida contradição entre o projeto social - explicitado enquanto campo do político - e a atuação em direção a esse projeto - exercida com desvios para o campo do totalitário. Dessa forma, a articulação entre teoria e prática dificilmente estaria equacionando a questão fundamental dos assessores (perpassada esta também de nuances muito mais ideológicas que políticas): "como modificar a sociedade para realizar os valores, que são o ponto focal de nossa crítica?"

Basta um contato com o formato das reuniões semanais entre os agentes do movimento - favelados e assessores - para termos uma medida desta contradição. Vejamos como T. as descreve:

"(Antes), não havia reunião no bairro, a reunião era centralizada no Plo XI I, e geralmente aparecia os favelados da PUCC e da UNICAMP! É, estudantes da PUCC, da UNICAMP e o pessoal da Igreja: não tinha favelado. (...) Depois as reuniões eram aos domingos de manhã e enchia uma sala do Plo XII, lotava, super-lotava a sala. Então, cada um trazia seus problemas. Na época, G. traçava na lousa os problemas. Então, pauta: os problemas dos bairros; depois, propostas; depois, os trabalhos que deveriam ser realizados durante a semana - 'quem vai? quem pode ir em tal lugar?'" (T., assessor do movimento)

O projeto democrático aponta noutra direção. E não só pelo exercício de uma prática distinta, onde o sujeito e suas relações sociais sejam os elementos balizadores, mas também pelo discurso que reconheça e proclame estes elementos. Para chegar à constituição de um tal discurso é preciso antes,

porém, desvendar o significado desse conceito de sujeito enquanto personagem central da ordem democrática, e a relação necessária a ser mantida com o Estado e por ele assegurada. Com isso, estarei atribuindo à capacidade dos homens de se comunicarem pelo discurso a relevância que lhe cabe, e que faz destes homens seres políticos.

2.2. o sujeito e a noção de espaço público

Reportando-se a Aristóteles, o filósofo Francis Wolff (1983) afirma que o princípio do democrata é "crer na eficácia relativa da palavra de cada um sobre a ação de todos, assim como na eficácia de nossa ação sobre o mundo." É evidente a estreita articulação deste pensamento com a experiência grega de democracia. Assim como é evidente, também, a distância que separa a polis do mundo contemporâneo, e as dificuldades à democracia na sociedade de massas. Entre outras razões, pelo simples fator demográfico. Quero chamar atenção, contudo, à validade do pensamento, pelo que evidencia da condição humana da pluralidade.

Afirmar há pouco que é o discurso que faz do homem um ser político. Isso para introduzir a noção de espaço público, a partir do significado de um de seus elementos - a comunicação entre os homens.⁵ Como observa Arendt (1981), "homens e não o Homem vivem na Terra e habitam o mundo." Ou seja, é próprio do campo da política a possibilidade dos homens se relacionarem em público, de manifestarem idéias diferenciadas na presença de outros, e de se perceberem distintos e iguais. Com isso, é possível adquirirem consciência de si, enquanto sujeitos de vontade e saber.

Sendo assim, é necessário à política que os homens organizem um espaço de relação em público, cujo acesso se dá através do

⁵ Bourdieu, 1985, na sua teoria dos campos define estes como espaços de disputa pelo monopólio do capital de conhecimento específico a cada campo. Sendo que o objetivo da disputa é constituído pela linguagem e principalmente, pelo domínio da condução do discurso.

discurso, do poder falar neste espaço. Sem esquecer, por outro lado, o lugar próprio a cada um no mundo, onde se desenrolem as particularidades da vida privada e se assegure ao sujeito o conjunto de elementos básicos a sua constituição enquanto tal. A complementação desses dois lugares, a esfera pública e a esfera privada, proporciona às relações humanas a condição de igualdade, enquanto espécie, e de singularidade, enquanto sujeito, e atribui à convivência dos homens, a pluralidade de que necessitam para desenvolver a capacidade de organização política.

Não tenho aqui intuito de reviver à força os valores constitutivos da polis, ou mesmo dos princípios que determinaram a natureza da estrutura de sua esfera pública. O ideal de imortalidade e excelência, contido nessa estrutura, está bem distante das referências contemporâneas, tanto quanto os seus conceitos de liberdade e organização política.⁶ De modo que tais conceitos não poderão ser automaticamente incorporados na reflexão, se se quiser de fato tornar transparentes a natureza da atuação do assessor, e o que contraria o

6 Arendt, 1981, nos revela a natureza da polis através do conceito atribuído a alguns de seus valores mais preciosos. Entre estes, o de liberdade, estreitamente associado à política, parece-nos bastante ilustrativo: "... a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política (enquanto) a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado; (...) e que a força e a violência são justificadas nesta última esfera por serem os únicos meios de vencer a necessidade - por exemplo subjugando escravos - e alcançar a liberdade. (...) a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo." Também merece alusão o conceito grego de organização política, que referencia o de liberdade, e dá sentido ao de ação: "... a capacidade humana de organização política não apenas difere mas é diretamente oposta a essa associação natural, cujo centro é constituído pela casa (oika) e pela família. O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebia, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu bios politikos." De acordo com estes conceitos, não seria possível atribuir expressão política qualquer aos movimentos e reivindicações por melhorias nas condições de reprodução do trabalhador. Faz-se necessária, assim, a atualização dos conceitos, considerando a natureza da estrutura social à qual se refere o presente estudo. É o que tentarei desenvolver a seguir.

objetivo deste em concretizar uma ordem democrática, ou melhor, uma representação socialista de sociedade. Admito, contudo, que a prática de assessoria aos movimentos populares, se definida em relação à noção de democracia, detém alguns parâmetros referenciáveis, em parte, no pensamento grego clássico. É o que se observa com o entendimento de Lefort a respeito do fenômeno totalitário, aqui discutido, assim como com a idéia do fenômeno democrático que articula os conceitos de espaço público, pluralidade e ação, abordados por Arendt. Sendo estes conceitos decisivos para o objetivo da análise em curso, é preciso apreender mais um pouco da experiência política da polis.

O valor atribuído à vida em sociedade assume dimensões inigualáveis na polis, representando o próprio princípio da mundanidade, ou seja, a garantia de participar dos negócios do mundo, contra a futilidade da vida individual, e alcançar a notoriedade e a imortalidade. Estas, só conseguidas no espaço público, pressupõem o fato da aparência, o fato do discurso e o fato da ação. Aparência, para que seja tornado público aquilo que é relevante, para que um apareça aos outros e os outros ao um, para que se opere o princípio da revelação e distinção de cada homem diante de seus iguais. Discurso e ação, por serem as formas pelas quais a aparência se processa e é preservada: sem discurso não há memória, sem ação não há movimento no mundo, o novo não se realiza. Assim, o espaço da aparência existe sempre que os homens se reúnem para o discurso e para a ação, sendo um elemento que antecede toda e qualquer forma de organização da esfera pública.

É próprio da ação e do discurso, além do caráter revelador, o de imprevisibilidade. Ora, se é apenas através da pluralidade dos homens que se verifica o espaço da aparência, e se é nessa pluralidade que cada homem pode distinguir e revelar em atos e palavras sua identidade, não há como se prever de antemão os resultados da ação e do discurso. Discurso e ação sempre estabelecem relações, e com essa capacidade ilimitada de estabelecer relações, detém uma tendência inerente de transpor limites, controles, fronteiras. Toda reação desencadeia outras reações e novos processos. Neste sentido, fica evidente a ficção da

"mito-história" e a impossibilidade do pensamento socialista de viabilizar seu projeto pela via do totalitarismo. Reter a atividade política da ação humana é destituí-la de significado, ou seja, é negar a condição de igualdade e singularidade dos homens, condição necessária ao movimento e renovação do mundo. Mundo este que quando é comum aos homens, constitui o próprio espaço público que os relaciona, e que tende a desaparecer quando só lhe é permitido ser visto sob um único ângulo. A aparência cede lugar, então, ao isolamento e os homens não mais são vistos e ouvidos entre si, tornam-se completamente privados, isto é, privados da experiência da mundanidade. É a realidade do mundo, antes assegurada pela presença de outros, tende a ser substituída pelo imaginário - ou pelo ideológico - uma vez que a própria existência humana só adquire os contornos do real quando introduzida no mundo, na esfera pública, e não no meio homogêneo do Um e do Mesmo.

É neste sentido que percebo o significado e a influência da polis sobre o pensamento democrático, mesmo o contemporâneo. A polis era o próprio espaço da esfera pública, e diferentemente da estrutura de uma cidade com suas vias e edifícios, praças e códigos, era produto da ação e não da fabricação. É por isso que Arendt afirma: "... a polis não era Atenas, e sim os atenienses." É completa, mais adiante: "A rigor, polis não é a cidade-estado em sua localização física. É a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam." (Arendt, 1981)

Era necessário, portanto, assegurar a convivência pública entre os homens, ou a possibilidade de se relacionarem na sua singularidade, entre iguais e de desencadearem processos, enfim o campo das experiências gregas fundamentais - a ação e a política. O principal objetivo da polis era trazer ao cotidiano a experiência do extraordinário, multiplicar as chances dos homens conquistarem fama imortal. O herói grego representa bem esse objetivo. É a figura máxima desse ideal de distinção e singularidade. Sua essência é justo o extraordinário, a coragem

de sair de si para se revelar, exhibir sua individualidade e começar uma história própria. Mas o herói, embora sujeito de sua história, não detém a autoria dela ou do seu resultado final, pois sendo a história resultante da ação, dependente da atividade dos homens em conjunto. Neste sentido, a figura do herói detém o duplo conceito de singularidade (pelo que o herói revela de si próprio) e de pluralidade (pelo conjunto que proporciona em toda ação que desencadeia). Estes eram os conceitos que delimitavam a fisionomia da esfera pública dos gregos, e que davam sentido a sua existência e convivência.

São esses dois conceitos que pretendo transportar ao lugar específico do presente trabalho, no sentido de evidenciar a postura com que a assessoria se referia às transformações sociais que almejava. A ênfase nas relações de produção e nos conflitos de classe propiciava uma surdez acentuada para o significado da identidade dos membros desta sociedade almejada. Era como se a assessoria confundisse a idéia de corpo coletivo, o "muitos em um só", com a noção de corpo político, aquele em que os membros reconhecem-se uns aos outros, tomam consciência de si e do seu potencial de poder. E por desconhecer esta diferença, a assessoria acabava por inviabilizar a possibilidade de se formar uma esfera pública nos espaços em que atuava, apesar dos elementos de convivência que propiciava. Estes elementos passam a necessitar cada vez mais do apoio de estruturas e decisões exteriores aos assessorados, pois sem que estes adquiram consciência de identidade e de poder próprios não há como possam empreender ações e processos. Resulta daí, obviamente, a conhecida defasagem entre lideranças, base e assessoria: de um lado, exigências de comportamento antagônico ao poder instituído, de outro, impedimentos para a revelação de idéias próprias, uma dificuldade grande demais para compreender as razões de tal exigência e, no extremo, a consolidação da interiorização da impotência nos indivíduos. Verifica-se na prática, justo o inverso do que foi estabelecido como objetivo, mesmo embasando-se numa sólida teoria social.

Sem dúvida, não deixo de considerar como agravante neste

processo, o conformismo a que é submetida a sociedade, ao longo de seu movimento de modernização. A força da publicidade,⁷ a falta de referências a um lugar próprio no mundo, a abolição da complementaridade entre o público e o privado, o domínio da esfera pública pelos assuntos objetivos da sobrevivência e reprodução da vida, a captura do espaço público pela noção de governo enquanto representante de um só interesse, comum e "adequado" à sociedade, enfim, não são poucos os fatores que têm concorrido para tal conformismo. E são muitas as evidências de que aí não há possibilidades para a ação. Ao contrário, a sociedade de massas "equaliza em quaisquer circunstâncias, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade. (...) e a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento jurídico e político de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que distinção e diferença reduziram-se a questões privadas do indivíduo." (Arendt, 1981) E em meio a tudo isso a própria condição numérica desta sociedade é um dos fatores de tal processo, pois quanto maior a população, maiores serão as chances do social, ao invés do político, constituir a esfera pública. Ocorre então uma estrutura de relações humanas que pressupõe a harmonia de interesses, ou seja, um único interesse, assim como uma "mão invisível" que conduza o comportamento dos homens dentro de padrões preestabelecidos e os faça crer na inexistência de interesses conflitantes. E como ressalta Lefort,

7 Habermas apresenta uma noção de publicidade, em que fica evidente a dimensão de sua penetração na estrutura social para controlar-lhe os movimentos, em benefício de interesses não revelados: "A publicidade é desenvolvida como que do alto, a fim de criar uma aura de good will para certas posições. (...) serve à manipulação do público na mesma medida que à legitimação ante ele. O jornalismo crítico é suprimido pelo manipulativo." Alerta ainda o autor para o fato de interesses privados organizados chegarem à esfera pública, de modo que esta perde seu sentido de revelação, para se tornar a "corte" perante o público e em torno de interesses privados que nela são tornados públicos. Dessa forma, a publicidade e a mídia, escondendo intenções comerciais e de equalização, aparecem à sociedade como alguém interessado no bem comum, dificultando a formação de real opinião pública. (Habermas, 1984)

para esse formato de sociedades e voltam tanto liberais burgueses quanto socialistas, indistintamente, apesar de se situarem em campos analíticos tão divergentes.

Por si só, esta idéia de harmonia de interesses é uma questão a ser discutida em profundidade pelas assessorias, pelo que revela de obstáculos a sua atuação e de antagonismo ao seu objetivo. Tanto que a concepção dela decorrente de um comportamento padronizado, sem possibilidades para elaboração de visão autônoma de mundo, não propicia postura crítica, ou seja, não é capaz de efetuar avaliação de valores, conceitos e mesmo de fatos e experiências. Sendo assim, um dos objetos de intervenção do assessor seria justo o desbaratamento do "comportamento" e a abertura do espaço da convivência à pluralidade. Para tanto, evidente é a necessidade de se refletir sobre o modo como essa atuação poderá ser promovida, no sentido de efetivamente incorporar variáveis políticas no seu conteúdo.

Isto não significa que o movimento estudado não tivesse alguns elementos em comum com a noção clássica de esfera pública: ambos objetivavam a ação e o fato da ação prescindir de terceiros. Só que a assessoria não os tinha definido com adequada clareza. O primeiro elemento, a ação, era remetido pela assessoria a uma idéia de "ação coletiva". Tal ação guardava de comum com a noção abordada de esfera pública, a intenção de ser resultante de iniciativa dos assessorados, de forma que não se verificasse uma separação de funções entre os que a idealizavam, promoviam ou iniciavam, e os que a operacionalizavam. Mas restringe-se nesta intenção o que têm de comum. O conceito de ação ora enfocado remete a uma noção de saber que é partilhada pelos membros da esfera pública. De tal modo, que as partes da ação política - começo, feito pelo líder, e realização, à qual muitos se juntam para concretizar o empreendimento - guardam interdependência entre si: dependência do líder, em relação aos demais, quanto à viabilização da ação, e dependência do conjunto, em relação ao líder, no tocante à criação de uma oportunidade para agir. A distinção do líder reside apenas no fato de assumir a iniciativa e os riscos inerentes à ação, cabendo ao conjunto a

força e a determinação para realizá-la. Trata-se, dessa forma, de uma experiência própria do espaço político, em que seus membros são sujeitos atuantes, capazes de reagir a uma ação com novas ações, com poder próprio, de modo que toda ação se converte em reação em cadeia, alternando a figura do líder.

A ação concretizada no movimento, ao contrário, se traduzia coletiva mais pelo que seria capaz de representar de uma conjunção de interesses que se viam possíveis de realização apenas através da reunião de esforços, e menos pelo que continham de poder constituído pelo coletivo. Era referida pelos assessores como uma espécie de materialização do seu objetivo de conscientização, assim como a prova de que algum saber foi interiorizado e que, por ele partiriam à praça pública. Paradoxalmente, entretanto, a da ação se apresenta para os agentes assessores tanto maior, quanto menor fosse sua influência na eleição e condução daquela. Só que o saber de que se percebiam detetores devia estar constantemente policiado ao longo deste processo, como se ele estivesse sempre prestes a se converter num instrumento contraproducente. A cadeia estava assim montada: não permitiam a a manifestação de distintas identidades, uma vez que dispunham de um único modelo de "cidadão"; e este era associado ao próprio comportamento do assessor, que tendia a estabelecer eixos de identificação "como um igual" junto ao favelado. Tal mecanismo trazia desdobramentos impeditivos ao exercício do saber já constituído, mesmo que, no discurso, a ação fosse apresentada como produto do coletivo, e o saber, como subordinado aos desígnios do movimento. É o que demonstra A., ao se referir à própria prática:

"Então, a primeira maneira que a gente tenta recusar na prática é aquela concepção de que nós somos os portadores de consciência, nós somos os portadores do saber e que nossa relação terá como eixo, a transmissão desse saber para os favelados, ou seja, a consciência que deverá ir de fora (...) pra dentro da classe trabalhadora." (A., assessor da Assembléia do Povo).

É bem perceptível no assessor uma paciente determinação em preservar a autonomia do movimento, ou o ritmo particular do gru-

po em que exerce sua atividade profissional. No entanto, A. também deixa transparecer que sua "paciência" quer dizer dar tempo para que o grupo desperte para um saber já identificado e esperado. A experiência de "realizar" um futuro já sabido ou previsível, de que falava Lefort, leva o militante tanto quanto o assessor, a alimentar a expectativa de que o saber a ser adquirido pelo povo será aquele seu, pois afinal, pensa ele, é o saber verdadeiro. Não percebe a particularidade que cada membro do grupo dispõe para enriquecer com diferentes perspectivas a construção de um saber próprio e de um campo de poder, e para desencadear ações numa dada oportunidade. Ao mesmo tempo, a "paciência" facilmente se converte em ansiedade, exigindo respostas modelares, o que dificulta a manifestação da singularidade de cada indivíduo e a sua constituição enquanto sujeito de vontade e saber. Em assim sendo, é cabível atribuir à ausência de preparativos, à atuação amadorística das assessorias e à falta de espaços regulares de reflexão sobre essa atuação e sobre suas bases analíticas, as causas do descompasso entre prática e discurso. Observando mais detidamente, verifico que tal descompasso, contudo, vai mais longe, e se encontra inclusive no conteúdo do discurso em si, reafirmando as carências percebidas. É o mesmo A. quem revela o fenômeno, ainda se referindo ao saber de que dispõe. Trata-se de uma referência que se torna, às vezes envergonhada, em razão de seu ideal de equalização, às vezes insegura, sem saber bem como fazer uso de seu saber, às vezes autoritária, o que contradiz sua fala anterior:

"Se realmente nós temos algum saber ou pelo menos, nós temos facilidade de organizar o saber, mesmo que seja um saber próprio do movimento, então a gente tem que interferir no sentido que esse saber, por um lado seja assumido pelos favelados, e num segundo momento, o saber que deve ser organizado dentro do movimento, próprio do movimento."
(A., assessor da Assembléia do Povo).

A "responsabilidade" do militante de fazer difundir sua verdade num meio diferente do seu, sobre o qual exerce influência, exige-lhe que esta verdade "seja assumida pelos favelados," ao mesmo tempo em que espera a organização de um outro

saber gestado no interior do movimento. Este saber, por sua vez, representa a marca de sua passagem, a prova do "êxito" de sua atuação. Porém, penso que a expectativa de ver uma verdade ser assumida pacificamente pelo grupo é o melhor demonstrativo de que a ação está ameaçada, e que nela de fato ocorre divisão nítida entre os que a iniciam e os que a executam. Por mais que rejeitem, e aí reside uma de suas principais contradições, os assessores do movimento estudado elegiam eles próprios as iniciativas e mesmo os objetivos aos quais estas iniciativas estiveram voltadas. É sempre deixando transparecer uma idéia de que vinham em socorro à fraqueza de seus assessorados, de modo a salvar e dar continuidade ao movimento, ou seja, à sua própria função.

2.3. "governante" ou "espelho": os limites à arbitrariedade

Esta postura do assessor perante seu saber reflete bem a distância que separa o "militante-governante" do "militante-espelho". Explicarei o sentido destas categorias retomando o conceito de ação. Já foi salientado que a ação necessita de algumas condições básicas para se efetivar: convivência entre sujeitos iguais e singulares, e possibilidade para manifestação da pluralidade e interdependência entre líder e conjunto, na realização da ação, entre as mais importantes. Ora, no momento em que um líder ou iniciador da ação, apesar de manifestar interesse pelo espaço público, reivindica para si o resultado do trabalho que pertence ao conjunto, ele deixa de ser o líder, para ser o governante deste conjunto. Torna-se aquele, cuja postura divide a interdependência original da ação "em duas funções completamente diferentes: a função de ordenar, que passou a ser prerrogativa do governante, e a função de executar, que passou a ser o dever dos súditos. O governante está só, isolado contra os outros por sua força, tal como o iniciador estava, a princípio, isolado por sua própria iniciativa, até encontrar a adesão dos outros." (Arendt, 1981) Com esse procedimento, o governante retira a força do conjunto que realizou o empreendimento, assim como o reconhecimento do potencial de poder deste conjunto, de forma a evidenciar uma suposta força extraordinária de que seria portador. Decorre daí

a idéia de que um só homem, detentor dessa suposta força extraordinária de que depende sua autoridade, seria mais poderoso que todo o conjunto, é tanto mais forte, quanto mais só, mais isolado estivesse do conjunto.

A postura dos assessores da Assembléia do Povo se aproximava do modelo do militante-governante, não tanto pelo desejo de se distinguirem ou deterem perante o movimento uma força extratorordinária. Mas pelo fato de não conseguirem se furtar ao isolamento, à medida em que não se dedicavam a utilizar seu saber para facilitar a constituição do sujeito e do espaço da aparência. Da mesma forma, o seu empenho em escrever uma "mito-história" dificultava a revelação da pluralidade nas relações que propiciavam com sua atuação⁸. Assim, por mais verdadeiras que fossem as justificativas para tais procedimentos, embasadas nas condições precárias de reprodução dos favelados, e tidas como responsáveis pela debilidade "política" destes, são observações que não descem ao fundo da questão e por isso mesmo, não deixam os assessores perceberem as causas do isolamento em que muitas vezes se encontram. No movimento em estudo, não foram incomuns as ocasiões em que estes agentes eviram "obrigados" a tomar iniciativas, em fórum privado à assessoria e a uns poucos líderes comunitários, para evitar desvios ou a dissolução da organização, apesar dos conflitos daí decorrentes. Passo a palavra a C. para que fale a respeito:

"Então realmente estava numa fase bem de recesso, todo o movimento. Mas sem um suporte sem nada, o negócio foi lá embaixo. Então, como é que recuperava isso? Aí, sabe, uns lances que a conteceu, você está vivendo um momento em que, às vezes, não tem o alcance da coisa. Daí, todos nós (assessores) saímos da

⁸ Referindo-se ao pensamento de Montesquieu sobre as formas de governo, Arendt adverte para a tirania: sua característica essencial é estar embasada no isolamento, "o isolamento do tirano em relação aos súditos, e dos súditos entre si através do medo e da suspeita generalizada." A partir deste raciocínio, a autora distingue a tirania como a forma de governo que mais se afirma contraditório à condição humana da pluralidade, apesar de reconhecer-lhe as vantagens da estabilidade, segurança e produtividade. (Arendt, 1981)

reunião com uma grande indagação: o que fazer para rearticular as favelas. Eu então fui saber se tinha programa, o que é que tinha, o que é que não tinha; o outro saiu pra ver não sei o quê, o outro saiu prá ver experiências que tinham não sei aonde ..." (C., assessora da Assembléia do Povo).

A abordagem que C. faz do "recesso" evidencia a insegurança no trato com a condução do movimento e o receio deste vir a desaparecer. É o que ela deixa perceber quando revela que, às vezes, (ela) não tem o alcance da coisa. Só que a continuidade do movimento - e de sua própria existência e significado, enquanto militante - fala mais alto; na sua noção singular de responsabilidade, e no seu isolamento, os assessores partem em busca do que acreditam ser uma solução. Aproximam-se então da figura do governante, sem refletirem o suficiente sobre os desdobramentos de tal atitude. C. continua seu discurso:

"Então foi essa idéia de rearticular as favelas para dar continuidade, porque também a gente não achava que tinha acabado o movimento, mas que tinha que criar um novo estímulo pra poder recuperar. Então, como estimular esse processo novamente? Como que a gente ia impulsionar? Os bairros já estavam satisfeitos, teria que se criar uma nova necessidade." (C., assessora da Assembléia do Povo)

É como se C. considerasse ser própria de sua função, a "responsabilidade" de formular continuamente os elementos mobilizadores da organização. Restrita a esse campo, em cujo espaço não se constitui efetivamente um potencial de poder, a mobilização não pode ultrapassar o momento fugaz de algumas conquistas isoladas em torno de equipamentos de consumo coletivo. A tendência é que a mobilização cesse com a conquista da reivindicação.

Enquanto isso, os recessos dos movimentos são comumente analisados como um resultado direto da capacidade da assessoria em promover este elemento de mobilização, ou seja, fariam parte da natureza do processo que envolve a relação entre assessores e assessorados. Não desconheço a recorrência dos recessos, tendo em vista a peculiaridade das práticas reivindicatórias por

redistribuição dos meios de reprodução social que caracterizam os movimentos populares urbanos, e que levam à análise "naturalista" dos períodos de fluxo e refluxo destes. No entanto, considero pertinente rever explicações que, como na literatura específica, têm atribuído o fenômeno ao comportamento do Estado: um poder freqüentemente associado ao inimigo autoritário que está sempre objetivando a dissolução da organização popular. Seja resultante da capacidade de mobilização do assessor, seja da natureza inerente aos movimentos, seja do comportamento adverso do aparelho de Estado, é menosprezado o reconhecimento e as causas para falta de sujeitos na eleição e execução de ações reivindicatórias coletivas. Noutras palavras, fica evidente a separação entre os que sabem e não agem, e os que agem e não sabem, configurando-se assim dois desempenhos completamente diferentes: saber o que fazer e fazer propriamente. Trata-se de evidências que se esperaria estivessem presentes na pauta de preocupações dos assessores, ao menos se foi estabelecido como objetivo do movimento a "politização" destas ações, como era o caso da Assembléia do Povo.

Retorno novamente ao conceito de ação: por ser resultante da convivência plural entre os homens na esfera pública, é próprio da ação iniciar processos novos, cujos resultados são imprevisíveis, de modo que a accidentalidade se constitui numa de suas únicas certezas.⁹ Tamanha incerteza é compreensivelmente uma ameaça para a organização da sociedade, em particular da sociedade moderna, baseada nos valores mais confiáveis da fabricação - estabilidade, segurança, produtividade. Não é de espantar, portanto, o desejo dos que "sabem" em substituir o *espelho* pelo *governante*, de modo que a atividade de agir passa a ser pensada como a de fabricação: o processo da ação deve ter uma finalidade nitidamente identificável e um produto tangível, ou seja, uma "obra" realizada.

⁹ Arendt nos adverte para o conceito de processo que está no centro das ciências da era moderna - Ciências Naturais e Ciência Histórica: "a experiência humana real em que esse conceito se baseia é a ação". (Arendt, 1981)

A "politização" a que me referia acima é abordada, então, como um produto previsível ao final de um processo previamente delineado, como um objeto que sai da linha de produção depois de ter sido antevisto enquanto projeto. Só que por mais que prevaleçam os valores da fabricação, penso ainda assim, na validade do espaço público, na possibilidade de sua organização. Mas no instante em que a pluralidade é eliminada e em seu lugar é instituído o "corpo coletivo", isto é, aquela entidade na qual muitos passam a "ser um só", neste instante, o próprio espaço público é destituído de significação. Pois a ação para ser política, mesmo nos dias atuais, inclusive no tocante ao específico da organização popular, requer ao menos a constituição de saber, de história e de um potencial de poder. A ação política requer ainda, e em consequência da preservação da pluralidade, o reconhecimento de que esta história e este saber não são únicos, não são contidos num projeto determinado e acabado, não são um produto cuja imagem está sempre prevista. Senão há este reconhecimento, dificilmente será alcançada a politização desejada ou, ao menos, a organicidade entre os atores do movimento - liderança, assessores e a "base". Esta poderá, no máximo, servir de massa de legitimação para saberes isoladamente constituídos ou para líderes de representatividade duvidosa.

A falta que a pluralidade instaura, repercute ainda sobre o segundo elemento objetivado em comum pela esfera pública e pela assessoria: o ideal de terceiros se tornarem desnecessários. Para a assessoria, se tornar desnecessária significa o sucesso de sua atuação. Assim, apesar de ser largamente compartilhada entre os profissionais a importância atribuída a seu próprio trabalho, é exigido do assessor, como meta inerente à natureza de sua função, que "se quer ser realmente libertador, tem que criar as condições para tornar-se prescindível." (Maduro, 1984)

À parte com as conotações "religiosas" desta afirmação, verifico através da exigência nela contida, o nível de incerteza com que trabalhava a assessoria em apreço,

pela sua postura perante a tarefa de viabilizar a autonomia da organização que apoiava. Ao mesmo tempo em que objetivava tal autonomia, a prática revelava a carência de alguns elementos essenciais que terminavam por fazer da função do assessor uma contradição aos seus próprios fins. De um lado, a ausência de preparação específica que antecederesse o exercício da função, de outro a falta de reflexão sistemática sobre essa mesma função, agudizando os efeitos da abordagem equalizante do discurso adotado. Não é de surpreender, a partir daí, a insegurança com que o assessor trata a natureza e a pertinência de seu trabalho, o que se precipita até sobre a idéia que faz de seu próprio saber. Apesar de reconhecê-lo mais abrangente e refinado que o de seus "iguais",¹⁰ muitas vezes reluta em assim reconhecê-lo, pondo em risco a prática, o discurso e a identidade, enquanto agente externo, além do objetivo de tornar o movimento autônomo e de promover "grandes transformações sociais". Neste aspecto, é bastante indicativa a análise que A. faz a respeito das possibilidades de existência do movimento sem seu corpo de assessores:

"... é claro que a inexistência do intelectual viria trazer dificuldades para o próprio movimento, mas não seria impossível também, o movimento existir sem os intelectuais. Mas a gente precisa ter esses subsídios para que o movimento se firma mais ao longo do tempo e do espaço." (A., assessor da Assembléia do Povo)

10

A noção de igualdade desenvolvida pelos assessores, em relação aos favelados, reflete a imagem que aqueles têm de si próprios, bastante referenciada no "intelectual orgânico" gramsciano e na teologia cristã. Esta imagem, a ser desenvolvida no próximo capítulo, tende a incorporar elementos do universo cultural popular (figuras, linguagem, etc.), numa tentativa de confirmar a igualdade como um dado real. Neste sentido, cabe observar como C. se refere a respeito da estratégia adotada em função de uma reivindicação dirigida à Câmara Municipal. Sua fala merece ser comparada com a de M. (Capítulo 1, p. 98):

"Existe toda uma ideologia popular em torno da caça da codorna, porque a ideologia é essa: a codorna, você pega ela, você vai dando volta, dando volta, até que ela fica tonta, e quando ela fica muito tonta, aí você pega ela. Então, a idéia é essa, nós temos que dar volta na Câmara, dar volta até tontear." (C., assessora da Assembléia do Povo).

Ao se perceber no movimento como um de seus membros ("a gente precisa ter esses subsídios"), A. revela a postura incerta que marca o exercício de sua função. Continuando sua análise, credita a sua formação intelectual, a legitimidade e a qualidade de sua atuação, como que para justificar a dependência que verifica no movimento em relação ao seu saber e a sua iniciativa, e portanto, à renovação contínua de sua imprescindibilidade:

"... essa facilidade da gente aprender e reaprender as coisas que a gente viu dentro da academia é que tem assim, ajudado o movimento, porque o movimento por si só não tem condições de aprender, com maior dificuldade. Então nós temos uma tecnologia que tem facilitado ao movimento ir prá frente." (A., assessor da Assembléia do Povo).

Esse ideal contraditório de prescindibilidade que permeia a atuação do corpo de assessores da Assembléia do Povo, aproxima-se de uma das funções da esfera política a que me referi anteriormente, e que encontra na *polis* sua inspiração. De fato, ao menos na intenção, assemelha-se à condição inerente à *polis* de não necessitar de terceiros para viabilizar suas próprias ações, e para obter reconhecimento público perante o poder com elas adquirido. Ou ainda, assemelha-se ao artefato grego por desejar projetar na dimensão da realidade do mundo, a história dos protagonistas destas ações, constituindo-lhe, uma memória organizada. A constituição dessa memória organizada pelos próprios sujeitos do movimento representa a essenciada função da assessoria, tanto mais contradita, na prática e no discurso, quanto maior for a negação dos elementos constitutivos do espaço público.

Ao contrário, no momento em que o assessor se distancia do modelo do governante e adquire a função contrária de espelho perante seu grupo de assessorados, estará possibilitando a emergência do espaço da pluralidade. Ora, já tive aqui oportunidade de verificar que só através da convivência dos homens, só com a disposição destes de sair do isolamento do seu mundo privado para adentrar no mundo comum a todos, só assim é possível se vivenciar o real: o real do eu, da identidade e

mesmo do mundo. A recusa à alienação de si e do mundo ¹¹ se torna um parâmetro à instauração da realidade, o que requer necessariamente relações, ou revelações, ou reflexos especulares.

A função *espelho* estaria bem próxima do objeto da arte cênica, já que esta protagoniza exclusivamente o homem e suas relações com outros homens. A noção de *espelho* remete à capacidade de repetir ao sujeito seus próprios atos e palavras, de modo que lhe seja revelada sua própria identidade, e se constitua uma história e uma esfera pública reconhecíveis e delimitadas. Para que seja possível essa repetição é preciso que se constitua um outro, distinto do sujeito, contra o qual a imagem deste seja refletida. No momento em que o assessor compreende o significado desta função, se coloca no lugar do outro, e dispõe com maior segurança de sua base teórico-metodológica. Da mesma forma, pode perceber com mais clareza os riscos em que se constitui a experiência do totalitarismo e do arbitrário perante seus objetivos. Suas metas não seriam submetidas à contradição, ao menos no que se refere ao exercício equivocado do governante. Possivelmente reside no reconhecimento desta função boa parte das possibilidades de êxito do trabalho das assessorias, se estas objetivam a fundação de espaços de poder ou, como é chamada, a politização dos movimentos que apóiam.

A presente análise do espaço público chega, nesse momento, a um ponto em que se faz necessário recuperar alguns elementos complementares para o entendimento da esfera das aparências, no tocante à função das assessorias ao movimento popular. E neste momento, recorreremos a Lacan, mais precisamente, à categoria

¹¹ A questão da alienação está sempre presente nas preocupações da assessoria, pelo que significa, enquanto categoria básica no pensamento marxista e portanto, no seu modelo de atuação. Neste sentido, será aprofundada no próximo capítulo, em razão da repercussão que causa sobre a imagem que o assessor tem de si e de sua função.

que este autor chama de *estádio do espelho*.¹²

Lacan remete, obviamente, a questões bem primitivas no processo de formação do eu e que repercutem na formação do cidadão, residindo aí meu interesse por este autor. No decorrer deste processo, Lacan destaca o papel primordial da família na transmissão da cultura: é um papel prevalecte na repressão aos instintos e na aquisição da língua materna, ou seja, em conquistas essenciais ao desenvolvimento da capacidade dos homens relacionarem-se entre si. A família significa, na teoria psicanalítica, portanto, uma instituição profundamente complexa que atua no estabelecimento de interdições e leis. Estão os limites necessários ao autoreconhecimento do sujeito, enquanto um todo, e à constituição de um corpo íntegro, totalizado e não fragmentado. Estas leis e interdições são chamadas de complexos. O complexo funda no nascido as condições de sua socialização, e assegura as conquistas necessárias à vida em coletividade. Ou, ao contrário, em razão de insuficiências congênitas de funções vitais relacionadas com a estrutura familiar, o ¹³complexo, a princípio salutar, pode se tornar um fator de morte. Isto quer dizer que a ausência das condições para que o indivíduo construa uma representação totalizada de si, sublimando os complexos inerentes ao processo de formação do eu, esta ausência dificulta ou mesmo impede o estabelecimento de relações com o grupo social, senão sob a vigência do arbitrário. E a arbitrariedade, alerta Berlinck, é a ausência da lei ou a manifestação de relações

12 Sem a pretensão de dar conta de reflexões mais profundas em torno das categorias do inconsciente, tentarei realizar apenas uma abordagem da elaboração lacaniana sobre a formação do Eu, para melhor percepção da função espelho, em relação ao trabalho da assessoria popular. Para tanto, foram utilizados os seguintes textos: Lacan, 1966 e 1981; e Berlinck, 1981, 1982 e 1988.

13 Berlinck, 1988, apresenta os efeitos destas insuficiências vitais na estruturação da imagem que crianças delinquentes têm de seu próprio corpo e os efeitos desta imagem sobre sua socialização. O autor aponta ainda a visão equivocada do Estado na condução e legitimação de políticas voltadas para o problema: por não considerar nelas estas insuficiências, trata só da delinquência e não do abandono do menor.

discricionárias que desconhecem o ser humano. O que quer dizer que são relações que desconhecem a integridade deste, a quem se referem através de suas partes, como numa metonímia: 'mão-de-obra', 'cérebro', 'estômago'...

É o que ocorre no espaço definido pela violência a que me referi no capítulo anterior.¹⁴ Não há nele condições para a Lei incidir, simplesmente porque a "Lei é a representação que se impõe sobre uma totalidade visando distingui-la e ordená-la. Ao definir o que é proibido e o que é permitido, a Lei separa e distingue partes de uma totalidade dando-lhe organização." (Berlinck, 1988) Num campo fragmentado, num indivíduo que tem imagem fragmentada de si, fundada na experiência da arbitrariedade, sobre um tal campo não há como se manter relações políticas, pois não há nele representação da Lei.

O *estádio do espelho* refere-se exatamente ao fenômeno inverso, o de restauração da unidade do eu. A estrutura deste fenômeno é determinada pela predominância das funções visuais - a imagem do semelhante, ou a imagem especular - promovendo no sujeito as formas em que sua identidade vai ser representada, no âmbito de sua estrutura familiar. Como afirma Lacan, o que o sujeito saúda na imagem especular é sua unidade mental e o triunfo da tendência salutar. Assim, a função do *estádio do espelho* é estabelecer uma relação equilibrada do organismo com sua realidade.¹⁵

A constituição do sujeito requer então a construção da representação do eu, questão que remete ao corpo do indivíduo, onde incide a Lei. Remete, portanto, à imagem deste corpo como um campo limitado e estruturado, o que implica na instauração da falta e no reconhecimento do outro. O outro que distingue, separa e estabelece limites. Verifica-se assim, a experiência da socialização, ou a saída do isolamento para a entrada no mundo - o mundo comum aos homens - em busca do preenchimento da falta que o outro possibilitou ao sujeito conhecer. Ou ainda, é a passagem

¹⁴ Ver Capítulo 1, pp. 13 e seguintes.

¹⁵ Lacan, 1981, adverte para o fato de que crianças psicóticas não se vêem, têm uma imagem bloqueada do seu ser ou do seu eu.

à qual não se furta o "candidato à Humanidade", através da Lei da Cultura.¹⁶

Transportando este raciocínio para a prática das assessorias, concluo que esta condição de *espelho* é uma de suas mais características funções. Ao se colocar no lugar do terceiro, do outro em relação aos assessorados, o assessor estará contribuindo para que estes verifiquem diferenças, distinções, e a falta que leva à constituição de imagens integrais de si. É uma função que propicia a formação do sujeito de vontade e saber, que vê o campo social enquanto espaço para relações humanas e para o exercício do poder, e não da arbitrariedade. Sendo o exercício do poder uma questão fundamental às lutas populares, a facilitação da constituição do sujeito assume relevância indiscutível na atividade de assessoria, e a questão da cidadania passa a ser vista de outro ângulo. Antes, ela representava a condição daquele que foi inserido num processo de "conscientização", que o aproximou de uma dada ideologia, segundo a qual o princípio de igualdade o reporta à noção "econômica" de direitos. Agora, a cidadania passa a ser a condição daquele que conhece a Lei, e que se reconhece com um potencial de poder reservado apenas aos que se percebem protagonistas de suas próprias histórias. A cidadania resulta então da conjugação de fatores que dizem respeito ao fato da revelação: a revelação da identidade ao indivíduo, na esfera privada, e a revelação deste aos seus semelhantes, na esfera pública. Cabe à função do assessor, de um lado, assegurar a a promessa de que os homens podem desejar coisas, e de outro, facilitar a fundação de um espaço onde esses desejos possam ser manifestados, e onde seja possível a experiência democrática da cidadania e das liberdades civis.

Reconheço o peso da ordem adversa que ameaça constantemente a possibilidade da experiência democrática, em meio a uma população tão destituída de condições básicas de reprodução da vida e de manutenção de relações políticas. Verifico que esta situação

¹⁶ A figura do "candidato à Humanidade" está contida na análise feita por Althusser, 1985, a respeito da teoria psicanalítica relacionada com o marxismo. Ressalvo que não faço minhas as preocupações do autor em ver legitimadas as categorias analíticas pelos marxistas.

de pobreza repercute sobre o formato da atuação do assessor e sobre os desdobramentos desta atuação, em relação aos seus próprios objetivos. De tal forma que gera ansiedades naquele, levando-o a assumir "responsabilidades" perante a pobreza. Resultam daí confusões de identificação, de procedimento e de utilização do instrumental analítico escolhido para construir a visão de mundo que o assessor intensiona passar para o movimento. Por sua vez, esta visão confusa implica na criação de certas exigências para um perfil ideal de profissional:

"... pensando em movimentos que trabalham numa situação de muita pobreza, mesmo as pessoas que não são pobres tendem a se empobrecer, se elas não desenvolverem mecanismos de proteção e de defesa em relação à pobreza. E eu não estou pensando só na pobreza material, estou pensando na pobreza simbólica..." (B., assessor da Assembléia do Povo)

Obviamente, decorre desse processo a construção da identidade do próprio assessor enquanto tal, bem como da imagem com que é identificado pelos seus interlocutores - os assessorados e o Estado - e com a qual identifica-se a si próprio. É este aspecto que desenvolverei a seguir. Para tanto, tentarei utilizar a função *espelho*, enquanto categoria de análise dos discursos apreendidos.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO ASSESSOR

Ao analisar o espaço de atuação do assessor, no capítulo anterior, tive oportunidade de identificar alguns de seus problemas e contradições mais significativas, no que diz respeito aos objetivos a que se propõe. Por razões que variam desde a natureza de sua formação teórica até a ausência verificada de espaços de reflexão sobre sua prática, os limites à atuação da assessoria têm sido considerados apenas superficialmente. Conseqüência inevitável disso entre outras é a construção de noção confusa do campo do político e de seu sujeito, o que leva à não distinção entre corpo político e corpo coletivo.

A atuação da assessoria tem se aproximado, assim, mais da figura do governante - aquele que retira da ação o seu elemento plural, dificultando a constituição do sujeito - que da figura inversa do espelho - aquele que percebe a complementaridade entre esfera pública e esfera privada.

A abordagem que faz de tais conceitos leva a assessoria não só a desenvolver uma atuação, a qual qualificaria de contraditória, como também repercute sobre sua própria identidade, enquanto profissional a serviço do movimento popular. Esta repercussão atua na imagem que o assessor constrói de si mesmo, e como não podia deixar de ser, atua também nas imagens construídas a seu respeito por seus interlocutores fundamentais: os membros dos movimentos populares e os membros do aparelho de Estado.

Trata-se de uma relação estruturada sobre categorias tidas como instrumentalizadoras da função do assessor, porém submetidas a constantes questionamentos pelos agentes com os quais se relaciona e pelo próprio cotidiano de seu trabalho. Resta saber-se o meu personagem se dá conta deles, na dimensão em que são formulados, de modo a reconhecer neles seus limites e trabalhar no sentido de sua superação, onde couber a superação.

Tentarei aqui levantar, a partir do discurso do assessor, bem como dos discursos dos demais agentes envolvidos na sua atuação alguns elementos que possam contribuir na identificação

das diferentes imagens que o assessor permite serem apreendidas por aqueles. Com isso busco uma perspectiva a mais para compreender o saldo efetivo de uma tal função na condução de organizações e movimentos populares. Para tanto, utilizarei algumas das categorias mais significativas no discurso pronunciado pelos assessores pesquisados e, portanto, que mais propiciam a revelação destas suas identidades. O contexto da sociedade "comportamental" ou equalizante de que fala Habermas e onde se situa a experiência da assessoria, complementa o quadro de referências.

3.1. a imagem do assessor construída pelo Estado

Apesar da tradição de uma gestão autoritária, particularmente na definição das chamadas políticas sociais, o Estado no Brasil começa a configurar novas feições, a partir das eleições gerais de 1982. O novo cenário exige que a interrelação entre a sociedade e o aparelho de Estado se dê em moldes a incorporar formatos decisórios e canais de mediação menos tradicionais. É o conhecido processo de redemocratização que tem início então no país, cujos efeitos sobre estruturas de dominação repercutem significativamente sobre as organizações e movimentos populares, e sobre o modo de interação destes com os agentes governamentais.

As eleições de 82 tiveram grande importância nesta interação, na medida em que deram início à introdução no poder instituído de setores sociais até então alijados - seja no executivo, seja no legislativo. Dessa forma, chega ao poder um bom número de representantes ou militantes políticos saídos das lutas da sociedade civil, cujo espectro de linhas de pensamento, apesar de bastante amplo, não deixava de demonstrar uma tendência qualitativamente distinta das antecedentes. Muito se imputava então ao avanço da movimentação social pela conquista dessas mudanças. Com efeito, saíram de distintas manifestações e organizações da sociedade civil não só os novos governantes e parlamentares, como também agentes responsáveis a partir de então pelo movimento da máquina pública.

Sem o propósito de analisar as características deste

processo, verifico apenas que seu desenrolar foi definido não só por pressões da sociedade civil, mas por acordos de elite, que envolveram personagens muito próximas desta mesma sociedade civil, em alianças político-partidárias. Nestas, tiveram peso avaliações da crise econômica em expansão e do esgotamento do modelo de desenvolvimento e das soluções vigentes. Os acordos de então encontraram justificativas em alusões muito particulares a teses defendidas pelo pensamento das esquerdas brasileiras, de uma forma geral, tendo em vista a análise que faziam sobre o processo eleitoral. Ressalvas há que serem feitas, obviamente. Os slogans de participação e democratização da gestão pública no final da década de 70 significavam uma estratégia diante da incapacidade de preservar o pacto de dominação. Ao tentar amenizar os já graves custos sociais ao país, passam então a representar a objetivação da nova tendência que começa a se delinear. Contudo, o novo da tendência estava mais nas formas de gestão, no enfoque dado ao uso dos instrumentos de planejamento, que nos estilos de fazer política. Os acordos tiveram a habilidade de reunir diferentes linhas políticas num mesmo governo e, com isso, de preservar os velhos estilos populistas de prática política. E estes, num período de redemocratização, tendem a aproximar a esfera do poder público do conjunto da sociedade civil, em especial, dos movimentos vinculados às classes mais populares.

Independentemente do saldo desse processo na condução da transição e da consolidação de valores democráticos na sociedade brasileira, os acordos foram sentidos sobre alguns dos aspectos mais concernentes às organizações populares e as suas assessorias. Coincidindo o período de minha pesquisa com o início das mudanças, e considerando o fato eleitoral de 1982, aponto o novo contexto em que começa a se situar a função destas assessorias como um dado referencial na percepção da imagem que, então, o Estado constrói dos assessores.

Ora, no período anterior, a conduta do poder público diante de questões como a pobreza urbana ou a favelização, consistia em simplesmente sufocar as iniciativas populares de acesso à terra

ou implementar programas de remoção¹. Agentes quaisquer que se colocassem a serviço de esforços contrários a tais políticas não eram obviamente olhados com bons olhos pelo regime, senão perseguidos. A demanda pelas assessorias, ao ser estimulada por agentes organizadores, vinculados a instituições como a Igreja e alguns partidos de esquerda, é traduzida pelo Estado como uma ameaça de dimensões políticas. Os programas de remoção encontram nesta ameaça suas justificativas. A análise que as próprias instituições e assessorias, por sua vez, faziam das contradições inerentes à realidade social, e da "essência" antagônica do Estado perante os interesses das classes trabalhadoras, só faziam comprovar a pertinência da ameaça.²

Muito contribuiu para tais análises os conceitos desenvolvidos por linhas de pensamento voltadas a reconhecer no modo de produção a determinação sobre as relações sociais e sobre a produção do espaço urbano. Lideradas por autores como Manuel Castells e Jordi Borja, estas linhas teóricas tentavam identificar os movimentos sociais urbanos enquanto fenômenos capazes de fazer frente ao processo inerentemente espoliativo do trabalhador, engendrado pelo capitalismo em sua expressão

1 Inúmeros trabalhos analisam a conduta do poder público, historiando-a deste o aparecimento da questão. Destacamos os trabalhos de Valladares, 1980, Azevedo e Andrade, 1981, e Ferreira dos Santos, 1981, entre outros.

2 Ampla repercussão tiveram alguns textos publicados na segunda metade dos anos 70, sobre a postura dos assessores em geral, perante o aparelho de Estado. São eles, em parte, a fonte da difusão do antagonismo entre estes agentes e da idéia de transformação da sociedade pela via da organização popular. Alguns deles: Camargo, 1970, Singer e Brant, 1980, e Kovarick, 1979. Interessante notar que os três exemplos citados foram publicados por editoras vinculadas a instituições da Igreja Católica, assim como em nenhum deles é refletida a presença do agente externo. A tônica comum a todos refere-se à natureza do Estado e da ordem econômica e social vigente no país: "...o Estado, para viabilizar semelhante modelo de ordem social de características selvagens para a força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras. O controle e contenção dos movimentos reivindicativos passam a ser condição para a efetivação de semelhante modelo excludente de repartição dos benefícios, que, por sinal, têm sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil." (Kovarick, 1979)

urbana. Ou seja, seriam manifestações da luta de classes referidas às particularidades da organização espacial das cidades.

Ao Estado seria então atribuído um papel decisivo nessas lutas: de um lado asseguraria a "crescente regulação do sistema urbano segundo a lógica da classe dominante", através da "prática e da ideologia da planificação urbana" e, de outro, seria o "gerente" das reivindicações e exigências sociais ou "de revoltas mais e mais violentas e pontuais, quase sempre inteiramente espontâneas", que seriam resultantes de "contradições econômicas do capitalismo monopolista de Estado" no meio urbano. (Castells, 1981)

Concluir pela identidade do Estado como o personagem contra o qual os movimentos se confrontariam necessariamente, não é tarefa difícil. E como "o papel do Estado é o de aliado das classes dominantes, então, ele pode ser visto como elas próprias. O Estado assumiria, assim, um caráter de classe, agiria como se fosse uma classe. Por consequência, se o que se analisa é o urbano, a 'classe' em oposição ao 'Estado-Classe' seriam os moradores. Os seus movimentos, poderiam ser lidos como movimentos de classe."³ O Planejamento, por sua vez, é tomado como instrumento ideológico a serviço do grande capital, de modo que os interesses da população só seriam considerados pelo Estado através da pressão dos movimentos sociais urbanos. Estes, "e não as instituições de planejamento, são as verdadeiras fontes de mudança e de inovação da cidade." (Pantoja Leite, citado por Jacobi, 1980)

3 Ferreira dos Santos, 1981, formula uma das primeiras análises críticas ao tratamento teórico do urbano enquanto lógica de produção submetida à dominação monopolista, que por muito tempo influenciou pesquisadores e assessores dos movimentos populares. As categorias utilizadas por autores como Castells, Borja e Lefèbvre são confrontadas por Santos a um farto material empírico, na tentativa de demonstrar o reducionismo da fórmula das "lógicas determinadas," e sua incapacidade de cumprir com a função a ela atribuída pelos seus autores: construir uma base teórica para a análise do urbano e de seus fenômenos. Ver p. 201 e seguintes.

Os movimentos, emergindo de um contexto autoritário, permanecem pautando sua relação com o Estado sob o signo deste contexto, apesar das mudanças que começam a se evidenciar. No que são estimulados por um repertório analítico, cujas formulações não são capazes de responder às características da realidade vivida.

O enfoque utilizado pelos assessores da Assembléia do Povo para compreender o fenômeno urbano não poderia ser muito diferente, embora não se possa esperar dele uma linha de pensamento única e afinada. Por razões já levantadas, não foi possível ao corpo de assessores daquele movimento estabelecer e atualizar em conjunto os pressupostos e conceitos básicos, com que balisavam o enfrentamento das questões próprias a seu trabalho, em particular, a relação com o Estado. Não restam dúvidas, porém quanto à influência deste repertório analítico sobre a atuação dos assessores, e nas formas com que se relacionam com diferentes agentes, mesmo que de modo particular a cada um.

Um dos aspectos importantes daí decorrentes refere-se ao enfoque de luta de classe atribuído pelos teóricos aos movimentos sociais urbanos. Ao exigir destes movimentos uma determinada trajetória voltada ao acirramento e evidência dos conflitos em torno da distribuição do consumo coletivo, algumas assessorias tendem a desconhecer a natureza de ciclo⁴ característica das mobilizações. É o caso da Assembléia do Povo. Seus assessores tornam-se assim alvo da crítica de agentes governamentais, que com ares de grande lucidez política, se referem a eles, por entrelinhas. É o que E. deixa perceber quando reflete sobre sua própria estratégia, uma vez no exercício

4. Ferreira dos Santos, 1981, verifica que os interesses comuns capazes de suscitar uma mobilização "só são identificáveis por pouco tempo e, uma vez cumprido o ciclo de subida e descida da curva do MSU, eles se diluem em um número incalculável de interesses menos e menos comuns, em função dos minicampos existentes dentro de uma localidade..."
Ver p. 229.

do poder:

"Era preciso reconhecer, ter consciência que não estávamos num momento de transformação socialista, mas de avanço democrático. Essa consciência é que precisa ser estudada, como foi feito."
(E., secretário municipal)

Com isso os assessores não se preparam para enfrentar o poder público enquanto categoria capaz de se metamorfosear rapidamente, assumindo novas posturas diante dos problemas. Vêem-se surpreendidos por um discurso que passa a ser muito semelhante ao seu, e que parte justo de quem considera adversário incontestado:

"A questão básica é não encerrar a proposta de trabalho no atendimento das necessidades. O atendimento é um meio para elevar a consciência crítica da comunidade; é o MOC, é um meio para que você mobilize, organize e eleve a consciência política e de classe da sociedade." (E., secretário municipal)

Por outro lado, os assessores desenvolvem certas exigências de comportamento aos favelados, impossíveis de serem atendidas. São exigências que só podem ser assimiladas pelas lideranças já "conscientizadas", ou seja, já identificadas com a "ideologia da comunidade" ou conhecedoras dos benefícios que possam alcançar com ela. Ora, sendo próprio à mobilização este seu caráter cíclico, é necessário a sua efetivação um elemento mobilizador, em torno do qual se aglutinaria o interesse comum, cuja falta poderia levar a população ao conflito com o Estado. Ao desaparecer o objeto da mobilização, ou pelo atendimento da demanda ou pelo desaparecimento dos sujeitos da mobilização (o caso da remoção), a própria mobilização tende a se desprender da condição de tensão adquirida no conflito com o Estado, e a "comunidade" volta a sua normalidade: a coexistência de interesses menos comuns no espaço heterogêneo em que se constitui a favela. (Ferreira dos Santos, 1981)

Para os assessores, porém, a coisa acontece de outra forma:

"... a gente (os assessores) fez um

balanço e a gente percebeu que quem foi mais prejudicado durante todo o processo reivindicativo foram as favelas. (...) A gente viu que o movimento, depois dessa assembléia, houve um declínio muito grande. Então a imprensa vinha cobrar a gente: "a Assembléia do Povo acabou?" E a gente tinha verdadeiro pavor de falar com a imprensa. (...) Aí, chegamos à seguinte conclusão: (...) se nessas fases de recesso nos bairros, se nós acharmos uma motivação pra gente recuperar essa situação das favelas, eu acho que a gente faz uma ponte com o movimento. Mas não deu outra..." (C., assessora da Assembléia do Povo)

Felo fato de trabalharem com as referências teóricas já conhecidas e pelo significado atribuído ao movimento, no tocante a seu próprio trabalho⁵, os assessores têm grande dificuldade em assimilar o término da identificação coletiva pelo equacionamento de uma dada reivindicação. Ao invés disso, temendo o fim do movimento e da razão de ser de sua função, partem à procura constante de eventos que venham a manter a mobilização. Só que assim, estão de fato exigindo uma resposta à qual a "comunidade" não é capaz de atender. De um lado, pela condição precária dos sujeitos dessa "comunidade", como evidenciei, nem tão potentes ou dotados de lugar-próprio; de outro lado, porque a tensão do

5. Bastante ilustrativa é a percepção que alguns órgãos de assessoria têm de sua função, exigindo que seus profissionais sejam "comprometidos com projetos revolucionários, dedicados a pensar, planejar e/ou organizar o trabalho e a vida da sociedade de modo a ampliar as possibilidades de uma transformação radical da sociedade." (CEAS, n. 91) O corpo de assessores da Assembléia do Povo não chegaria a se propor um "projeto revolucionário", Porém seu desejo de transformação da sociedade trazia associada a idéia de que o fim do movimento estaria relacionado ao fracasso de seu papel. Assim, as frustrações da "comunidade" passam a ser os elementos de que se utilizam para novas mobilizações:

"E a gente achou que inclusive avança muito mais, porque quando se tem uma negativa, a experiência mostra pra gente que se consegue articular muito mais dentro de uma negativa do que de um atendimento. (...) onde existem vários níveis de contradição é aí que você (o assessor) consegue mobilizar mais." (M., assessora do movimento)

conflito entre o Estado e a "comunidade" não pode permanecer num clímax permanente, sob o risco de se estabelecer uma ameaça à coesão social.

O Estado em geral, demonstra sensibilidade à questão e tende a capitalizar sobre os efeitos gerados por ela, já que não lhe interessa, nem a desintegração das referências que constituiu e mantém com a "comunidade", nem a delimitação precisa de uma identidade monolítica que os assessores teimam em lhe investir. Afinal, conta com estes elementos na efetivação da estratégia pela qual se relaciona com as populações organizadas, especialmente em conjunturas de redemocratização. Ora, vejo que as referências que baseiam este relacionamento estão associadas à noção, assimilada pela população em geral e pelos mais destituídos de poder, em particular, de que eles fazem parte, que integram o conjunto de interesses inerentes ao Estado. Ao mesmo tempo em que reconhecem neste autoridade e força superiores.

Agindo de forma populista ou demagógica, como tem sido histórico na política brasileira, e sem grandes diferenças no período posterior a 82, o Estado confirma essa noção. Procura de alguma forma superar o conflito gerado com a colocação da demanda, e assegurar a interiorização de imagens não totalizantes de si, de modo a preservar a integração de que necessita. É a própria assessoria quem reconhece isso, mas não o suficiente para impedir a prática de confronto aberto:

"De repente, quando as favelas começam a reivindicar, a tornar públicos os seus desejos, eles (agentes do poder público) começam a partir para uma nova política, uma nova maneira de enfrentar o problema. Isso não quer dizer também que o mesmo desejo de acabar com elas continuasse."
(T., assessora da Assembléia do Povo).

Por reconhecer no Estado essa entidade em que vê integrados seus interesses e a autoridade que "manda", a "comunidade" tende a se aproximar dele. Seja pelo pouco sucesso obtido com as investidas dos assessores e líderes populares contra ao aparelho de Estado, seja pela nova postura que este passa a desenvolver,

diante das reivindicações apresentadas, no novo período de abertura política. E se para o conjunto da "comunidade", o interesse pela mobilização reside sobre o que se pode ganhar com ela, em termos de melhorias para as condições de moradia na favela, não seria de surpreender a tendência que a leva a se aproximar do poder público; quando este passa a suprir suas demandas, ou apenas algumas delas. É através dos agentes governamentais que elas são então encaminhadas, ao mesmo tempo em que estes se tornam os novos aliados da "comunidade". A imagem totalizante de representante do grande capital e de toda ordem adversa ao favelado que o assessor tenta lhe transmitir, não parece assim corresponder à realidade.

É evidente que este movimento não acontece sem gerar conflitos, especialmente entre os representantes de associações que, como no caso de G., não são tão identificados à organização. Seu compromisso com os moradores o aproxima do poder público, mas o deixa contrangido diante do seu aliado original. A pressão, como demonstrei, termina por tornar inviável a atuação do assessor, deixando campo livre ao trabalho de "promoção social" do executivo municipal:

"Eles (os agentes governamentais) acham que é preciso entrar com um projeto, para discutir isso (a urbanização) que a gente está falando. Porque o caso da prefeitura não é um caso assim de prejudicar a gente. Eles querem ainda uma coisa: a urbanização completa." (G., representante de moradores de favela).

A estratégia personalizada e de múltiplas posturas e classificações com que o Estado se relaciona com os favelados se mostra, portanto bem mais eficaz que aquela "conscientizadora" dos agentes assessores. Ele aparece, pela pessoa de seus agentes, como algo próximo, que atua em relação aos interesses dos moradores, considerando-os cidadãos como outros quaisquer. Bem diferente da idéia de personificação do mal, apesar das contradições e ambigüidades de sua prática. Esta se constitui, evidentemente, num aspecto dessa estratégia, já que lidar com diferentes e, às vezes, conflitantes interesses, faz parte de sua prática e função. Assim, de inimigo fundamental, o Estado passa a

ser um agente interessado em proporcionar melhoria na favela, incorporando seus moradores no âmbito do conjunto social que objetiva:

"Favelado é o cliente nosso, está inserido no nosso projeto. (...) É um segmento que cresceu muito do ponto de vista da perspectiva política. Aqui em Campinas não é considerado marginal à sociedade, lá a drôes, assaltantes, de forma alguma."
(E., secretário municipal)

A aspereza com que os assessores se referem ao poder público tende, nestas situações, a facilitar a travessia dos favelados para os mares do adversário. E a explicação encontrada para a mudança é sempre creditada à postura enganadora e dissimulada com que o "monolítico" Estado se porta perante os "tolos" favelados. Ora, nem o Estado se mostra monolítico, nem os favelados tolos. Em sendo assim a imagem que o Estado desenvolve dos assessores resulta em boa parte desse diálogo áspero com que se relacionam, e da análise equivocada que estes elaboram sobre tal relacionamento.

Os projetos de urbanização das favelas se tornam o elemento que melhor materializa esta percepção, tomados enquanto processo. Divulgados como sendo uma prioridade do governo municipal de Campinas, a partir de 1982, constituem-se numa mudança de grandes proporções junto à população favelada, ao se recordar práticas anteriores de remoção e muita repressão. Mas que não deixa de revelar também o caráter ambíguo da postura múltipla do poder público, assim como suas divergências internas:⁶

"Se não existe um projeto, existe uma definição, um programa de urbanização que é prioridade do Prefeito. E então a coisa

6. A leitura de bloco que a assessoria faz do poder público tende a minimizar as "brigas intestinas" inevitáveis a composições de governo, especialmente quando este é formado por frentes:

"Nós estamos dentro de uma frente, com secretarias das mais diversas linhas políticas. Eu tenho a minha dentro da proposta (de governo). Acho que quem não a segue é que está fora da proposta." (E., secretário municipal)

já está disparada, aquele processo que nós chamamos de urbanização de favelas." (D., secretário municipal)

As dificuldades encontradas pelo executivo local no decorrer do processo de urbanização são associadas à distância que separa o desejo da realidade, por alguns setores do governo. Ao mesmo tempo são vistas por outros, como uma contingência que necessariamente tem que ser enfrentada, já que não há outra forma de encarar a crescente favelização na cidade. É o que o secretário D. deixa transparecer quando afirma:

"...hoje não há outra solução, não há outra forma, porque você pega essa causa e encontra 9 milhões de favelados. Não sei como é que você vai remover, esse pessoal, pra onde? (...) você não tem possibilidade de coagir esse pessoal a sair, inclusive porque aonde eles moram já fizeram o ambiente de vida deles. (...) transferi-los também dessa área, não seria a melhor alternativa, até no sentido da integração deles na cidade. Então, realmente, o correto é pensar em urbanizar a favela, ou seja, melhorar as condições de habitação dele na própria favela." (D., secretário municipal)

Ao que confronto a perspectiva de E., cuja percepção sobre o "atendimento das necessidades" não reflete uma informação conjuntural de dificuldades à gestão pública, mas uma "concepção política" que deveria caracterizar esta gestão:

"A essência do programa (de governo) tende a beneficiar as grandes massas, esse é que é o problema: a orientação básica e o benefício, dentro do ponto de vista histórico de que o atendimento das necessidades não pode ser considerado um fim em si. Agora, (...) há uma distância muito grande entre você ter essa concepção política e querer aplicar isso dentro de uma realidade concreta." (E., secretário municipal)

Essas visões, com distintas nuances de um mesmo problema, são expressão característica de um executivo formado a partir de processo político que articula diferentes linhas políticas numa frente. Trata-se de uma expressão que, contudo, não parece estar

tão clara aos olhos da assessoria . Sua ênfase na imagem totalizante do Estado desperta-lhe o antagonismo de tal modo, que considera necessário evidenciar a conjunção de interesses entre este e o Capital. O plano de urbanização das favelas surge como a alternativa que alia este objetivo à bandeira de luta pela posse da terra. Porém, mesmo que os assessores tenham necessidade de minimizar sua atuação, ressaltar a autonomia do movimento, fica evidente que se tornam elementos chaves, neste momento. Afinal, o desenho do plano é um saber ao qual os moradores não têm acesso. Até que esta urbanização não se constitua numa meta explícita de governo, o plano elaborado pela assessoria "junto com os moradores" representa apenas o veículo de obtenção da posse da terra. A partir do momento em que o executivo passa a ter uma relação mais próxima com a população e a urbanização integra os objetivos de sua gestão, o trabalho da assessoria passa a ser incorporado pelo executivo, como uma etapa do programa oficial. E os assessores, mesmo se posicionando contra o programa e a postura política oficiais, tornam-se trabalhadores voluntários da prefeitura, a contra-gosto.

Tudo se passa esquematicamente da seguinte forma: a posse da terra é objetivada pelos favelados. O executivo se manifesta incompetente para atender à demanda, transferindo a questão à Câmara Municipal. A via parlamentar, ou seja, a aprovação de projeto de lei elaborado pela "assessoria jurídica" do movimento é inviabilizado numa composição desfavorável da Câmara. Parte do projeto é aprovada, a que diz respeito ao chamado plano de urbanização específica, fazendo-se referências aos locais de sua aplicação⁷. A elaboração dos planos surge como solução de

7. Uma dada concepção sobre o caráter do planejamento deve ter interferido nesta decisão dos vereadores: "Com suas perspectivas práticas imediatistas, o planejamento serve ao Estado, fornecendo-lhe uma linguagem unificadora que substitui a multiplicidade aleatória das representações das bases. Todo plano simplifica e neutraliza." (Ferreira dos Santos, 1981) Esta característica do plano parece ser assimilada também pelo executivo de então, na perspectiva de realizar melhorias na paisagem urbana da cidade, além de representar o exemplo de sua visão "moderna" do problema da favelização:

"... Campinas avançou muito, pelo menos na

continuidade, para a luta pela terra, desde que sob a coordenação dos técnicos confiáveis da assessoria de moradia da Assembleia do Povo. Além do que, não se esperaria pela iniciativa da prefeitura em disponibilizar seus técnicos para cumprimento da lei aprovada. É dado início à execução dos planos: favelados são intruídos para executarem o levantamento do sítio, o cadastramento das famílias, a locação das casas. O resultado é então encaminhado à assessoria, junto com uma proposta do que idealizam para os acessos, vias, disposição das casas, enfim, a nova malha urbana da área.

Ora, com a nova postura do poder público, este trabalho é apropriado pela prefeitura, que chega a estabelecer como condição para realizar as obras necessárias à urbanização, o encaminhamento do plano de cada favela aos órgãos municipais competentes. O mesmo acontece em relação à efetivação do direito de concessão de uso da terra. O que seria de sua responsabilidade, torna-se sobretalho para o pessoal da assessoria, que se defronta com demandas sempre crescentes, especialmente difíceis de digerir numa condição voluntária de atuação. A atenção do executivo se volta, então, para reduzir as arestas de sua relação com os assessores, no sentido de permanecer auferindo os resultados do trabalho destes. Ao mesmo tempo, desenvolve um discurso que confirme seu interesse pelo bem-estar da população favelada, que, por sua vez, pode esperar bons resultados de sua aproximação junto à prefeitura:

"A meta do prefeito é (...) transformar a favela num bairro urbanizado. Essa é uma meta que constitui reivindicação de todo favelado, não é isso? (...) Então, a função dessas duas coisas, a posse, o direito de uso e o processo de urbanização, isso vai evidentemente eliminar qualquer possibilidade de conflitos maiores. Os conflitos que montagem teórica do processo de urbanização da favela e consagração de um título de posse da terra. (...) Nós já temos, por exemplo, diretrizes, senão uma lei regulamentar, pela qual temos o direito de exigir a regularização do uso do solo em favelas, como existe na cidade com tal." (D., secretário municipal)

acontecem, pra mim são conflitos normalizados. (...) O trabalho está indo muito bem." (P., assessor do prefeito)

O Estado, de forma geral, conta com um instrumento de grande valia nesta situação: a memória dos processos.⁸ E nisto, mais uma vez, se coloca em posição de vantagem perante as assessorias, apesar da capacidade destas de organização do saber. Parece-me, contudo, que esta capacidade se volta mais à atuação dos profissionais, enquanto trabalho acadêmico, que ao seu papel de assessor propriamente. Neste sentido, o movimento ao qual prestam apoio não consegue capitalizar os benefícios da memória que são capazes de organizar. No caso da Assembléia do Povo, os assessores têm reforçado este fenômeno com o caráter voluntarista de sua atuação.

Na visão do Estado, a imagem do assessor reflete a partir daí um profissional de características espontaneístas, cuja atuação, pautada pelo idealismo, lhe retira o senso do real e impregna de aspereza a relação entre ambos. Tal fenômeno, entretanto, não impede de também criar condições para usufruir de seu trabalho técnico, considerado competente, podendo capitalizar bons lucros através de sua apropriação. Guardando, evidentemente, a devida distinção de identidades, de modo a ressaltar a importância de seu trabalho. Contudo, não deixa de demonstrar a intenção de evitá-lo e às inconveniências do confronto que o assessor propicia, divulgando o avançado estágio de "politização" alcançado pelos movimentos. Reconhece que tal estágio se deve muito ao trabalho da assessoria, porém ressalta que a atual postura com que se dirige à população das favelas leva à obsolescência da função. Uma forma de contornar o problema incômodo que é a convivência com os agentes dessas assessorias, sem ter que encará-lo de frente. É por esta razão que o secretário E. refere-se à Assembléia do Povo sempre no passado,

8. A preservação da memória é instrumento essencial ao Estado, enquanto parte do exercício do poder. Através de seus arquivos e técnicos, tem ao seu dispor as condições essenciais para enfrentar o empirismo de sua atuação, e efetuar as análises necessárias às decisões das estratégias a seguir. (Ferreira dos Santos, 1981)

associando (intencionalmente?) a organização ao seu corpo de assessores:

"As favelas, eu acho que, hoje, são um movimento com um bom nível de consciência política. Eu acho que têm. A Assembléia do Povo teve uma atuação muito intensa lá (...) foram os primeiros orientadores desse processo. Hoje, evidentemente eles estão muito mais livres..." (E., secretário municipal)

3.2. a imagem do assessor contruída pelo movimento popular

Também no caso da imagem do assessor percebida pelo movimento popular, está refletida a figura do "governante" e da abordagem conceitual que faz do significado deste movimento e de suas personagens.

A partir dos elementos obtidos com a discussão do conceito de espaço público, tornam-se evidentes as bases contraditórias que caracterizam a relação entre favelados e assessores. Particularmente, a forma com que permitem um espaço à arbitrariedade na sua experiência, ao subtraírem a natureza plural das relações humanas do campo que propiciam com o apoio dado às organizações populares. Trata-se pois de uma relação, cujas características refletem bastante a postura assumida pelo assessor, pelo próprio sentido de sua função ou do sentido que ele mesmo dá a essa função. Assim, alguns elementos do formato dessa função são preponderantes na formação da imagem com que os assessores são percebidos pelos favelados.

A começar, retomo o sentido da função do assessor, de que falava há pouco. Trata-se de uma função que se funda na existência de um saber que pode ser transferido ou apropriado por terceiros. Neste saber se constitui, ao seu ver o poder do agente assessor, isto é, na capacidade de se fazer necessário e de causar interferências na organização popular. Sem perder de vista, é claro, a perspectiva da "emancipação política" da organização, esta seu grande objetivo, estreitamente associada à mudança de natureza econômica da estrutura social. É necessário, contudo, que ele seja reconhecido como aliado da organização,

identificado aos seus objetivos, para que seja viável a sua atuação. Sua identidade deve estar o mais clara possível aos assessorados, só que muitas vezes isto é dificultado pela desorganização de seu capital teórico, o que confunde o assessor no exercício da função.⁹

No caso da Assembléia do Povo, e mais especificamente, no caso de sua "assessoria de moradia", esse saber, traduzido em conhecimento técnico, trazia ao assessor uma legitimidade destacada. Dele dependiam os favelados para obterem o plano de urbanização almejado. E, ao contrário dos planejadores comuns, estes ligados ao movimento não manifestavam neutralidade diante de políticas e posturas públicas: o processo de elaboração do plano era todo ele articulado ao quadro ideológico que orientava o trabalho da assessoria como um todo.

Se de um lado, isso significava uma alternativa de trabalho profissional para o técnico de planejamento, crítico ao planejamento urbano praticado no capitalismo, de outro, não deixou de refletir a racionalidade própria da técnica na transferência de modelos no papel, para modelos de comportamento. Assim é com relação ao seu conceito de morador, como vimos, globalizante, voltado a unificar os favelados num padrão de

9. Os profissionais do corpo de assessoria da Assembléia do Povo eram sempre introduzidos nas favelas pelas mãos de um assessor já conhecido, de modo que sua identidade ficava mais facilmente reconhecida. Isso porém não é regra geral. O próprio T., antes de se ligar à Assembléia do Povo, teve uma experiência junto a favelados, onde não explicitava seus objetivos, nem quem era, nem a quem estava vinculado institucionalmente:

"Eu entrei na favela sozinho. (...) Parei, cumprimentei algumas pessoas. (...) Passei uma tarde toda conversando com uma família. (...) então eu fiquei responsável, na prefeitura, para trabalhar com a criançada. (...) Todo domingo, eu jogava bola, bolinha de gude com a criançada, levava brinquedos. (...) conquistei as crianças e era bem aceito pelos pais. (...) e ninguém sabia quem eu era. Aí é que estava o negócio. Ninguém se preocupava em saber e eu não me identificava. (T., assessor da A. do Povo)

"cidadão" determinado.

Por mais que se perseguisse a integração da população da favela ao ambiente da associação e da elaboração do plano, mesmo nos períodos de maior atividade, apenas um grupo já reconhecido mantinha a movimentação. Uma distinção nítida se evidenciava, neste aspecto particular, ao que se reagia considerando os "conscientizados", como os legítimos membros da associação. Mais que isso, esperava-se deles uma dedicação e disponibilidade intensas para a causa da urbanização, tanto quanto uma percepção clara do perverso modo de produção capitalista. Aos demais ficava reservada uma certa decepção, um certo desprezo, que não podiam ser revelados:

...era possível que em dado momento, eu pudesse massificar, porque tínhamos mais informações (os assessores). Mas, muitas vezes, a apatia, a inércia era tão grande, que se você não se lançasse, não saía nada. Quando nós fomos no mutirão da Vila N., tinham dez pessoas trabalhando lá. O A. começou a pegar na enxada, aí apareceram mais algumas pessoas. Aí começou a rodear, todo mundo olhando, cheio de mulher. Eu peguei uma enxada e comecei a roçar e as mulheres começaram a também fazer isso. Então, se a gente não começa a fazer serviços dessa natureza, você não rompe aquele negócio que está lá inerte mesmo. (C., assessora da Assembléia do Povo)

De um modo geral, esse tipo de comportamento reflete uma "dívida social" que os assessores desenvolvem em razão de sua posição de classe. Esta dívida não deixa de imprimir um tom próprio ao exercício da assessoria que, só com muita reflexão, dispensa a utilização de mecanismos de dominação típicos do paternalismo na sua relação com os favelados. Esses mecanismos remetem à análise de relações de força, que sempre definem os privilegiados e os dominados num determinado campo, apesar de interessar aos primeiros a camuflagem de sua situação vantajosa perante os demais. Trata-se de uma relação de condescendência, ou seja, a "utilização demagógica de uma relação de força objetiva, pois quem é condescendente serve-se da hierarquia para negá-la; no mesmo momento em que a

nega, ele a explora." (Bourdieu, 1987)

O mecanismo necessita, assim, de que haja ou se reconheça uma condição de desigualdade, para que se instale uma dominação e, em seguida, se propicie a condescendência. É ele não passa despecebido aos que são objeto da dominação; a ela chegam até a se submeter, selecionando papéis que melhor se adequam à imagem que deles têm os privilegiados.¹⁰ Pois deles também podem obter algum capital cultural ou de conhecimento de que necessitam, em dada situação. Constróem, desta forma, as condições para a legitimidade da atuação daquele de quem dependem, momentaneamente, apesar da relação de força que se manifesta entre as partes.

A relação entre assessores e favelados reflete bem esse mecanismo, quando verificamos que a percepção que tinham os assessores do movimento, de seus membros e da sociedade em geral, não era assim tão ignorada pelos assessores. Ao contrário muito contribuía na consolidação da imagem que faziam destes seus aliados. Como contribuía também na percepção que tinham do Estado e da autoridade dos representantes do Estado, como me referi anteriormente:

"...outra coisa que eu aprendi, o povo não descobre nada sozinho, não faz nada sozinho. SÓ é possível fazer isso junto."
(A., assessor da Assembléia do Povo)

Como não podia deixar de ser, contribuía ainda na utilização que faziam da Associação de Moradores,¹¹ acionada em situações

10. É o que percebemos quando M. se vê forçado a responder à assessora aquilo que esta queria ouvir, a respeito da organização popular:

A - "E você acha que pode vir a ter poder algum dia, M.?"

M - "Eu creio que sim, através da Assembléia do Povo e através da união do próprio povo, se tivermos; se não tivermos, não leva a coisa nenhuma." (M., membro da Associação de Moradores)

11. Vejamos o que nos fala N. a respeito:

"O que incomoda mais é a gente ficar cego.

específicas e o conjunto dos favelados. E principalmente, contribuía na utilização que sabiam fazer de sua relação com a assessoria. De fato, o saber do assessor está imbuído de um poder de influência significativo. Mas, por seu lado, o assessorado demonstra que sabe tirar partido dele, bem como se desembaraçar dele quando for conveniente: nos momentos em que ele é necessário para fazer barreira a decisões arbitrárias do poder instituído, dialogando com este poder com a mesma linguagem que só os técnicos sabem manejar. Ou seja, quando se coloca a necessidade da "comunidade" ter seus próprios profissionais para apoiá-la no enfrentamento de decisões arbitrárias, aí sim, os assessores eram acionados e exerciam seu poder. No instante em que o objeto da mobilização desaparece, como quando as pressões do executivo autoritário se transformam em demonstrações dos benefícios que poderão ser mais facilmente adquiridas através do governo, neste instante tem início a dispensa dos serviços do assessor. Mesmo considerando as relações afetivas que, no caso das lideranças, são desenvolvidas com ele, apesar dos conflitos que evidentemente podem surgir entre estas lideranças e a "comunidade", a partir da dispensa. Nesta, mais que nunca, as lideranças assumem seu papel de mediadoras entre a "comunidade" e os assessores.

É o que se passa durante o processo de elaboração do plano de urbanização específica, que mais uma vez é objeto de ilustração para o presente trabalho. Já ressalttei que, para o assessor, o plano de urbanização específica pode se constituir num campo de trabalho alternativo. Para o favelado, por sua vez, é veículo de acesso à prefeitura, quando a nova política de urbanização é implantada. Para que as reivindicações de melhorias das favelas sejam atendidas, está colocada a exigência do plano. Logo, ele passa a representar o poder de que os favelados dispõem para se relacionar com o governo, de igual para igual, usando a mesma linguagem e os mesmos símbolos com que os agentes

que nem um passarinho sem saber aonde vai,
sem saber de certeza se nós temos direito
à terra pra moradia definitiva e não essa
preocupação de todo o tempo ter essa
Assembléia do Povo ajudando nós e sem ter
uma solução definitiva. "(N., membro de
Associação de Moradores)

governamentais lhes impunham sua "autoridade". O plano se torna, assim, uma arma muito potente para que fossem introduzidos no rol de interesses e metas do poder público, como o são os demais cidadãos. E tanto mais potente é essa arma, quanto mais se percebe em que condições ela foi criada.

A partir do momento em que os moradores conquistam seu objetivo, mesmo que não completamente, a assessoria de moradia já não se revela tão necessária, como tentam demonstrar os próprios assessores. E a tendência é, de fato, o encerramento dos trabalhos. Soluções de continuidade são logo colocadas:

"A urbanização é competência do poder. Se o poder não fez e está fazendo hoje, não foi por livre e espontânea vontade, foi por pressão popular. Então, no momento em que ele não assumia e nem tinha idéia de assumir, nós tivemos que criar para ele poder assumir. Agora que ele está assumindo, a nossa competência é outra. Nós temos que avançar num outro extremo. (...) Quer dizer, a gente não está lutando mais só pela casa: existe uma questão organizativa. É um aprendizado demorado, longo, difícil, mas que eu acho que vai quebrando essa inércia social." (C., assessora da AP)

Como vemos a assessoria, enquanto grupo mais geral, permanece na área, trabalhando a "organização" até que novas etapas surjam, reintroduzindo os "engenheiros" ou outros profissionais no campo da favela já urbanizada. Esta reintrodução será, porém, em razão de outras demandas, num outro saber. Basta observarmos o diálogo entre a assessora e o favelado, quando conversam sobre a contribuição dela ao objetivo da comunidade de vera favela urbanizada:

A - "O que a gente fez aqui naquele ano de alguma forma contribuiu? Um trabalho como aquele leva as pessoas a tentarem adquirir os direitos de cidadão?"

G - "Leva muito, porque a orientação que vocês deram, a gente chegou até à Prefeitura, para fazer a união com o povo, chegamos lá. E daí pra frente a gente teve a coragem de chegar lá sozinho, sem ter alguém que nem vocês, que apoiou muito

nós."

A - "E por que é que não deu certo? Porque a gente teve que sair (da Associação)?"

G - "Porque tinham muitos que não queriam, não é... eles achavam que vocês estavam atrapalhando, porque, muitas vezes saíam nas favelas falando mal da prefeitura. (...) era um pensamento assim negativo. Pensam que a prefeitura, através de vocês vai levar nós a não ter nada." (G., representante de Associação de Moradores).

A aliança entre assessores e assessorados é, ao meu ver, conjuntural, mesmo no caso da Assembléia do Povo, que dispunha de seu próprio corpo de assessores. Este é mantido e reconhecido como aliado, enquanto houver elementos de interdependência. Quando estes cessam, a relação se vê desnecessária, o que logo aciona o alarme para os assessores desenvolverem uma nova relação, com novos eventos ou motivos de mobilização. A imagem que fica, portanto, é de um aliado conjuntural, cujas atitudes contraditórias e discurso confuso (cheio de aspereza, quando dirigido à prefeitura, e cheio de exigências, quando dirigido aos favelados) levam a uma relação instável, apesar de serem reconhecidos os benefícios conquistados através desta relação.

3.3. a imagem que o assessor tem de si

Objetivamente, o assessor seria o indivíduo que realiza uma intermediação entre dois grupos distintos e diferenciados hierarquicamente, que necessitam de tradução para suas linguagens também diferentes. Com a particularidade de representar e legitimar os interesses do grupo em situação inferior na hierarquia. No entanto, a imagem que o assessor faz de si próprio é construída sobre referências não tão objetivas assim. Ao contrário, a construção se faz sobre as bases ideológicas que, como observei, recheiam o seu repertório analítico. E as categorias de que se utiliza nas suas análises definem largamente sua identidade. Tanto, que tornam opaca uma outra imagem, aquela refletida pelos agentes com os quais se relaciona. Muito pouco parece ser apreendido desse espelho, ou por outra, ele é interpretado mais para confirmar o conceito atribuído às

categorias utilizadas, que para permitir reconhecer-se a si próprio ao longo de uma dada atuação:

"o assessor é o seguinte: eu acho que é aquele que tem que ter as antenas ligadíssimas. Porque ele tem que ter um poder de problematização permanente. Então, ora ele tem que problematizar, ora ele tem que problematizar o poder de cobrança do movimento. Então há um pólo de tensão entre a organização da base e a organização mais alta." (C., assessora da Assembléia do Povo)

A visão de mundo do assessor, ou o "código" através do qual estabelece suas relações com o movimento, está submetido a uma concepção de sociedade em que prevalece apenas um interesse, e em que o sujeito desse interesse é uma classe social, e não o homem ou os homens. (Arendt, 1981) Com este "código" em mãos, procede à escolha de algumas categorias, pelas quais vai pautar sua atuação. Esta escolha, tanto quanto as ausências verificadas na relação de categorias escolhidas, se constitui num material interessante para apreensão da idéia que o assessor faz de si mesmo. Ilustra bem a definição de assessoria formulada para ser divulgada entre os próprios agentes ligados aos movimentos populares: assessor é o "intelectual que procura se ligar ao movimento popular a fim de influenciá-lo com suas próprias idéias (na medida em que este precisa de orientação) e portanto interfere com os próprios objetivos do assessorado". Tem por objetivo "geral e a longo prazo, a mudança da sociedade; e mais imediato, a conscientização e organização das classes populares, verdadeiro sujeito da história." (CEAS, 1983)

A conscientização e a organização das classes populares são as mais importantes atribuições dos assessores, sempre presentes no discurso dirigido aos seus interlocutores. São a base das exigências que fazem aos membros do movimento popular, assim como dão a dimensão da frustração quando tais exigências não são atendidas. Como afirma C.:

"Aí chamamos uma advogada pra explicar para nós como é que era essa história. Aí ela disse o seguinte: 'olha isso nunca foi aplicado, mas a gente pode investir

nisso desde que exista uma organização forte. Ah, é isso que tem que fazer? É isso que tem que fazer. Então, nesta reunião dividimos as tarefas: ela ficou incumbida de fazer o estudo jurídico e a gente ficou responsável de montar uma organização. Quando foi no meio do ano, nós tínhamos montado já umas seis associações. Então, no ano de 1980 inteirinho, nós trabalhamos os dois pontos: aprofundamento jurídico e organização das bases. " (A., assessor da Assembléia do Povo)

Parece-me, contudo, que não lhes é dedicada a devida atenção, pela carência de reflexão sobre o seu significado e sobre o contexto em que são freqüentemente aplicados. Cabem aqui algumas considerações. Conforme ressaltai, a assessoria visa a organização do povo a partir do que chama de "ampliação de sua consciência crítica", de modo a romper o isolamento a que o povo estaria condenado. Assim, as comunidades "passam a estabelecer relações de companheirismo e solidariedade mais conscientes, passam a agir de maneira coletiva nas questões que dizem respeito aos seus interesses." (CEAS, 1983). Neste raciocínio, o espaço político seria consequência lógica do processo de conscientização, e destinado a "fazer valer os seus interesses". (CEAS, 1984)

Retornando a abordagem do objeto da assessoria, ressalto o fato do indivíduo ser nela reconhecido como uma categoria negativa aos valores socialistas, ou seja, o "elemento que amplia o abismo que separa o homem, no capitalismo, de sua integração social". (Mészáros, 1981) Por consequência lógica também, não se toma conhecimento desse indivíduo, afinal o sujeito da história seriam as classes populares. O homem é reconhecido apenas enquanto trabalhador ou enquanto dimensão coletiva. Resulta dessa visão monolítica de povo um trabalho voltado para a homogeneização. Não ocorre um trabalho no indivíduo ou na comunidade enquanto conjunto de particularidades e diferenças, mas no conjunto de indivíduos enquanto "comunidade".

Esta concepção, ao invés de romper, contribui para o

isolamento, na medida em que estabelece o caminho a ser seguido pela "comunidade", esperando-se dela um dado comportamento. Ocorre, isto sim, uma inibição dos moradores no espaço da Associação, que se pretendia político. Assim como ocorre um estímulo à visão utilitarista que, como salientei, movimenta a relação entre moradores e Associação.

Ao se maximizar a importância do "papel histórico da classe trabalhadora" para as transformações que se objetiva, a base do trabalho é constituída a partir da visão dos assessores sobre as necessidades do movimento ou da reprodução social dos trabalhadores. Com isso, minimiza-se ou até se desconhece as repercussões que as relações pessoais entre assessores e assessorados provocam nas práticas cotidianas de um grupo social. Essas práticas refletem o jogo de força e oportunidade, como destaquei, específico do campo-do-não-poder ou da ausência de lugar-próprio, jogo este entabulado pelos agentes do campo em disputa. Estas práticas propiciam a formação e atualização de sentimentos sobre o que seja o poder e sobre o que se consegue com a conquista dele. Com isso, ao se negligenciar a observação dessas práticas, em razão do importante processo de conscientização, toda uma orientação estratégica do movimento popular pode vir a viabilizar, ao invés das mudanças esperadas, outras situações não tão previsíveis. Ou porque algumas questões não puderam ser antes explicitadas, ou porque foi desmerecida sua importância na constituição da comunidade.

É evidente a diversidade de movimentos populares, de reivindicações e objetivos que expressam. Não seria eu capaz, nem é minha intenção, sintetizá-los numa só caracterização, assim como assuas tambémdiversificadas assessorias. Todavia, de comum entre eles, numa visão geral, estaria seguramente esta busca da dimensão "histórica" que os assessores se dedicam a desenvolver. Apesar de reconhecer o relevo dessa dimensão histórica não posso deixar de observar que ela pode ser o instrumento para que seja sufocada a existência de referências e situações específicas a cada campo. São referências e situações que, apesar da luta de classes, significam, ao contrário a oportunidade das reformas desejadas. Afinal, a sua expressão num espaço público pode

liberar a possibilidade de ação de cada indivíduo, ao serem proporcionadas as circunstâncias adequadas à revelação de identidades distintas, cuja natureza atribue a já conhecida condição de pluralidade ao espaço público.

Verifico a existência de questões objetivas, como são as reivindicações em torno de melhorias de vida e moradia, apesar da interpretação comum, que as associa a uma "contradição fundamental", e que por isso mesmo levariam à conscientização e a uma única perspectiva de sociedade e de cidadão. Ressalto apenas que ao lado delas está o significado do Sujeito e de seu conteúdo para as relações políticas que se objetiva nos movimentos populares. Em outras palavras, nem só de conflitos de classe é constituído o cidadão.

Essa percepção é fundamental para a consolidação de comportamentos democráticos que permitam a expressão de interesses, preocupações e necessidades. E com isso, permitam o surgimento da possibilidade de poder e da mobilização que justificam uma organização.

Na experiência da Assembléia do Povo, as palavras-de-ordem da conscientização e da organização tiveram o mesmo relevo. O "sujeito coletivo" esteve sempre suficientemente capaz, na percepção da assessoria, de dissolver nele o indivíduo. Reflexões e tentativas que apontavam noutra direção não alcançaram a legitimidade ou o status de integrarem os objetivos "oficiais" do corpo de assessores do movimento. É o que acontece com E., no momento em que volta sua atuação para a condição das mulheres da favela a qual seu grupo prestava assessoria. Ao ser indagada sobre o espaço dentro do movimento para apoiar o seu trabalho, E. demonstra sua insegurança:

"Não sei, eu nem tive muito contato com o pessoal do Pio XII. (...) este tipo de trabalho nunca foi exposto, nunca foi proposto ao pessoal de lá. Então eu não sei se poderia ser bem aceito. A notícia que eu tive foi que M. e C. foram fazer um trabalho de feminismo na favela e não deu certo. Mas não é essa a minha intenção. (...) De repente, se o pessoal da

Assembléia do Povo só quer lutar por terra... depende do que as pessoas estão abertas a fazer. (...) porque pode até haver um racha, pela ideologia do movimento." (E., assessora do movimento)

A reflexão em torno da conscientização e da organização das classes populares me leva necessariamente a refletir sobre uma outra categoria, a alienação. Afinal, é uma forte referência ao trabalho do assessor.

A mesma base analítica que prioriza o "sujeito coletivo" nas preocupações das assessorias, identifica no capitalismo as razões para a alienação do homem em relação a si mesmo e em relação ao mundo; é esta alienação o alvo da conscientização. O conceito de alienação é portanto um conceito central nesta análise, como também é no pensamento marxista, de onde são retiradas as bases da interpretação, em geral, utilizadas pelas assessorias. Ressalvo que não pretendo aqui descer a detalhes em torno da teoria da alienação de Marx; quero apenas identificar nela elementos para melhor compreender o alcance desta categoria na condução do movimento popular, através da prática da assessoria.

A alienação de que fala Marx está associada ao modo de produção que impõe uma determinada relação entre o trabalhador, o seu trabalho e o objeto de seu trabalho, de tal forma que leva aquele a se sentir fora de si. O trabalho alienado é uma atividade exterior ao trabalhador, e um bem que pertence a outro, enquanto o produto do trabalho alienado é a própria realização da alienação, ou seja, a propriedade privada. Nas suas palavras, a "alienação do trabalhador do seu produto significa não somente que seu trabalho se torna um objeto, uma existência exterior, mas que seu trabalho existe fora de si, independentemente de si, estranho a si, e se torna uma potência autônoma perante ele, que a vida que ele tem emprestado ao objeto se opõe a ele, hostil e estranha." (Marx, 1972)

Mas aonde está a referência utilizada pelas assessorias na sua meta de conscientização das classes populares? O que tem a ver essa discussão de trabalho alienado com meu objeto de

análise? Recupero um pequeno trecho do discurso do assessor, para responder a tais questões. C. está se referindo a um grupo de lideranças que, apesar dos altos e baixos sustentam a continuidade do movimento. E C. tem a resposta para tanta fidelidade, ou seja, a "politização da consciência":

"... o processo, ele vai amadurecendo, e à medida em que ele vai amadurecendo, ele vai excluindo as lideranças que não conseguem responder mais às exigências dele. Então a gente percebe uma rotatividade (...). Apesar dessa mobilidade, essa mudança que existe, a gente tem um núcleo que é permanente, que sustenta as oscilações do movimento. E essa permanência é pela politização. São os que se politizam na sua consciência, é que permanecem." (C., assessora da Assembléia do Povo)

No momento em que surgem alguns impasses na condução do movimento e que dizem respeito a questões como o choque inevitável entre o enfoque que pauta a atuação dos assessores e o enfoque com que se relacionam os favelados com a organização e suas mobilizações, neste momento sempre surge a conscientização para justificar eventuais perdas. A falta da "consciência política" está na origem da exclusão de alguns quadros, que sem ela não conseguem acompanhar o "amadurecimento" do processo. A exclusão é tomada então como fenômeno inerente ao processo de seleção, o que traz certa compensação à frustração do assessor que não foi eficaz ao ponto de ampliar ao conjunto dos moradores o seu trabalho conscientizador.

Se observo com mais cuidado, verifico que esta "consciência política" está constantemente associada à visão que têm os assessores da realidade social: uma realidade hostil às classes populares e que deve ser transformada.¹² Ora, se todo o cenário

¹² Encontra-se explicitado, como um dos objetivos do CEAS, em seus textos oficiais: "vislumbrar traços de um modelo alternativo de sociedade, a partir da conjuntura do movimento popular e do estudo das contradições inerentes a nossa realidade social, e tentar descobrir os instrumentos e a metodologia que mais eficazmente podem influir nessa mudança." Mais adiante, define como um desses instrumentos o "trabalho de educação e conscientização política mais formal." (CEAS, 1984)

de condições adversas ao trabalhador que se verifica nessa realidade decorre da perversidade do modo de produção capitalista nela implantado, e se este modo de produção imprime uma condição alienante ao trabalhador nele inserido, a transformação desejada passa necessariamente pela superação dessa alienação. Afinal, seria em razão desse fenômeno, a alienação a que está submetido o trabalhador pelas relações capitalistas de produção, que os homens não se interagem; ao contrário, estariam remetidos ao isolamento de sua existência individual: "O que é verdadeiro na relação do homem com seu trabalho, com o produto de seu trabalho e consigo mesmo, é verdadeiro na relação do homem com o outro, assim como com o trabalho e com o objeto do trabalho do outro." (Marx, 1972) E se a relação do homem consigo mesmo só pode ser objetiva e real para ele próprio, através da instalação do Outro, da relação que vem a manter com esse Outro, da relação onde o homem se encontra com os outros homens, se assim é, a superação da alienação se daria pela alteração das relações de produção. Conscientizar significa, neste raciocínio, tornar o homem consciente de sua condição alienada, engendrada pelo modo de produção capitalista. A transformação social implicaria, assim, na conscientização do trabalhador para que este assumisse seu papel histórico, em direção à sociedade livre do trabalho alienado, onde os homens pudessem se encontrar com os outros homens.

A leitura da superação da alienação que a assessoria da Assembléia do Povo faz, ou melhor, da transcendência da alienação, poderia eu dizer, esteve amarrada à perspectiva do trabalhador, do agente do modo de produção. Tanto que, para ela, politizar o movimento significava articulá-lo às lutas que mais levassem ao questionamento da ordem social e econômica vigente:

"Quem não tem poder econômico encontra dificuldades. Então eu acho que o favelado, ele conquista um espaço político dentro da sociedade, ele procura uma identidade, mas que isso ainda é um processo de conquista dos direitos de cidadão, juntamente com os demais explorados, os trabalhadores em geral..."
(A., assessor da Assembléia do Povo)

Parece-me que não se articula a perspectiva da alienação,

senão em relação à ordem econômica. Neste sentido, ocorre mais uma defasagem entre assessores e assessorados, uma vez que tal análise, globalizante em excesso, não podia ser assimilada. Não estava tão evidente assim que suas péssimas condições de vida e trabalho pudessem ser melhoradas através do confronto com o patrão ou com o Estado. Mesmo que os assessores afirmassem sempre que estes estivessem historicamente associados.

Finalmente convém lembrar, a respeito da alienação, uma passagem dos Grundrisse: "... a alienação só é transcendida se os indivíduos se reproduzem como indivíduos sociais. (...) o indivíduo, numa sociedade socialista, não dissolve sua individualidade nas determinações gerais. Ao contrário, tem de encontrar um escoadouro para realização plena de sua personalidade como um todo. (...) a coletividade abstrata os dissolve em sua própria estrutura genérica, na qual não pode haver margem para as características específicas dos indivíduos reais." (Mészáros, 1981)

Trabalhando com tais categorias, as assessorias, como a da Assembléia do Povo, me dão a impressão de que ao iniciarem o trabalho numa favela qualquer, já dispõem de uma percepção preexistente do rol de interesses da população a quem vai assessorar. Neste sentido, é como se partissem do princípio que ela estava só esperando a sua chegada para viabilizar organizações e mobilizações reivindicatórias e, se possível, contestadoras da ordem. As palavras de ordem como participação, poder popular, sociedade alternativa, são motivo para mobilizar a "comunidade" em torno de uma organização... na cabeça do assessor. Para os favelados em geral, não chegam a provocar qualquer ressonância.

Essa é uma questão muito pertinente de ser investigada, especialmente por aqueles que têm na atuação junto aos movimentos populares seu locus profissional. Não estaria na ausência de atenção ao sujeito desses movimentos, uma perspectiva de resolução da questão? A percepção do trabalhador enquanto indivíduo integral, e da consolidação de comportamentos democráticos num espaço público onde seja permitida a

expressão de interesses, preocupações e saberes, parecem apontar nesta direção. Inclusive para que se venha a identificar a distinção entre esta percepção e a prática individualista e personalista, bastante presente no cotidiano dos movimentos, facilitada pelo descolamento entre a "base" e as lideranças mais "conscientizadas".

Conduzindo o raciocínio um pouco mais adiante, não podia deixar de refletir, para finalizar, sobre uma última categoria, de muito significado para a prática da assessoria: a comunidade. Sempre presente no seu discurso, e no das lideranças mais "seletivas", a comunidade representa um modelo de organização dos moradores onde estaria instaurado o ideal de interesse único. Tende, assim, a reproduzir uma noção homogeneizadora de sociedade, além de realçar uma certa visão romântica de pobreza, em que se espera do pobre uma firmeza de caráter e um espírito coletivo sem iguais. O processo de organização das associações de moradores teria, entre suas atribuições, a determinação de levar aos moradores essa idéia de comunidade, como sendo o formato de organização próprio a seu pseudo espírito coletivo. Quem dela viesse a fazer parte seria reconhecido pelos organizadores - lideranças e assessores - como "moradores plenos" ou os legítimos representantes da associação. Ademais, através da "comunidade" seria alcançado o antídoto ao estigma de bandido que persegue o favelado, os seus membros seriam reconhecidos socialmente, além de servir de veículo para a conquista de melhorias para as condições de moradia e reprodução na favela. Com estes argumentos, assessores e lideranças se dirigem aos moradores em seu trabalho de organização.

A comunidade passa a ser então o símbolo da unidade do povo, e também do poder de fogo, sempre pronto para ser disparado contra o Estado e seus representantes. Ora, já tive ocasião de verificar que esta idéia de harmonia e perfeito equilíbrio entre lideranças e moradores não corresponde à realidade. Ao contrário, já verificamos que através da comunidade organizada em associação, pode ser incentivado o controle da vida privada das pessoas, próprio das relações e práticas cotidianas mais primárias. Verifiquei ainda, a referência que têm os moradores

da sua associação, utilizando-a e à idéia de unidade, quando ocorria alguma situação que os levasse a necessitar do coletivo.

Torna-se contraproducente tal percepção de comunidade, pois o que se busca é a confirmação de conceitos, e não a constatação da realidade do mundo. De "fundamento de uma ideologia que permite a mobilização das pessoas, (...) que passou a ser sinônimo de situação não conflitiva, de igualdade" (Cardoso, 1985), comunidade se apresenta ao nosso ver como um ambiente. Um meio, cuja organização resulta do agir e do falar em conjunto, da reunião de pessoas em torno de tal propósito, onde quer que estejam. (Arendt, 1981) A realidade do mundo surge assim às pessoas, pois elas estão na presença umas das outras, em condições de se revelarem publicamente.

Esta noção de comunidade rejeita idéias, comportamentos, rejeita também a referência ao lugar nas relações de produção, para possíveis situações de igualdade que possam tornar comum alguma experiência dos que constituem a comunidade. Ela se caracteriza pela possibilidade de poder que vem a resultar da socialização e discussão de experiências de algum modo tomadas como características do grupo. Ou por outra, da possibilidade de se constituir uma memória organizada pelos sujeitos de saber e vontade. A possibilidade de ação tende a se concretizar com mais eficácia, num tal meio, apesar dos limites a ele inerentes. ¹³

Evidentemente não se verifica uma tal comunidade nas áreas tomadas para estudo de caso. Identifico apenas uma perspectiva de abordagem que venha a aproximá-la da percepção atribuída aos assessores, muitas vezes encontrada em seu discurso, apesar de não corresponder à prática. Trata-se de uma perspectiva antagônica à visão utilitarista largamente difundida e praticada por assessores que a tomam como instrumento para confirmar idéias e mobilizar uma massa para um dado conflito reivindicatório. Por mais bem intencionados que possam estar.

A imagem que têm de si os assessores da Assembléia do Povo

13. Ver capítulo 2, item 1, a respeito do conceito de ação.

reflete, portanto, as referências conceituais que utilizam no contato com seus assessores. Reconhecem-se a si próprios como agentes organizadores que auxiliam a população a se organizar numa comunidade, tendo em vista um modelo de sociedade e de cidadão. Têm presente a distinção entre sua identidade e a de seus assessorados. Percebem-se exteriores à comunidade, mas não deixam de revelar conflitos de identidade, compatíveis com a dificuldade de conviver com as diferenças de classe e saber, que marcam sua posição e a dos que prestam apoio:

"...nossa atividade tem se pautado dentro desses dois princípios. Primeiro, assumir a diferença; segundo, assumir que a consciência que o favelado vai ter da sua realidade é uma consciência que ele tem que contruir dentro do movimento, e que o próprio movimento vai ter o seu saber, que não está escrito em livro nenhum, por mais abrangente que seja, a gente não vai encontrar. Então eu acho que o intelectual, da maneira como a gente vê o assessor, ele ajuda, contribui para que esse saber realmente seja constituído dentro do movimento." (A., assessor da AP)

Sem dúvida, seu maior saldo, ao qual creditam a maior politização do movimento, se deve ao fato de terem reconhecido em seu papel a função de promover a introdução dos moradores num espaço de convivência pública entre eles próprios, incluindo os assessores. Da mesma forma, por terem facilitado a constituição de relações com outros setores da sociedade, como os representantes do executivo, legislativo, entidades civis e mesmo com a imprensa. Sair do isolamento, mesmo que sem a dimensão da pluralidade que este espaço poderia deter:

"Eu acho que pra mim, a função, a perspectiva do movimento é tirar os indivíduos do isolamento: 'escuta, você está parado aí, o que está acontecendo com você?' Então, é convocá-lo para a participação. Pra mim, a grande função do movimento é essa." (T., assessor da AP)

CAPÍTULO 4

O QUADRO DE UMA ASSESSORIA OU UMA PRÁTICA PELO AVESSE

Ao chegar a este capítulo, já são conhecidas algumas informações importantes sobre a natureza do trabalho da assessoria da Assembléia do Povo. Importantes pelos limites que estabelecem a este trabalho e à constituição das imagens que o assessor tem de si. Elas me são necessárias para compreender com mais clareza dois aspectos em particular desta prática: as causas para a distância verificada entre a visão de mundo e os objetivos contidos na função da assessoria, e as respostas que esta recebe da população, com relação a este objetivos e visão de mundo. Ao mesmo tempo, vão servir de referência para a análise de uma experiência específica de assessoria: minha própria atuação numa favela de Campinas, enquanto membro do corpo de assessores da Assembléia do Povo.

O que me motivou a refletir sobre esta experiência foi exatamente o sentido que ela tomou, justo o contrário do esperado, e os sinais de que a condução que se dava não correspondia aos objetivos e fundamentos estabelecidos. Enfim, a ausência de ação numa "comunidade" que recebia o apoio semanal de um grupo de quatro assessores - era uma prática pelo avesso. Ora, diria o leitor, só um grupo de desavisados e inconseqüentes não saberia perceber os sinais dos desvios que se apresentavam. Pode ser, mas quero acreditar que só depois de ter saído do local, só quando foi possível uma distância suficiente para enxergá-lo integralmente, só assim os sinais puderam ser captados, as palavras ouvidas, tornaram-se enfim evidentes os contornos da realidade. É preciso alcançar o que Arendt chama de ponto arquimediano, sair do processo, para que a história possa ser contada. Afinal, a análise só é possível ao narrador da história, aquele que não participa da ação, mas a quem a ação é revelada plenamente.

Abandono então a identidade de assessor e assumo agora a do narrador. Os pequenos e pouco valorizados eventos dessa experiência serão introduzidas no plano da história, de tal forma que se constitua numa memória organizada a partir da base

conceitual discutida até aqui.

Sendo o "poder popular" um ideal sempre objetivado pela assessoria, e sendo a ausência dele um dos elementos referenciais da prática- pelo-avesso, este poder será o elo a perpassar toda a análise que vem a seguir. Ressalto apenas para concluir, que o quadro da "comunidade" estudada refere-se ao último dos três casos abordados no primeiro capítulo. Retrara, portanto, a falta do lugar próprio, ou seja, o lugar do não-poder, ao qual arrisco ainda assim a denominação de Campo. Explicarei em seguida.

4.1. da (não) constituição do espaço das diferenças

Disponho até aqui de alguns instrumentos analíticos essenciais à compreensão do objeto abordado. São eles a noção de espaço público, os conceitos de ação e Sujeito, o conceito contrário de totalitarismo, as noções antagônicas de *espelho* e *governante* e a noção de lugar-próprio. Todos eles, quando remetidos à reflexão sobre a função do assessor ao movimento popular, apontam para algumas divergências entre o objetivo e a prática da função. Considerando o papel de *espelho* como um dos fatores preponderantes nesta função, o fato do assessor não propiciar a constituição do espaço das diferenças, isto é, do lugar-próprio da comunidade à qual está inserido, este fato repercute em toda a dimensão da função.

A discussão da natureza comportamental e homogeneizante da sociedade de massas não pode ser desprezada na análise, evidentemente, uma vez que tem implicações óbvias na constituição ou não deste espaço. Não só pelo que é capaz de interferir em termos da reunião das pessoas em torno da organização do espaço público, como também no que é capaz de refletir na estrutura intelectual do assessor. Este, é bom lembrar, é um personagem de nítida influência na referida organização. É uma das características da sociedade de massas, como já foi visto, é justo a dificuldade de se perceber as distinções e particularidades próprias aos indivíduos, sem o que não há

pluralidade, nem ação, nem organização.

Apesar de referir-se contrária aos valores desta sociedade, a assessoria não está livre deles, para o que concorre sua idéia de história-já-vista. A expectativa em torno de um modelo de comportamento que vai brotar do morador "conscientizado" representa a ligação que ainda a mantém próxima de tais valores, apesar da crítica que faz ao chamado dirigismo. Assim, fica a evidência que estes valores são tomados essencialmente como valores associados apenas à característica consumista da sociedade capitalista. Não se procura descobrir neles seu caráter de regularização, redução a modelos ou esquemas pré-concebidos em função de determinados fins, o mesmo caráter da mídia e da propaganda capitalistas.

O espaço das diferenças requer a aceitação do conflito de idéias distintas. Elas são enriquecedoras e desaparecem quando padrões ou modelos não impostos ou refletem a introdução da verdade absoluta no espaço comum. Quando permite a introdução da verdade absoluta no seu trabalho, o assessor está criando impasses a sua atuação, à constituição de sujeitos e mesmo à existência do movimento ou da ação. Fica evidente, isto sim, a impotência dos membros da "comunidade" em se constituir enquanto tal, em elaborar um saber próprio, e em eleger interesses em torno dos quais mobiliza esforços conjuntos.

A experiência naquela favela de Campinas reflete todas estas contradições. Sendo que elas se apresentam em meio a constantes discussões do pequeno grupo destacado para atuar naquela área. A percepção da criação ali, de um espaço de manifestação das identidades dos indivíduos já se apresentava como preocupação do grupo. Tanto que era conhecido o conceito de movimento de massas como instituição autoritária, o que implicava na possibilidade de um trabalho que lidasse com os indivíduos e não apenas com o coletivo. Como afirmava B, então:

"...este trabalho tende a modificar o movimento de massa, desde que as pessoas comecem a conhecer seus próprios desejos. Totalitarismo é pensar que resolveremos os problemas do Parque Planalto. É preciso

ouvir. É preciso não apresentar soluções."
(B., assessor da AP)

A carga da formação anterior que indicava um outro tipo de atuação era, porém, bem pesada, e somada à falta de preparação própria à função, definia um papel para a assessoria que terminava por adotar mecanismos de exclusão. O espaço público mais parecia uma elaboração imaginária que não tinha como ser introduzida no real, apesar das intenções neste sentido.

A história desses conflitos tem início com a formação do grupo destacado para o Parque Brasília: quatro profissionais, cada um com uma formação técnica específica, correspondendo ao objetivo de atender à área de uma forma multidisciplinar. Dessa forma, o grupo se distinguiu do conjunto da assessoria do movimento, já que não havia a formação de outros grupos como este. Não sei se se tratou de uma experiência piloto, numa tentativa para conciliar um período de crise, com a carência de assessores e o aumento do volume de trabalho. O certo é que aquela equipe pôde constituir um espaço de reflexão sobre a prática, mesmo reduzido, o que o livrava de ater-se apenas com questões burocrático-administrativas. Seus problemas eram outros, e tanto maiores, quanto maior a distância entre o discurso, democrático, e a prática, totalitária. O conteúdo destes problemas, bem como das reflexões não eram, porém, socializadas perante o conjunto.

O entendimento destas contradições pode ser facilitado, se forem somados aos conceitos e categorias já discutidos, a noção de Campo, e de seu reverso, o Aparelho. Penso que sua valia está em revelar os elementos que definem os espaços de convivência, aos quais muito se aproxima o da favela em estudo e suas práticas cotidianas. Neles, a formação de um saber próprio reflete um potencial de poder, muito referido pela assessoria.¹ Sua

1 A., assessor da AP, é quem define:

"Movimento de massa é o que produz saber, no decorrer da prática. E assessores são os que facilitam a realização deste saber.
(...) A autonomia do movimento se dá na

manifestação porém pode estar direcionada para sentidos bem diferentes daqueles previstos por ela, e por isso mesmo, o Campo é tomado como Aparelho, ou vice-versa: numa avaliação em que predomina o objetivo frustrado da assessoria sobre a evidência dos fatos.

Em capítulos anteriores, ressaltai a característica das práticas cotidianas de revelarem uma forma de convivência, onde a ausência de poder é preenchida pela utilização de oportunidades do "golpe", para se fazer uso do poder adverso e assim conviver com ele. Constitue-se, portanto, numa manifestação de conflito de interesses, envolvendo fortes e fracos, ou o que eles representam.

O Campo pode ser um lugar onde ocorrem as práticas cotidianas, pois é definido pela existência de conflito ou de disputa pela distribuição de um capital específico, o saber próprio ao Campo, em constante acumulação (Bourdieu, 1983). Para que um Campo funcione, são necessários então objetos a serem disputados e indivíduos dispostos a tanto. Além disso, é fundamental que estes indivíduos tenham alguns interesses básicos em comum, e que estes interesses definam regras e acionem os movimentos e a existência do Campo. Quando estes desaparecem, cessa o conflito, a produção de saber, a cumplicidade que identifica os personagens, apesar dos antagonismos existentes entre eles. Enfim, cessa o jogo que articula os dominantes (que possuem meios para o jogo funcionar em seu proveito) aos dominados (que desenvolvem resistência aos dominantes). Em seu lugar é instalado o Aparelho, onde dominantes conseguem anular a resistência e as reações dos dominados, assim como a dialética e o conflito constitutivos do Campo.

O Campo em evidência no Parque Brasília tinha como personagens os moradores, em posição de dominados, e os assessores, em posição de dominantes. Desde a chegada do grupo de assessores, ou seja, da instalação do Campo, e por todo o

produção cultural do povo: pensar
determinado saber que lhe é próprio."

decorrer da existência deste, foi muito negado o jogo, que posicionava uns e outros em planos antagônicos. Mais que isso, este antagonismo não era efetivamente o que se objetivava como meta da assessoria, de modo que não refletir sobre ele se torna um limite efetivo a sua presença na favela. De Campo a Aparelho, não custou muito. A experiência é a melhor demonstração, por isso abro espaço para ela agora: haveria de fato um capital específico a ser disputado, ou um conjunto de interesses fundamentais, um saber próprio a definir o Campo? Haveria possibilidade de constituição deste Campo, ou de uma esfera pública, somando-se à condição de fraqueza do favelado, a situação conflituosa em si da atuação da assessoria?

O cenário do Parque Brasília correspondia aos de inúmeras favelas da cidade:

"... nós não moramos em praça pública, praça é toda arrumadinha, com árvores e bancos. O favelado mora é em barracos, na beira de córregos, nos restos de loteamentos da cidade,² e não nas praças."
(S., liderança comunitária)

De fato, o assentamento era formado por 33 barracos, precariamente dispostos num sítio de aproximadamente 11.300m², às margens de córrego sem qualquer tratamento, passível de inundações na época de chuvas. Destes, cinco já são de alvenaria, então. A situação topográfica, agravada pela constante erosão, se manifesta à assessoria como a mais urgente questão a ser resolvida. A ocupação do local obedecia a razões óbvias: as perspectivas de por fim à trajetória de inúmeras mudanças, inclusive no espaço da cidade, numa área próxima do centro (4 quilômetros) e dos locais de trabalho. Por isso mesmo, a solução institucional e mesmo técnica para o assentamento é tanto mais

² Em Campinas, as favelas têm sido tradicionalmente instaladas em áreas de loteamentos urbanos destinadas a praças públicas. Estas correspondem a determinação legal de previsão de percentual do total do loteamento para logradouros e outros usos comuns. As praças são localizadas, de preferência, nos espaços menos indicados para edificação, e de menor valor imobiliário.

difícil quanto mais precária for sua apresentação topográfica. Difícil porque deverá compreender o equilíbrio de forças entre a proximidade ao centro urbano, o anseio pelo fim da condição de migrante e de favelado, e a situação insalubre da ocupação, o que demanda inverções adicionais do poder público em infra-estruturas, para sua consolidação.

As redes de serviços urbanos são instaladas através de ligações coletivas, em número inferior à demanda; saneamento não há, sendo todos os dejetos lançados no córrego, a céu aberto.³ Os serviços de limpeza urbana e de transporte são os mesmos que atendem aos bairros circunvizinhos, assim como os equipamentos sociais (creche, posto de saúde, escola e centro social). Por ser considerado pelo executivo municipal parte de um conjunto, que faz com outras duas favelas da mesma divisão administrativa local, o Parque Brasília divide estes serviços e equipamentos com os demais assentamentos.

Do total de famílias instaladas no Parque Planalto, 75% lá residem há três anos, no máximo, tendo já morado em outras favelas na cidade, anteriormente. Todos os chefes de família são trabalhadores assalariados, encontrando-se empregados no seu total por ocasião da pesquisa. Cerca de 60% deles são operários, basicamente empregados na indústria da construção civil, cujas rotatividade e baixo nível de mobilização da categoria são por demais conhecidos.

A equipe chega ao local já sub-dividida: dois dos assessores vão se ocupar com a questão da violência e da criminalidade, problemas graves nas suas outras favelas daquela administração regional. A assessoria da Assembléia do Povo verificou que estes

3. Bastante assemelhadas às informações levantadas por Santos, 1985, as condições de infra-estrutura verificadas na área em apreço confirmam as conclusões daquele autor: em 1983, um terço da população de favelas, em Campinas, consomem água encanada, dois terços jamais utilizaram rede de esgotos ou sequer tomaram banho de chuveiro em suas moradias, enquanto aproximadamente metade dela nunca foi servida por energia elétrica. O acesso a esses bens de consumo está tão distante quanto condições mais generosas de reprodução social.

problemas eram impeditivos a qualquer iniciativa de organização, e enfim vislumbrava uma possibilidade de enfrentá-los, através da atuação destes dois profissionais. Quanto ao restante da equipe, uma se dedicava à problemática da mulher, enquanto a outra assumia a urbanização, ambas no Parque Brasília. Na urbanização, residiu o objeto de minha participação específica.

A introdução na área do Parque Brasília foi feita através de visita à área, acompanhada de outros membros da AP, já conhecidos de alguns moradores. Não foi organizado nenhum encontro para esse fim, de modo a evidenciar minha ligação à AP. Fui informada das características físicas do sítio e das necessidades básicas a serem previstas pelo plano de urbanização que, ora em diante, ficaria sob minha responsabilidade. Ao mesmo tempo, os moradores são apresentados a mim como uma "comunidade em adiantado nível de organização", a espera apenas do "engenheiro" para iniciar a elaboração do plano. Cheguei lá contando encontrar os moradores definidos em torno de um mesmo interesse. Com base nessa informação, projetei perspectivas e ações, esperando trabalhar com aquele padrão de líderes comunitários idealizados. Na minha busca de certezas, eles correspondiam àquela interpretação monolítica de sociedade, alienação e todas as demais categorias.

Ao primeiro contato, uma percepção bem distinta daquela "comunidade" fica mais do que evidente, o que exigiu a revisão da abordagem prevista. Foi a primeira surpresa a atropelar as perspectivas projetadas, mas não o suficiente para fazer a mim e à minha equipe percebermos o equívoco que marcou nossa atuação. Tínhamos, então, uma idéia de comunidade que só permitia a apreensão de um só aspecto, uma só perspectiva. E foi sob essa idéia que foi reformulada a abordagem: a questão da organização, ali seria implementada, articulada às bandeiras da AP. Estas, naquele momento, eram relativas à luta pela terra, sendo que a urbanização, consistia numa tática desta luta. A minha tarefa seria então, mobilizar os moradores em torno do plano, enquanto viés para promover a organização, esta sim, a atividade política que daria o tom ao trabalho técnico. Num contexto onde não havia

formação específica para o exercício da função de assessor, percebe-se o grau de improvisação e voluntarismo que cercava esta função: de simples "engenheira", eu tinha agora a responsabilidade de promover a organização da favela.

Como primeiro momento desta tarefa, é destacada a formalização da Associação de Moradores. Até então, o Parque Brasília constava da Associação que reunia as três favelas daquela área, dispondo de um representante na sua diretoria. E como para a condução da luta pela terra, a Associação assume função de relevo, era preciso criá-la: a relação com o executivo municipal é basicamente institucional, de modo que reivindicações e mesmo o plano de urbanização só são encaminhados através das entidades "devidamente constituídas e em pleno funcionamento". Isto quer dizer que uma convenção de moradores passa a definir obrigações e posturas que deverão ser observadas por eles para poderem se relacionar com o poder público. Para estes moradores, se queriam de fato a transformação da paisagem da favela em "bairro" urbanizado, a formação da Associação surge como uma necessidade. Seu entendimento sobre ela não atende, porém, muito mais que a interesses bem específicos e momentâneos.

Para o grupo de assessores, por sua vez, a Associação tinha uma espécie de poder mágico de atribuir uma identidade "de classe" aos moradores. E como questões de representação e identidade eram tomadas como os eixos fundamentais na "luta concreta do movimento popular", ou a base que asseguraria o auto-reconhecimento dos que dele participavam, aí se situava a importância para os assessores em discutir e formar a Associação. Em última instância, tratava-se de elaborar novos conceitos que fundamentassem, na prática, a superação de "concepções burguesas" de cidadania, categoria muito discutida então. Consta de meus registros de campo: "a Associação é importante porque a luta é demorada, e as pessoas tornam-se mais fortes nas reivindicações, cada um fala em nome de muita gente."

Com tal intensão em relação à Associação, a assessoria projetava sobre esta um certo funcionamento que implicava numa

dupla exigência. Seria uma espécie de órgão operativo, de um lado, para criar a identidade que se esperava para os moradores, e de outro, legitimador da atuação do grupo de assessores. Decorre daí o interesse destes em ver logo eleita uma diretoria, com a qual se relacionar e autenticar sua presença no local. De fato, desde as primeiras reuniões, a pauta era organizada de modo a conduzir os moradores à identificação da necessidade imediata da criação da Associação. E nesse raciocínio, argumentava-se sistematicamente recorrendo-se a experiências, sempre positivas, das demais Associações que a Assembléia do Povo ajudou a constituir. Apesar de constar da pauta alguns questionamentos sobre a perspectiva daquela população em relação à equipe, não se detinha muito mais que o *pro forma* nestes questionamentos, como se só fosse possível ouvir dela a confirmação do projeto da própria assessoria.

O início do trabalho foi marcado já por este nível de imposição, de modo que refletia mais um mercado de trocas que outra coisa. Afinal, não estávamos eu e meus companheiros entrando em contato com as pessoas, enquanto pessoas, mas enquanto produtores que exibem no mercado, não suas personalidades e particularidades, mas seus produtos. Tínhamos produtos a permutar como mercadorias, ao invés de preocupação efetiva em propiciar o relacionamento entre os moradores, para facilitar ali a organização de um saber próprio, até então disperso. Começa assim a se definir o lugar dos personagens daquele Campo, e é óbvia a posição dominante que nosso grupo logo ocupa. Sua atuação se caracteriza pelo monopólio do discurso e do conhecimento, que os assessores consideram pertinentes ao Campo.

Sem querer, a equipe estabeleceu uma regra no Campo, em que os indivíduos eram excluídos, enquanto tais, de modo que só podiam se revelar no convívio familiar, entre amigos, e na nossa ausência. Estava invertida assim a relação entre espaço público e privado (Arendt, 1981), solapando-se as possibilidades de constituição do Sujeito e do seu lugar-próprio. Estava igualmente preparado o caminho para o Campo se transformar em Aparelho. Apesar dos alertas emitidos por um dos membros da

equipe, o desenrolar da história foi um suceder de fatos que apenas reafirmaram o quadro inicial instalado, ou seja, uma atuação de assessoria mais identificada com o governante que com o espelho.

Penso que permanecemos ali por tanto tempo (!) pelo desejo dos moradores em se livrar do estigma de favelado, através da urbanização, ou pela representação que faziam dela. Para tanto, dispunham dos assessores, seus aliados para executar algumas tarefas, sem as quais não atingiriam o objetivo. Precisavam de nós, e por isso atendiam algumas de nossas exigências. Mas não deixavam de apresentar resistências ao pensamento dos aliados, de modo que a posição de dominados na organização do Campo refletia um estado de equilíbrio muito tênue, prestes a desabar, junto com as certezas dos assessores. Destas, apenas uma encontra consistência: a mútua dependência dos interesses dos personagens que movimentavam este Campo, de tal forma que é o que propicia a existência de interesses comuns, em algum momento e, portanto, a própria existência do Campo.

4.2. a preparação do terreno de atuação e a mobilização

O tempo em que o grupo permaneceu trabalhando no Parque Brasília é caracterizado por alguns eventos que definem a periodização da experiência. Sendo que todos os períodos podem ser percebidos com maior precisão, se remetidos aos momentos iniciais do trabalho, aquele que diz respeito à preparação do terreno de atuação. Este é operacionalizado em correspondência com o perfil da função que de fato é assumido pelo grupo na prática, daí porque merece ser retratado. A começar pela rotina que se estabelece com a introdução dos assessores na favela - reuniões aos domingos, tarefas durante a semana. O cumprimento ou não da rotina se torna um indício, sempre observado, da integração dos moradores aos planos previstos pela assessoria.

Apesar de ser destacada para a mesma área, a equipe começa de fato a trabalhar sub-dividida, de acordo com a especialização de cada membro e com as necessidades locais. Assim, no Parque

Brasília, a minha atuação tem início contendo a dupla responsabilidade da criação da Associação e da elaboração do plano de urbanização. Ou seja, além do trabalho técnico a ser desenvolvido como uma "atividade política", também teria de viabilizar as condições para estabelecer a organização dos moradores em torno de uma comunidade. Só que considerando que esta organização, além de ser desejada por eles, seria implementada pela simples criação da Associação de Moradores.

O grupo teve sempre a preocupação de socializar os respectivos trabalhos semanalmente, de modo a avaliá-los e aprofundar também alguns conceitos. Foi possível, assim, aquele espaço de reflexão a que já me referi. Mas ele não foi suficiente para que a equipe percebesse os desvios que já se instalavam desde o início, no Parque Brasília. Tanto meus companheiros, quanto eu mesma, não conseguimos identificar um procedimento adequado à visão de movimento popular e de assessor que já tínhamos esboçado.

Assim, não houve grandes críticas às minhas primeiras iniciativas para organizar os moradores. Munida dos levantamentos efetuados pela Assembléia do Povo e pela prefeitura, identifiquei logo uma série de tarefas que precisariam ser assumidas pelos moradores, em regime de mutirão, para que fosse possível um desenho urbano adequado. Como para isso as pessoas precisariam de um "empurrãozinho", tratei logo de preparar uma bela reunião, com filme e depoimentos sobre o andamento de trabalhos semelhantes em outras favelas. Esta reunião foi o terceiro encontro que mantive no Parque Brasília. Nos dois anteriores, promovi eu mesma minha apresentação para uma pequena assembléia, seguida já das explicações sobre a Assembléia do Povo e sobre as necessidades da favela que, achava eu, deveriam ser atendidas, embora tenha tido a preocupação de fazer questões sobre a opinião dos moradores.⁴ Evidentemente, sem deixar de apontar, a importância

4. A pauta da segunda reunião já constava de itens como "tirar nova diretoria da Associação de Moradores do Parque Brasília", ou "como fazer a urbanização", ou ainda "enviar ofício para prefeitura". Tudo isso reservado ao final da reunião, já que os primeiros itens cumpriam a determinação de investigar a

do trabalho coletivo e a correspondência entre minha disponibilidade e a disposição dos moradores em colaborar. Desde o início, o pensamento da assessoria prevaleceu, mesmo que em algum momento representasse de fato o interesse de boa parte dos moradores. Da mesma forma como foi também imposto o comportamento conveniente à minha permanência junto a eles.

Ao longo deste período inicial, o trabalho foi conduzido de modo a introduzir os moradores no processo de elaboração do plano de urbanização e no processo de criação da Associação. Um dado significativo, então, é o fato de nem mesmo os líderes locais participarem das reuniões das associações da Assembléia do Povo. Se foi destacado um grupo de assessores do movimento para apoiar aquela favela, no mínimo, seria esperado um contato mais sistemático entre esta e a organização de modo a justificar a demanda pela assessoria e, particularmente, a vinculação que se dizia existir entre ambas.

No que diz respeito ao processo de urbanização, minha função correspondia à forma de atuação da assessoria de moradia da Assembléia do Povo. Nela, estava estabelecido que decisões e tarefas com os moradores, eram um fator importante para a estratégia de organização da comunidade. Assim como a elaboração do "diário de obra" era também importante para a organização do histórico de cada favela.

Observando estas questões, tratei de envolver o pessoal do Parque Brasília no levantamento da condição física do sítio, da situação e número das famílias e das casas, dos equipamentos e serviços disponíveis nas redondezas, do arruamento e demais pontos de interesse. Com base nestes dados, foi feito um primeiro traçado do assentamento, contendo uma proposta de implantação das habitações e caminhos que mais aproximava as observações dos moradores de uma organização espacial racional. A proposta continha também soluções para implantação de infra-estrutura de esgotamento de águas pluviais e recomendações quanto a águas servidas, de modo a preservar o córrego, sem deixar de se

"proposia dos moradores" e a expectativa em relação à Assembléia do Povo.

considerar o quadro de dificuldades e carência. Afinal, o procedimento da Assembléia do Povo em relação à implementação do plano era depender o mínimo possível da máquina pública, optando pelos mutirões que reuniam os recursos locais aos de outras favelas.⁵ Realçava-se, assim o efeito da participação e da solidariedade junto aos moradores, de modo a estimular o trabalho pesado e a organização da "comunidade". Ao mesmo tempo, colecionava-se argumentos diante da omissão da prefeitura perante o problema dos favelados. O mutirão tinha assim um efeito simbólico de grande valia. Em função dele, o plano era elaborado.

Neste período inicial da atuação, a relação entre moradores e assessora se processava facilmente, permitindo a consolidação da aliança entre nós e a abertura de espaço para o desenvolvimento dos trabalhos. As pessoas compareciam com freqüência às reuniões, aparentando disposição e interesse nas discussões sobre as propostas preliminares do plano. Com o desenrolar do processo, comecei a perceber que o interesse dizia respeito à melhor solução possível para atender necessidades particulares a cada morador. A visão do conjunto da favela a ser urbanizada num todo, era algo fora das perspectivas, a não ser que viesse a servir de veículo parase atingir os objetivos individuais. É bastante ilustrativa a reelaboração freqüente de traçados, em função de constantes alterações ou desrespeito a decisões tomadas em assembleias.

No que diz respeito à Associação, este período é marcado pelas exigências para que fosse eleita a diretoria. Porém, um fato não passa despercebido: aquele antigo representante do Parque Brasília na diretoria da Associação que englobava as três favelas da área, depois de algumas semanas de nossa chegada,

5. É interessante observar que o rol de quesitos reivindicados à administração municipal não passa pela melhoria da casa, e sim pelo atendimento da demanda por serviços e equipamentos urbanos, pelo tratamento urbanístico dos sítios ocupados e, principalmente, por uma solução legal à questão da posse da terra. A casa resulta, portanto, responsabilidade do próprio morador.

abandona a família e a favela. O problema não teria maiores repercussões se não tivesse sido ele o único vínculo que, de alguma forma, marcava uma ligação entre aquela favela e a Assembléia do Povo. Além do que, o grupo tinha sido introduzido ali pelas suas mãos. Havia uma certa identificação entre a pessoa dele e o grupo de assessores, e no momento em que o representante abandona os representados, a decepção destes se desdobra sobre o grupo, ao menos em parte.

Esta decepção dirigida à assessoria não foi notada então, mas acredito que tenha sido estimulada pela forma como foi conduzida, a partir daí, a escolha dos novos representantes. Como o fundamental para a equipe era a efetivação da Associação, só se discutia os aspectos legais, burocráticos e financeiros do projeto, além do significado atribuído a ele pela assessoria. Não nos dávamos conta de levantarmos questões como representatividade, nas reuniões. Era como se a "comunidade" tivesse, por natureza, o dom de identificar e escolher lideranças, cuja representatividade emanava simplesmente. A assessoria dava a entender, aqui, que respeitava a decisão dos moradores na escolha de seus representantes, não interferindo no processo. Este inclusive é concretizado em reunião, em que só os moradores estiveram presentes. No entanto, se para outras questões a "comunidade" não foi poupada das avaliações dos assessores, estes se abstiveram, naquele momento, de discutir sobre o sentido da representatividade para a eficácia da Associação. Como se vê, a tutela é relaxada, em alguns momentos, sem as informações necessárias ao exercício da autonomia. Salvo poucas excessões, o saldo foi uma prática paternalista (ou expontaneísta), que dificultou a organização do saber próprio ao Campo, distanciando seus personagens.

As cobranças feitas em relação às reuniões de Associações da Assembléia do Povo, também refletem essa prática. Especialmente, pelo fato da própria equipe local não freqüentar as reuniões específicas da assessoria, neste período. É como se bastasse à equipe a consciência de que integrava o corpo de assessorado movimento, para se liberar dos contatos e avaliações regulares. Resultam daí, análises divergentes a respeito do movimento, como

foi o caso da participação no processo eleitoral, então em curso. Enquanto o conjunto da assessoria acordava pela introdução no processo, inclusive defendendo o lançamento de candidatos apoiados pelo movimento, a equipe do Parque Brasília fazia outra avaliação.⁶ Nesta avaliação, as eleições eram encaradas como um empecilho aos objetivos do movimento. Este, por sua vez, estaria em profunda crise, resultante também do desvio de condução, ao se negligenciar os interesses fundamentais para priorizar a campanha dos candidatos apoiados. A equipe carecia de um espaço onde refletir os fatos ocorridos, ou perceber-se parte de um conjunto de forças; carecia de referências mais objetivas que circunstanciassem e definissem o fundamento do trabalho confiado.

Neste momento, a equipe chegou até a se investir da responsabilidade de reativar a Assembléia do Povo, ou seja, resgatar o que considerava ser o conteúdo original da sua atuação. A pretensão refletia com clareza a falta de integração existente na prática dos assessores, embora estes se intitulassem membros de um corpo de apoio ao movimento. Ao não ser realizada uma preparação prévia para o profissional que ingressasse no "corpo", a ocorrência de desencontros como este são obviamente mais esperados. Mas o fato não parecia ser tão óbvio assim à condução do movimento. Tanto que a avaliação do trabalho do Parque Brasília, quando ele chega ao fim, não foi sequer discutida com a presença da equipe local. Nem incorporou qualquer autocritica a possíveis falhas no "corpo".⁷

6. A importância do processo eleitoral surge, para o movimento, em razão da luta pela terra, travada pela via parlamentar. A assessoria jurídica do movimento descobre algumas leis federais que pareciam fornecer a base constitucional para a regularização fundiária das áreas de favela. Com isso é transferida à Câmara de Vereadores parte do interesse dos moradores, antes exclusivamente dirigido ao executivo. Daí a importância de contarem com representantes ou aliados seus naquela casa.

7. Consta de ata da reunião do corpo de assessores, do dia 12. 02. 83: "Balanço do Parque Brasília: não houve um encaminhamento junto com a Assembléia do Povo. Só a assessoria. Num dado momento, o lado técnico avançou bastante e o político nunca esteve. Houve um descompasso. Neste conflito, a assessoria levou a pior. Decidiram que não iriam

A falta de sintonia entre a perspectiva dos moradores e a da equipe repercute bastante, como se vê, nas possibilidades de criação da comunidade. Ao invés de fortalecer o Sujeito e o lugar por ele ocupado na condução da comunidade, a imposição de valores se verifica contraproducente. Tanto que pode até inviabilizar a continuidade do processo objetivado, e destituir de qualquer significado a permanência dos agentes externos.

Ao final deste primeiro período, não era ainda possível ao grupo uma visão clara do terreno que estava preparando, com a forma com que atuava no Parque Brasília. Apesar do grupo pretender uma atuação voltada à constituição do Sujeito. Era como se a realidade sufocasse a percepção conceitual do grupo.

Um evento marca a fim do período: a reintegração dos quatro membros do grupo na assessoria ao Parque Brasília. Entre outras razões, os impasses gerados pela falta de apoio institucional mais consistente, levaram à interrupção do trabalho com o problema da violência na favela vizinha. Assim, a partir de então, os quatro estávamos trabalhando juntos.

4.3. representação, participação ou vontade de poder

Como já é sabido, o Campo tem limites estabelecidos pelo objeto de disputa específico a ele, e pela disputa entre dominantes e dominados pela distribuição dos benefícios produzidos pelo objeto. Ocorre que a disputa só pode se instalar a partir deste reconhecimento. Assim, chego a deduzir que o poder, e não a força, é resultado do estado público da convivência entre os homens, ou de sua capacidade de saírem de si, para agirem e falarem em conjunto. Ao contrário, quando os homens se dispersam, desaparece o potencial de poder que existia no conjunto. Remete, por isso, à condição humana da pluralidade, a que me referia em capítulos anteriores: é o poder o "que mantém as pessoas unidas após o momento fugaz da ação, e o que elas

voltar lá. (...) Faltou integração na AP, tanto dos favelados, quanto da assessoria. Foi questionado."

mantém vivo ao permanecerem unidas." (Arendt, 1981)

Neste sentido, é o poder que mantém vivo o Campo ou a esfera pública, desde que neles as palavras sejam ditas para revelar identidades, eos atos para estabelecer novas relações e situações, e não para impor, violar ou destruir. Decorre da natureza renovadora da esfera pública, a característica mutável do poder, de modo que é sempre potencial de poder e está sempre ameaçado pelo exercício autoritário da força. Assim, é a força, e não o poder, a condição do indivíduo isolado, e o isolamento se traduz numa ausência de poder, por renúncia ou por violência. Esta, por sua vez é capaz de destruir o poder, pois resulta da combinação de força e impotência.

Sendo o poder decorrente da ação e do discurso, ou seja, da pluralidade própria da reunião dos homens em público, a condição isolada do fraco lhe desperta a vontade de poder, como desperta a inveja. Denuncia no indivíduo isolado a sua situação de fraqueza e seu desejo de destruir o poder, pela violência. O discurso autoritário, mesmo em lugar público, como a tirania, é capaz de gerar impotência, tanto quanto outros organismos políticos geram poder.

Penso que o conceito de poder, tal como está sendo colocado, assume uma pertinência significativa à perspectiva da assessoria ao movimento popular. Primeiramente, como já foi visto, pela representação do mal com que o poder instituído é revestido pela assessoria, no antagonismo que trava com o poder público. Sem desconhecer a legitimidade das origens desse antagonismo, verifico que ele tem implicações sobre o fato de se discutir muito pouco sobre a fraqueza dos assessorados diante de um "poder" superior. Assim como sobre a incorporação automática de uma determinada representação de poder - o "poder popular". Trata-se de uma representação que não consegue ser clara senão a algumas lideranças do movimento. Sendo assim, no decorrer de uma prática totalitária, mesmo que contrária a objetivos e intenções, é esperado o isolamento dos indivíduos e uma noção de poder que mais se parece com a força ou a violência. Partem, então, da própria assessoria os sinais que confirmam aos indivíduos, a

percepção autoritária que têm das relações humanas. E tanto mais esta dinâmica é problemática, quanto mais ela passa despercebida, solapando a meta fundamental do trabalho do assessor.

Por outro lado, a mesma postura que estabelece uma condição de dominação, na relação entre assessores e assessorados, emite a estes a preponderância da força sobre o poder. Com isso, proporciona estímulos que, em casos mais extremos, favorecem a consolidação de lideranças tirânicas, do isolamento dos indivíduos e da confirmação da noção de que o poder corrompe. Esta é uma questão de particular importância, se se recorda a característica do espaço da favela, abordada anteriormente.⁸ A ausência da noção de Lei que predomina ali, determinando o conteúdo autoritário das relações pessoais, se manifesta como um grave impedimento à constituição de uma idéia de poder que não seja a força. Neste sentido, a discussão em torno de noções de Lei e poder seria um ponto de pauta obrigatório às reuniões. Seria pertinente abrir espaço para as colocações da comunidade em torno do tema, ao invés de se levar até ela uma representação já acabada de poder, ou conduzi-la até que ela chegue a concluir o esperado. A identificação de uma noção de poder, em razão de discussões coletivas, é a própria identificação do potencial de poder, que o Sujeito adquire no espaço público. E a "vontade de poder" se evidencia como condição do fraco, do arbitrário.

Na experiência do Parque Brasília, a vivência que predominou foi a de "vontade de poder". E encontrou um personagem e os estímulos necessários para se manifestar plenamente, apesar do empenho do grupo de assessores para a consolidação da comunidade. Volto ao relato da experiência.

O período que se inicia com a reunião dos quatro assessores trabalhando juntos na favela, é marcada pela eleição e desempenho da nova diretoria. Ao mesmo tempo, pela participação mais regular da equipe local nas reuniões da assessoria da Assembléia do

8. Ver Capítulo 1, pp. 10 e seguintes.

Povo. Afinal, a equipe tinha assumido a incumbência de chamar a atenção do que considerava desvio de avaliação, perante o processo eleitoral. Esta percepção tende a ser revista, à medida em que a equipe passa a freqüentar as reuniões da assessoria. Continuava evidente o risco que corria o movimento na travessia desse processo. Mas era preciso enfrentar o risco, se se reconhecia a necessidade de conquistar uma representação parlamentar comprometida com a luta pela posse da terra. Configura-se uma postura bem diferente daquela assumida pela equipe no período anterior, no que diz respeito a sua articulação com o corpo de assessores do movimento. O engajamento na campanha dos candidatos escolhidos pela Assembléia do Povo foi o passo seguinte.

A condução da campanha não retirou a equipe do objeto de trabalho inicial. A Associação e a urbanização seguiram como atividades fundamentais aos assessores, que viram na eleição da nova diretoria, sinais positivos à sua atuação. Não foram vistos, com o devido cuidado, sinais outros que indicavam não tão positivamente para o desenvolvimento dos trabalhos.

A crise gerada com o desaparecimento do antigo líder não tinha sido suficientemente discutida, no período anterior. E nem bem havia sido ultrapassada, a composição da diretoria recém-eleita traz consigo nova crise. Com o desaparecimento da tal liderança, diversas novas pessoas começam a participar das reuniões e dos trabalhos de elaboração do plano. Num reflexo talvez da falta de representatividade do antigo líder, as discussões se tornam mais ricas e freqüentadas, e a formalização da Associação se mostra uma etapa a ser cumprida rapidamente. Consta dos meus registros: "Na reunião da última quarta-feira foi tirada a diretoria. Deve-se fazer a ata desta reunião, levar à AP, com todos os detalhes (inclusive com a mudança da Associação, sem a palavra 'favela'). Depois, é só levar ao cartório onde foi registrada a antiga Associação, para registrar a nova". A própria arrecadação dos recursos necessários para efetuar a formalização em cartório, transcorreu sem problemas, apesar da condição de pobreza das pessoas. Mais um sinal do desempenho positivo da assessoria: "... T. deu as informações

necessárias ao andamento da legalização da Associação junto ao cartório, assim como as outras relativas ao livro de ata. Todas as despesas estão sob o controle da tesouraria, e todos parecem muito interessados na legalização como uma arma a seu favor, na luta pela terra, (...) de forma que os gastos não parecem ser empecilho. J., o novo tesoureiro, leu o pedido de requerimento para a legalização, que consta da ata que tirou a diretoria. (...) Ficou decidido que cada família vai contribuir com uma quantia, cujo valor excedente ao registro ficaria para a Associação."

Entre os membros da diretoria eleita, figuram algumas dessas novas pessoas que vêm a participar dos trabalhos, após a saída do antigo representante da favela. O presidente da Associação é escolhido justamente entre estes novos membros. Tratava-se de um indivíduo falante, aposentado por razões de saúde, e por consequência, mais disponível para a Associação. Residiam aí as características consideradas na escolha. Percebo agora que desde o princípio de seu mandato, sua fala é revestida de um tom carregado de exigências. Mais que representar a comunidade, ele parecia querer impor comportamentos, tarefas e procedimentos. Como se estivesse investido enfim da "autoridade", à qual foi sempre acostumado a se submeter. E para isso, contava com o apoio dos assessores, trocando bens simbólicos com estes: de um lado, reproduzia a seu modo, o discurso coletivizante da assessoria, de outro se permitia ser o veículo legitimador da atuação daquela:

"Se o cidadão brasileiro não assumir seus problemas, não é cidadão. (...) Ser da associação é motivo de chacota e desconfiança. Só vale a pena quando todos trabalham, já que a favela já tem boa organização." (R., presidente da Associação do Parque Brasília)

Nesta troca, porém, mais e mais se incentivava o isolamento do líder, perante seus iguais, assim como o exercício da força, e como não podia deixar de ser, o mandato não durou muito. Mas enquanto durou, refletiu o seu desejo de distinguir-se da sua própria "comunidade". Copiava, assim, as atitudes das figuras a quem atribuía uma representação da autoridade, que gostaria de se ver investido.

Sua introdução na Associação se dá num momento em que se mostra sensível à participação coletiva e à representatividade da liderança daí decorrente. Com esse comportamento não fica difícil a conquista do cargo de presidente, no que contribui, como já foi dito, sua situação de aposentado.

A partir da constituição da diretoria e da deflagração do processo de legalização da favela, as reuniões tinham mais objetividade. Afinal, estavam em andamento os mecanismos que iriam assegurar a permanência das pessoas naquele local, e as melhoras na paisagem, ou seja, a urbanização. As questões relativas à Associação estavam ao encargo dos dois companheiros da equipe, recém-chegados da outra favela. Já a urbanização, ficava sob minha responsabilidade. A elaboração do traçado do novo "loteamento" mobilizava bastante os moradores, interessados em interferir na definição da melhor solução para seu caso particular. O que se sucedia, era uma infinidade de novos elementos a considerar, a cada reunião, de modo que sempre o desenho estava incompleto ou tendo que ser modificado. Durante a semana, eu executava o novo traçado, enquanto exigia deles informações e outras tarefas necessárias às modificações "...apresentei o desenho com a divisão do terreno em lotes e não houve muita discussão - a leitura é difícil para eles. Devo providenciar algumas cópias e deixar lá na favela para ser rabiscada. (...) Domingo teremos a próxima reunião para acertar mais detalhes sobre a divisão dos lotes, onde colocar a sede da Associação e o que vamos fazer com os pretendentes a terrenos na favela. G. e R. fizeram o levantamento que pedi: relação dos moradores, número de membros da família, idade, origem e há quanto tempo moram ali e em Campinas." E mais adiante: "... o plano precisa ser reformado, foi decidido."

Refletindo o próprio estágio de organização da coletividade, as freqüentes alterações no plano terminaram por retirar-lhe a condição de instrumento das normas a serem observadas por todos. Ao invés disso, ficou mais evidente que os interesses particulares dificilmente poderiam ser articulados, de modo a propiciar um traçado capaz de satisfazer o conjunto. Agrava o problema, o fato de alguns moradores já disporem de

material para erguer as casas em alvenaria, e não terem a intensão de esperar até uma eventual decisão final. Assim, a cada semana situações concretas, literalmente, forçavam novas alterações.

Em meio a este desencontro, começa a se manifestar a impressão de que a "engenheira" não era tão imprescindível assim, ou que talvez ela estivesse mais dificultando que facilitando as coisas. Ainda mais, pelo fato de não se referirem ao problema do córrego, já que soluções individuais eram tomadas com simples aterros nos terrenos. Quem tinha condições para tanto, acreditava que não mais seriam atormentados pelas inundações, pela elevação apenas da cota de seu terreno. Não se dava conta da erosão causada pelas águas pluviais e servidas, que continuavam sem qualquer tratamento, apesar dos meus freqüentes alertas.⁹

O presidente surge na cena como um personagem de grande expressão, carregado de exigências para com os moradores, diante da situação problemática. E suas atitudes apenas colaboram para agravar a situação. Entre outras, decide investir-se de "autoridade" para expulsar uma vizinha de quem se queixa do comportamento. Exige punições, até mesmo o expurgo dos que não colaborassem com o processo de urbanização. Em todas as situações, o grupo interveio no sentido de contemporizar, de modo a minimizar o desgaste de representatividade do líder. Com isso, não permitimos a manifestação livre das percepções que já se formavam em relação a ele. Mais que isso, era como se tomássemos o seu partido, perante a Associação. Acredito que R. soube tirar partido disso. Tanto que era capaz de chegar a pronunciar, nas reuniões, discursos do tipo:

"Se a Associação não quer batalhar, é bom dizer logo, que tem outras favelas precisando de engenheira." (R., presidente da Associação dos Moradores do Parque Brasília).

9. Do registro de campo: "Já que a prefeitura não vai dar a mão até março, o mutirão seria uma proposta para retirar e limpar o córrego. Entrar em contato com outras Associações. (...)
Enfatizo o problema do córrego: o que fazer com ele?"

Períodos de maior consenso se seguem de outros, onde nada parece possível de ser decidido. E novo traçado é proposto, em pequeno fórum: "Fico de levar a nova divisão no dia seguinte. Alerto para o fato da decisão ter sido tomada em reunião sem quórum, havendo necessidade de discuti-la com os demais."

As exigências de R. chegam a tal ponto que começam a interferir demasiadamente na condução do processo. É preciso uma intervenção do grupo, que não fosse apenas para temporizar. É o que acontece numa dada reunião, em que suas reclamações por colaboração chegam a pesar demais sobre os demais. Afinal, não eram procedentes, então: "início a reunião, colocando R. para falar de suas reclamações e fico calada. A reação do pessoal é boa, ao perceberem a exigência demasiada dele. Mas reconhecem também que é preciso também um trabalho conjunto. M. mostra como já se conseguiram passos importantes (a diretoria, o dinheiro para legalizar a Associação, o candidato da Assembléia do Povo ter sido eleito). (...) Fica evidente que R. está exigindo mais que todos podem dar. Retoma-se a questão da urbanização."

A partir daí, o comportamento de R. perante a equipe se torna arreado, ao ponto de faltar as reuniões da Associação, apesar de ser o seu presidente. Passa a se esquivar de algumas tarefas, deixando nas mãos dos colegas da diretoria a condução dos trabalhos. Em alguns momentos, volta a assumir, ao menos no discurso, a postura do representante autoritário e cheio de exigências e reclamações, embora "dedicado" a sua causa.

Este período tem fim, marcado por um acontecimento inesperado e decisivo: R. desaparece da favela, com o dinheiro arrecadado para a formalização da Associação. A repercussão sobre os moradores e sobre o grupo evoluiu de forma evidentemente distinta. E nessa dissonância, tem início a saída do grupo de assessores do local, afastados pelos próprios moradores, insatisfeitos com o desfecho do roubo de que foram vítimas. De fato, ele significou um elemento importante para o deterioramento da confiança dos moradores no grupo. Em nenhum momento, foi

permitida a liberação da raiva que sentiam, mesmo nas reuniões mais representativas, onde as pessoas estavam para exigir satisfações. A avaliação da equipe apontava para a improcéncia de intervenções da Polícia, surra ou coisa que o valha. O objetivo era conseguir apenas o dinheiro de volta. Só que isso nunca aconteceu, bem com qualquer punição efetiva para R. A atitude da equipe, então foi semelhante às demais, tomadas desde que foi eleito presidente: os assessores sempre exigimos que R. fosse apoiado pelos moradores, apesar das demonstrações de inaptidão para o cargo, com suas explosões de raiva, mau-humor, intolerância. E nisso, estávamos bem próximos dele, na postura autoritária com que se relacionava com o conjunto dos moradores.

Para a equipe, o interesse de ver a Assossiação fortalecida, na pessoa de um presidente determinado e legitimado pela sua "comunidade", este interesse embaçava a clareza dos fatos. E ao invés de se propiciar a constituição do Campo, ao contrário, mais se consolidavam as regras do Aparelho. R. cada vez mais caía no descrédito, e a equipe com ele, ao tentar amenizar seus equívocos.

Depois de já não atuar no Parque Brasília, esbarro com R. pelas esquinas apressadas da cidade. Sua meta, então, era eleger-se vereador. O partido não era assunto fundamental: o que melhor lhe servisse para atingir seu objetivo. R. ainda delirava, na sua fantasia de poder, apesar dos acontecimentos de sua gestão. Ser considerado distinto dos seus companheiros era por demais importante. R. sucumbe à ordem autoritária, deixando que o desejo tão forte de ser um "cidadão" se perca num mar sem sentido e irreal.

O período seguinte da atuação da equipe no Parque Brasília é também o último. Coincide com a nova administração municipal recém-eleita, e com a nova política habitacional que instaura. O confronto entre a assessoria da Assembléia do Povo e o novo executivo local, vem logo a se manifestar. Não sem alguma razão, o trabalho da prefeitura é tomado como uma estratégia para desmobilizar o movimento. De fato, algumas exigências da nova política tendem a dificultar o trabalho das assessorias,

especialmente a de moradia. É o caso do plano de urbanização específica, que apesar de ser exigido pela prefeitura para efetivar a permanência do assentamento no local, continua a ser elaborado pelos assessores do movimento, no caso da Assembléia do Povo.¹⁰ Decorre daí, um volume de trabalho bem maior que a capacidade de atendimento da assessoria. E a esse descompasso entre a demanda das Associações e a capacidade da assessoria, se segue alguma insatisfação, minando a atuação daquela. Além do que, esta atuação corre riscos de descaracterização, ao se tornar parte integrante da nova política. Afinal, a prefeitura não destina seus profissionais para elaborar os planos, ela se apropria do que é executado pelos assessores, como uma forma de sobretrabalho destes em relação ao executivo local. Em meio a essa situação, é bastante incentivada a aproximação entre a prefeitura, através de seus agentes, e as Associações. É aí que algumas destas percebem que, através do Estado, podem obter mais facilmente os benefícios reivindicados, até então, via Assembléia do Povo. Não foi diferente no Parque Brasília. Aliás, a forma como foi conduzida a atuação da equipe de assessores, só colaborou com a entrada em cena de novos possíveis aliados.

Um último e definitivo acontecimento vem por o ponto final nesta história. Com a chegada das chuvas, o problema do córrego recrudesce de tal forma que ameaça de deslizamento as encostas, e de desabamento, as casas. A essa altura já haviam sido construídas algumas em alvenaria. Também já estava eleito um

10. Os planos de urbanização específica (urbanização específica por conter parâmetros distintos dos estabelecidos pela legislação urbana local) estão previstos pelo Decreto 6228, de 29.09.80, que permite o uso das praças públicas pelas Associações de Moradores, por um período de 10 anos. Neste decreto, a administração municipal, considerando que as favelas geralmente estão localizadas em áreas destinadas às praças públicas, afirma estar "plenamente convencida de que a regulamentação do uso de praças pela população carente pode levar à minimização de tão angustiante problema." Por outro lado, não dedica qualquer esforço ao planejamento de sua implantação. O decreto é, assim, criticado pelo movimento. Os planos de urbanização nele contidos passam a ser o objeto central das mobilizações, já que se tornam o principal instrumento para o encaminhamento das reivindicações integradas por melhorias habitacionais e pela não remoção.

novo presidente para a Associação. A satisfação de se ver ser "urbanizada" a favela, ou seja, os barracos se atijolarem, é substituída pela apreensão de ser destruído pelas águas, todo o material gasto nas obras: "O Secretário Municipal de Obras e o da Promoção Social estiveram na área. A canalização do córrego ao seu ver, não é possível por falta de verbas. G. chegou a entrar na água para tirar, à mão, a curva que represa parte da água. É lógico, não conseguiu. Estão todos receosos. (...) Mas a acomodação chega ao ponto da inércia: enquanto a água não fizer um grande estrago, nada se faz. E talvez, nem aí."

Diante de tal inércia, estimulados pela influência do governante que caracterizava seu desempenho, os assessores tomaram a si a resolução do problema do córrego. Sem sequer introduzir uma representação da Associação, a equipe manteve contatos com a administração municipal, para decidir o que acreditavam seria a "melhor solução para a favela." Por sua vez, o Secretário Municipal da Promoção Social demonstra habilidade na condução da situação: já dispõe de informações suficientes para indicar a remoção dos moradores como a solução mais racional. Afinal, a situação física do sítio era das mais precárias para qualquer tipologia de habitação ou assentamento. E a remoção seria para algum terreno próximo.

Apesar do manifesto antagonismo entre prefeitura e assessoria, a equipe sai do encontro já decidida a ser porta-voz do secretário: a argumentação era racional demais para se fugira ela. O resultado não é difícil de se prever: para quem tinha nos assessores, os aliados de uma luta pela permanência no lugar e pela posse da terra, o novo argumento não fazia sentido. Ou melhor, confirmava a percepção de que aquela aliança estava chegando ao fim.



A última reunião a que a equipe compareceu na favela, não sabia ainda que seria a última, nem assim queria: "Neste dia, estivemos, T., E. e eu, por pouco tempo na favela. Mas foi muito o que ouvimos de quem habitualmente não falava. Diante de pouquíssimas pessoas, C. nos revelou o pensamento geral, com grande lucidez. O pessoal estava todo desconfiado da gente,

afinal, não era da vontade deles a mudança e nós não os tínhamos deixado se expressar. Assim, alguns negavam-se até a participar de reuniões, numa mostra do total descrédito de nós. Outros, ainda envolvidos emocionalmente conosco, estariam em quantas reuniões ainda houvesse, apesar de nada ser realizado, ou mesmo acatado o que nelas fosse decidido. C. nos mostrou que o nosso espaço, ali, desmoronou sem que nos déssemos conta, e entre nós e a prefeitura, com todas as facilidades de sua máquina administrativa, eles se decidiram por ela."

O Campo transformado em Aparelho teve pequena existência. Como se neste último, a fraqueza característica de seus membros, os levasse a se associar ou tirar partido do representante de poder que melhor se mostrasse capaz de trazer-lhe benefícios. O "golpe" que os sem-lugar-próprio são obrigados a utilizar, termina por incentivar neles sua condição de impotência, ou de dependência de circunstâncias e de terceiros. Este Campo específico se demonstrou o espaço característico de uma prática pelo avesso. A ação e o discurso terminaram por ser monopólio dos governantes, o que entrou desde seu começo, o processo desejado de constituição do Sujeito, da esfera pública e do potencial de poder dela decorrente.

As contradições que marcaram o caminho percorrido pela equipe ressaltam a riqueza de evidências que passaram despercebidas ao grupo. Apesar de sua intensão verdadeira e de seu real engajamento no processo de construção de uma sociedade melhor, a ausência de preparação específica e de aprofundamento dos conceitos de que se utiliza, fazem da atuação da assessoria um cenário bem distinto do que tem por meta. Mesmo considerando os limites e características do movimento de massas no qual está inserida. Agindo totalitariamente, os assessores apenas desconheciam aquilo que não lhes era conveniente.

legenda

-  alta densidade (~175 hab./ha)
-  média densidade (50 a 175 hab./ha)
- vias regionais
- 0 — 1 — 5 anel central
- 1 — 5 anel intermediário
- 5 — anel periférico
- favela do parque brasil
- núcleos de favela



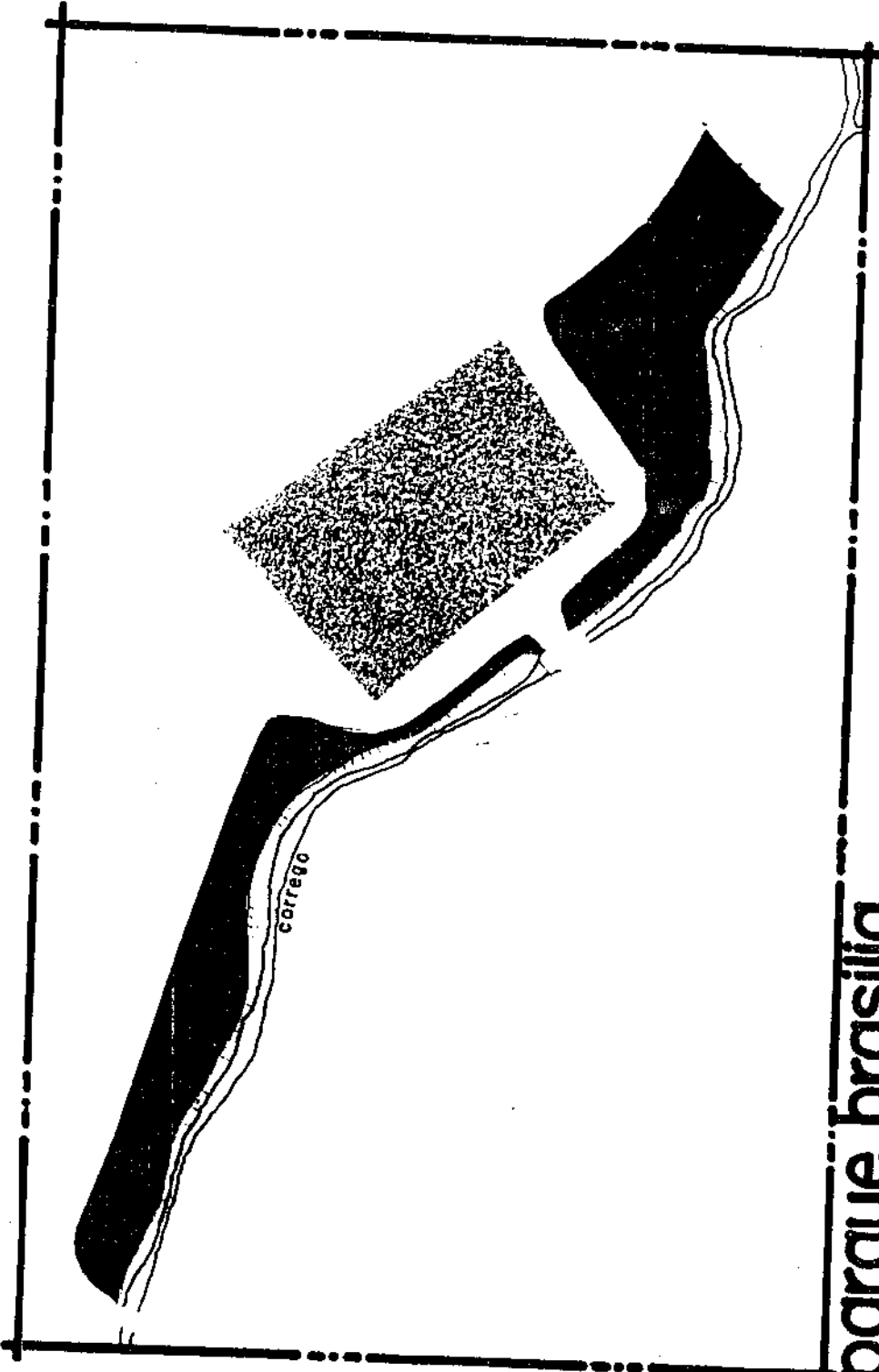
campinas
 estrutura urbana
 localização dos núcleos de favela

escala ——— 100.000

fonte: secretaria de promoção social - pmc
 set. 1981

área da favela

campo de futebol



parque Brasília

escala 1:2.000

trecho da folha 361 de levantamento

aerofotogramétrico

prefeitura municipal de Campinas

secretaria de planejamento e coordenação

1982

CONCLUSÕES

Analisar a função da assessoria ao movimento popular permitiu verificar com mais precisão, o contexto e particularidades que a caracterizam, apesar de se constituir num objeto de difícil delimitação, pela diversificação de movimentos e organizações populares, e pelas diferentes formas de inserção e atuação do assessor junto a eles. O estudo de caso significou a possibilidade de abordagem do objeto, ao fornecer os elementos necessários a esta delimitação. Com isto, a análise pôde ser construída a partir de referências a uma prática específica de assessoria, a do corpo de assessores da Assembléia do Povo. O estudo de caso permitiu revelar especialmente o teor das contradições de seu percurso. O saldo foi, assim, uma percepção da função pela sua imagem em negativo.

A análise foi desenvolvida, nos capítulos iniciais, com o cotejamento de conceitos que considero pertinentes ao entendimento do objeto, perante uma prática que se contradiz a si mesma. Ou seja, uma prática que contradiz o autoreconhecimento da identidade do próprio assessor. Reservada ao final, a reflexão sobre a prática específica da Assembléia do Povo confirma a abordagem, marcando os limites que se apresentam à assessoria, particularmente pela introdução impositiva de verdades e exigências no cotidiano da "comunidade".

Definida pelos próprios assessores como uma atividade que visa a "organização popular, a partir da ampliação de sua consciência política", a função da assessoria encontra já aí um limite ao seu exercício. Utilizando o capital teórico fornecido pelos conceitos de espaço público, Sujeito e poder, percebo o descompasso que se evidencia entre discurso e prática. Assim como constato a ausência de preparação para esta prática. Resultam daí, além de uma atuação improvisada, noções equivocadas ou confusas sobre o saber do assessor e sobre seu conceito de poder. Estas noções refletem-se no uso que faz delas, e nas relações que mantém com os assessorados e com o poder instituído. Igualmente, a noção de autoritarismo, ao mesmo tempo repudiada, na sua conceituação, está presente na sua atuação, o

que reflete o nível insuficiente de reflexão sobre a natureza da função. Enquanto isso, a capacidade do assessorado de pensar sobre o mundo e sobre si mesmo, objetivada pela assessoria, tende a ser dificultada ao invés de facilitada pela ação desta.

Tais limites podem ser observados pelas diferentes imagens do assessor construídas pelos interlocutores e por si mesmo. Uma identidade que, apesar de se imaginar cristalina, não chega a representar tanta transparência assim, ou a ser percebida como uma integralidade. O objetivo de conscientização incorporado à imagem que o assessor faz de si, redonda num mito, tanto quanto a "organização das classes populares para a transformação social." É um mito que reflete a abordagem homogeneizante ou monolítica da representação que a assessoria faz da realidade e do seu projeto social, ou seja, um mito que traduz o reconhecimento da comunidade não como o conjunto de particularidades ou o cenário das diferenças, mas como um coletivo de indivíduos numa unidade de visões e interesses.

Talvez resida aí a contradição mais significativa, uma vez que tal concepção, ao invés de romper, contribui com o isolamento. Isolamento do assessor em relação à comunidade, e das lideranças, em relação a seus representados. Pode estar surgindo daí uma razão para os famosos altos e baixos do movimento. É para a frustração provocada pela defasagem entre os largos objetivos de transformação social e os resultados obtidos em sucessivos processos reivindicatórios. A falta de avaliações mais precisas tem contribuído para que sejam levantadas críticas à própria validade dos movimentos populares. Como também tem provocado o afastamento de bons profissionais dos grupos de assessoria É o que se passou com a Assembléia do Povo.

O fracasso parcial vivido pelo movimento se deveu basicamente ao fato de fundamentar sua ação numa conscientização, para a qual não conseguiu desenvolver uma base teórica. Sua abordagem desconheceu o significado do Sujeito. Reflete, pois uma visão totalitária das relações humanas e da própria sociedade que se quer democrática. Elege uma certa análise marxista que conceitua a sociedade enquanto processo histórico,

mas impede que os indivíduos se reconheçam participantes da constituição das estruturas em que se movimentam, atuam, canalizam seus interesses emergenciais.

Esta é uma prática que arrisco generalizar entre as mais diversas assessorias, seja na atuação da Igreja ou do Estado, dos sindicatos ou dos partidos políticos, e mesmo entre os chamados "independentes". Os assessores não se reconhecem como terceiros, espelhos a facilitarem a identificação de faltas. Não propiciam a constituição do espaço de reflexão onde sejam tornados relevantes (e por isso trazidos a público, ao espaço público) fatos, experiências, práticas vividas em determinado campo social. Uma vez constituído o espaço público, seus membros teriam possibilidades de expressão e participação, porque exerceriam a capacidade de identificar suas faltas. A saída, ou uma delas, pode ser a investigação do processo de constituição do Sujeito, no interior das próprias organizações populares.

A partir dessas considerações, posso concluir que toda uma orientação estratégica voltada ao fortalecimento dos movimentos e organizações populares é capaz de viabilizar situações bem diferentes das mudanças sociais esperadas. Ou porque algumas questões não puderam ser previamente explicitadas, ou por ter sido subestimada a importância delas na condução das lutas populares. O relevo destas lutas de massa não podem sufocar a existência de problemas que, apesar de serem considerados comparativamente de menor monta ou urgência, não podem ser relegados ou desconhecidos. Ao contrário, podem significar o caminho para o alcance das reformas desejadas.

REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (1985). Freud e Lacan, Marx e Freud. Graal, 2^a ed., Rio de Janeiro.
- Arendt, H. (1981). A condição humana. Forense-Universitária. Rio de Janeiro.
- Assembléia do Povo (1982). A luta pela terra. Mimeo, Campinas.
- Azevedo, S. e L. A. G. Andrade (1981). Habitação e poder. Zahar, Rio de Janeiro.
- Benevides, M. V. (1983). Violência, povo e polícia. Brasiliense/CEDEC, São Paulo.
- Berlinck, M. T. (1977a). Marginalidade social e relações de classes em São Paulo. Vozes, Petrópolis, 2^a ed.
- Berlinck, M. T., et alii (1977). Desenvolvimento da economia de Campinas: o setor informal. OIT/UNICAMP.
- Berlinck, M. T. (1981). Violência e cidadania. Folhetim da Folha de São Paulo, 07,06,81.
- Berlinck, M. T. (1982). O corpo, a lei e o desejo. Mimeo, Unicamp, Campinas.
- Berlinck, M. T. (1988). Alexandre e seus irmãos: psicanálise de pixotes? Psicanálise de Sintomas Sociais. Escuta, São Paulo, 87-98.
- Bourdieu, P. (1987). A economia das trocas simbólicas. Perspectiva, São Paulo.
- Cardoso, R. (1985). Comunidade e movimentos sociais urbanos. Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano. FAUUSP, São Paulo, 57-62.
- Camargo, C. P. F. et alii (1976). São Paulo 1975, crescimento e pobreza. Loyola, São Paulo.
- Castells, M. (1976). Lutas urbanas e poder político. Afrontamento, Porto.
- Castells, M. (1981a). La question urbaine. François Maspero, Paris.
- Castells, M. (1981b). Posfácio à questão urbana. Espaço e Debates, 1. Cortez, São Paulo, 9-44.
- Cano, W. (Org., 1988). A interiorização do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo (1920-1980). SEADE/FECAMP. VOL.1, N^o1.
- CEAS (1983). Notas sobre a assessoria popular. Cadernos do CEAS, 84, Salvador, 23-32.

- CEASC(1984). 15 anos a serviço do movimento popular. Cadernos do CEAS, 94
Salvador, 80-94.
- Certeau, M. (1985). Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano. FAUUSP, São Paulo, 3-19.
- Chauí, M. et alii (1982). O governo da cidade e a utopia. Espaço e Debates, 6. Cortez, São Paulo, 88-105.
- Costa, J. F. (1979). Ordem médica e norma familiar. Graal, Rio de Janeiro.
- Engels, F. (1979). A questão da habitação. Aldeia Global, Belo Horizonte.
- Ferreira dos Santos, C. N. (1981). Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro. Zahar, 2^a ed., Rio de Janeiro.
- Gohn, M. G. (1987). Movimentos de luta pela moradia popular em SP e assessorias. Anais do Segundo Encontro Nacional da Anpur, Grupo de Trabalho Políticas Habitacionais.
- Gomes, A. C. e M. Ferreira (1987). Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro. BIB, 24, 11-40.
- Habermas, J. (1984). Mudança estrutural da esfera pública. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- Jacobi, P. (1980). Movimentos sociais urbanos no Brasil. BIB, 9, 22-30.
- Jacobi, P. (1987). MSU no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. BIB, 23, 18-34.
- Kowarick, C. (1979). A espoliação urbana. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Lacan, J. (1981). A família. Assírio e Alvim, Lisboa.
- Lacerda, N. (1985). Estado, capital financeiro e espaço habitacional - o caso da RMR. Tese de Mestrado, MDU/UFPE.
- Lautier, B. (1987). O lugar do setor informal na política do emprego no Nordeste. Mimeo, Recife.

- Ledrut, R. (1981). Política urbana e poder local. Espaço e Debates, 3. Cortez, São Paulo, 5-20.
- Lefort, C. (1985). A invenção democrática. Brasiliense, São Paulo.
- Lopes, J. S. L. (1978). O vapor do diabo - o trabalho de operários do açúcar. Paz e Terra, 2^ª ed, Rio de Janeiro.
- Maduro, O. (1984). O profissional de classe média e as lutas populares. Cadernos do CEAS, 91, 53-61.
- Marx, K. (1972). Manuscrits de 1844. Editions Sociales, Paris.
- Mello, J. M. C. (1982). O capitalismo tardio. Brasiliense, São Paulo.
- Nunes, B. F. (1985). Ensaio sobre a questão urbana. Revista Economia do Nordeste, 16, n. 4. BNB, Fortaleza, 599-644.
- Nunes, C. F. e J. Grandjean-Bitoun (1988). Processos de adaptação às intervenções da política urbana: o caso de uma favela do Recife. Relatórios de pesquisa, mimeo, Recife.
- Pandolfi, M. L. (1985). O sindicalismo e a luta camponesa em Itaparica. Movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbano Centro Josué de Castro-UFPB, Recife, 80-100.
- Moisés, J. A. et alii (1978). Contradições urbanas e movimentos sociais CEDEC-Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Mészáros, I. (1981). Marx: a teoria da alienação. Zahar, Rio de Janeiro.
- Paoli, M. C. (1982). Violência e espaço civil. Violência Brasileira. Brasiliense, São Paulo, 45-55.
- Santos, A. C. (1985). O ato de morar: uma oficina de posseiros. Tese de EESC/USP.
- Secretaria de Planejamento (1983). Situação atual e perspectivas do município de Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas.
- Secretaria da Promoção Social (1982). Perfil das favelas do município

de Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas.

Secretaria da Promoção Social(s/data). Relatório do Levantamento de Sub-habitações de Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas.

Semeghini, U. C. (1988). Agricultura, Industrialização e Urbanização. Tese de Mestrado, IE/UNICAMP.

Singer, P. (1981). Economia política da urbanização. Brasiliense, 8ª ed., São Paulo.

Singer, P., e V. C. Brant (1980-org). São Paulo: o povo em movimento. Vozes/CEBRAP. Petrópolis.

Tavares, M. C. (1981). Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Zahar, 9ª ed., Rio de Janeiro.

Valladares, L. P. (1980). Passa-se uma casa. Zahar, 2ª ed., Rio de Janeiro.

Valladares, L. P. (1981). A propósito da urbanização de favelas. Espaço e Debates, 2. Cortez, São Paulo, 5-18.

Valladares, L. P., e R. R. Boschi (1983). Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. Espaço e Debates, 8, Cortez, São Paulo, 64-77.

Weffort, F. (1981). A cidadania dos trabalhadores. Direito, cidadania e participação. T. A. Queiroz, São Paulo, 139-150.

Wolf, F. (1983). Filosofia grega e democracia. Discurso, 14, Polis Ltda, São Paulo.